

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

PAULO HENRIQUE SILVA COSTA

**INTERLOCUÇÃO E ANALOGIAS ENGANADORAS NO *THE BIG
TYPESCRIPT* E NO *LIVRO AZUL* DE WITTGENSTEIN**

GOIÂNIA
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese

2. Nome completo do autor

Paulo Henrique Silva Costa

3. Título do trabalho

Interlocução e Analogias Enganadoras no The Big Typescript e no Livro Azul de Wittgenstein

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **André Da Silva Porto, Professor do Magistério Superior**, em 17/08/2020, às 09:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE SILVA COSTA, Discente**, em 17/08/2020, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1491331** e o código CRC **7CB213E1**.

Referência: Processo nº 23070.033276/2020-06

SEI nº 1491331

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

PAULO HENRIQUE SILVA COSTA

**INTERLOCUÇÃO E ANALOGIAS ENGANADORAS NO *THE BIG
TYPESCRIPT* E NO *LIVRO AZUL* DE WITTGENSTEIN**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. André da Silva Porto

GOIÂNIA
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva Costa, Paulo Henrique
Interlocução e Analogias Enganadoras no The Big Typescript e no
Livro Azul de Wittgenstein [manuscrito] / Paulo Henrique Silva Costa.
2020.
161 f.

Orientador: Prof. Dr. André da Silva Porto.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Filosofia (Fafil), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Goiânia, 2020.
Bibliografia.
Inclui abreviaturas.

1. Analogias Enganadoras. 2. Interlocução. 3. Regras Operacionais.
4. Regras Relacionais. I. Porto, André da Silva, orient. II. Título.

CDU 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE FILOSOFIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 10/2020 da sessão de Defesa de Tese de Paulo Henrique Silva Costa, que confere o título de Doutor em Filosofia, na área de concentração em Filosofia.

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, a partir das 15:00 horas, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “Interlocução e Analogias Enganadoras no The Big Typescript e no Livro Azul de Wittgenstein”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor André da Silva Porto (FAFIL/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Marcelo Silva de Carvalho (UNIFESP), membro titular externo, cuja participação ocorreu através de videoconferência; Professor Doutor Mauro Luiz Engelmann (UFMG), membro titular externo, cuja participação ocorreu através de videoconferência; Professora Doutora Araceli Rosich Soares Velloso (UFG), membro titular interno, cuja participação ocorreu através de videoconferência; Professor Doutor Guilherme Ghisoni da Silva (FAFIL/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato aprovado pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor André da Silva Porto, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Ghisoni Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 14/08/2020, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Luiz Engelmann, Usuário Externo**, em 14/08/2020, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Da Silva Porto, Professor do Magistério Superior**, em 15/08/2020, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Araceli Rosich Soares Velloso, Professora do Magistério Superior**, em 16/08/2020, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.



6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Silva de Carvalho, Usuário Externo**, em 21/08/2020, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1474734** e o código CRC **B551105F**.

Referência: Processo nº 23070.033276/2020-06

SEI nº 1474734

AGRADECIMENTOS

Aqui se encerra apenas uma parte de um longo caminho que se iniciou em 2008, na FUNEDI-UEMG, em Minas Gerais. Logo em seguida, na UFSJ, fui apresentado à profissão que hoje exerço. Agradeço, assim, imensamente à Universidade Federal de São João Del-Rei, em especial, ao Departamento de Filosofia e Métodos (DFIME). Agradeço também à UFMG e, mais propriamente, ao meu antigo orientador, Prof. Mauro Engelmann, por me mostrar o caminho da pesquisa filosófica. Agradeço também, é claro, ao meu amigo de todas as horas, Acrísio L. Gonçalves. A ele serei sempre grato. Também deixo meus agradecimentos à UFG e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL), sobretudo, à Prof.^a Araceli R. S. Velloso que me orientou nos anos iniciais da presente tese, sempre de forma responsável e amável. Reservo também um agradecimento especial ao Prof. André Porto, meu orientador, pela postura séria e correta diante da presente pesquisa, assim como pela constante disponibilidade de tempo e pelo apoio. Aprendi com Porto, pela paixão visível em seu olhar, o que significa propriamente fazer pesquisa em Filosofia. Por isso, reservo aqui um agradecimento especial.

Agradeço aos meus amigos de jornada, Adelino Ferreira e Carlos Arthur, pela amizade ao longo de todos estes anos. Agradeço também as boas conversas de fim de tarde com meu amigo João Pedro, e ao querido Danilo Gomes por me receber todos estes anos em Goiânia.

Agradeço à CAPES pelo fomento inicial à pesquisa. Sem o apoio deste importante órgão dificilmente este trabalho teria tido um início. Espero que o futuro reserve dias melhores à instituição.

Agradeço também ao IFBaiano, campus Guanambi, pelo apoio institucional a este doutoramento ao me conceder o afastamento para qualificação. Estendo meu agradecimento ao meu amigo Guilherme Mota pelo seu otimismo contagiante.

Agradeço aos meus familiares que de forma muito amável e positiva sempre me incentivaram. Reservo, assim, um agradecimento especial à minha avó Rosária e à minha tia Ana. Estendo também meu agradecimento *in memoriam* à minha avó Nenê.

Por fim, reservo meus agradecimentos finais à minha companheira desde o início do mestrado, Naiara S. Cândido. Seu amor, apoio, paciência e carinho estão presentes neste trabalho. Agradeço, ao fim, aos meus pais. Ao meu pai, meu amigo,

reservo um grande abraço; e à minha amada mãe, meu tesouro, reservo um profundo muito obrigado por toda ajuda que tive para finalmente chegar ao fim deste caminho.

Como dito, aqui se encerra apenas uma parte de um longo caminho iniciado anos atrás. Mas, a jornada deve seguir e seguirá.

Sempre se ouve as pessoas dizendo que a filosofia não faz progressos e que os mesmos problemas filosóficos que preocupavam os gregos ainda hoje nos incomodam. Quem diz isso, porém, não entende a razão pela qual isso tem sido assim. A razão é que *nossa linguagem permaneceu a mesma e nos conduziu sempre às mesmas questões.*

Enquanto houver um verbo “ser” que pareça funcionar como “comer” ou “beber”; enquanto houver adjetivos como “idêntico”, “verdadeiro”, “falso”, “possível”; enquanto as pessoas falarem sobre a passagem do tempo, sobre a extensão do espaço, etc.; enquanto tudo isso acontecer, as pessoas sempre irão defrontar-se com as *mesmas dificuldades* irritantes e ficarão de olhos postos em algo que nenhuma explicação parecerá capaz de remover (BT, p. 312e, grifo nosso).

O objetivo da filosofia é erguer um muro no ponto em que a linguagem acaba de qualquer maneira (BT, p. 312e).

RESUMO

A presente tese trata do papel crucial que as “analogias enganadoras” desempenham em relação à formulação e à dissolução dos problemas filosóficos em Wittgenstein. Para isso, restringiremos nossa discussão ao fim do período intermediário e ao início do período final, respectivamente, ao *The Big Typescript* (1932-1933) e ao *Livro Azul* (1933-1934). Restringiremos a discussão a esse período de transição em razão da preocupação crescente de Wittgenstein quanto ao caráter pragmático da linguagem, a qual chamaremos no texto de “concepção interlocutória da linguagem”. Sendo assim, sustentaremos que, no período de transição entre o *The Big Typescript* e o *Livro Azul*, há uma mudança em relação à concepção de linguagem em questão. Tal mudança está amparada, em primeiro lugar, na ideia de “gramática como sistema de regras”, a qual chamaremos de concepção de linguagem que “opera no vácuo” e, em segundo lugar, no caráter pragmático da linguagem, a qual chamaremos de uma linguagem que descreve “situações interlocutórias”. Dessa forma, mostraremos que a noção de “regra” por detrás de cada concepção de linguagem é distinta, a saber, no *The Big Typescript* há, por lado, uma concepção operacional de regra, e no *Livro Azul*, por outro, há uma concepção relacional. Diante disto, sustentaremos que as analogias enganadoras têm um papel crucial na formulação e dissolução dos problemas filosóficos em razão da *importação indevida de gramáticas* envolvida. Isto ocorre no *The Big Typescript* por causa da importação indevida de diferentes gramáticas e de seus respectivos sistemas de regras, e no *Livro Azul* por causa do uso estabelecido no interior de uma situação interlocutória.

Palavras-Chave: Analogias Enganadoras; Interlocução; Regras Operacionais; Regras Relacionais.

ABSTRACT

The present thesis deals with the crucial role that “misleading analogies” play in relation to the formulation and dissolution of philosophical problems in Wittgenstein. For this, we will restrict our discussion to the end of the middle period and the beginning of the final period, respectively, to *The Big Typescript* (1932-1933) and the *Blue Book* (1933-1934). The reason why we will restrict the discussion to this period of transition concerns the fact that there is a growing concern of Wittgenstein about the pragmatic character of language there, which we will call in the text “interlocutory conception of language”. Therefore, we will argue that, during the transition period between *The Big Typescript* and the *Blue Book*, there is a change in respect to the conception of language in question, supported, firstly, by the idea of “grammar as a system of rules”, which we will refer to as conception of language that “operates in a vacuum” and, secondly, in the pragmatic character of language, which we will refer to as a language that describes “interlocutory situations”. In this way, we will show that the notion of “rule” behind each conception of language is distinct, namely, in *The Big Typescript* there is, on the one hand, an operational conception of rule, and in the *Blue Book*, on the other, there is a relational conception. Given that, we will argue that misleading analogies play a crucial role in the formulation and dissolution of philosophical problems due to the improper import of grammars involved. This occurs in *The Big Typescript* because of *improper importation* of different grammars and their respective systems of rule, and in the *Blue Book* because of the use established within an interlocutory situation.

Keywords: Misleading Analogies; Interlocution; Operating Rules; Relational Rules.

LISTA DE ABREVIACÕES

Textos de Wittgenstein

BBB	<i>The Blue and Brown Books</i>
BB	<i>Blue Book</i>
BrB	<i>Brown Book</i>
BT	<i>The Big Typescript</i>
PG	<i>Philosophical Grammar</i>
PI	<i>Philosophical Investigations</i>
PR	<i>Philosophical Remarks</i>
SRLF	<i>Some Remarks on Logical Form</i>
TLP	<i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>
YB	<i>Yellow Book</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
------------------------	-----------

CAPÍTULO I – A GRAMÁTICA DA PALAVRA ‘GRAMÁTICA’

1. Introdução	25
1.1 Possuir Regras e Ser Orientado por Elas	27
1.2 Livro das Gramáticas	32
1.3 Gramática e Sistema	34
1.3.1 Espaço Gramatical e Sistema de Sinais	35
1.4 Cenário de Fixação e Uso	38
1.5 Possibilidades Lógicas e Reais	46
1.6 Interlocução no BT	51

CAPÍTULO II – DO CÁLCULO ÀS ANALOGIAS

2. Introdução	57
2.1 Prescrição, Atemporalidade e Generalidade	57
2.2 Regras Operacionais e Relacionais.....	60
2.2.1 Caridade Interpretativa	65
2.3 Arbitrariedade e Autonomia	68
2.3.1 Arbitrariedade	69
2.3.2 Autonomia	73
2.4 Gramática como Cálculo	75
2.5 Analogias Enganadoras	80

CAPÍTULO III – ‘USO’ COMO INTERLOCUÇÃO

3. Introdução	90
3.1 O que Anima um Signo?	96
3.1.1 Imagem Mental	100
3.2 Uso Interlocutório	105
3.2.1 Lance na Interlocução	107
3.2.2 Usos Efetivos e Novos Usos	109
3.3 Situações Interlocutórias	111
3.4 Mal-Entendidos e Absurdos	115

CAPÍTULO IV – DA INTERLOCUÇÃO ÀS ANALOGIAS ENGANADORAS

4. Introdução	124
4.1 Regras Relacionais no BB	124
4.2 Afirmções Falsas (com Sentido) e Absurdas	129
4.3 Concordância, Discordância e Ruptura Comunicacional	132

4.4 Atribuições Semânticas	134
4.4.1 Causa e Razão	139
4.4.2 Ascensão Semântica	142
4.5 Da Interlocução às Analogias Enganadoras	147
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159

INTRODUÇÃO

Há um jargão recorrente em filosofia analítica, ao menos em seu início, que nos diz que problemas filosóficos são problemas de linguagem ou, dito de outra forma, que problemas filosóficos são ocasionados por uma má compreensão da linguagem, ou ainda, por uma má compreensão da forma lógica da linguagem. A chamada “virada linguística”, como nos diz Rorty (1992), representa exatamente este espírito. Para Rorty (1992, p. 3), por “filosofia linguística” devemos entender a perspectiva segundo a qual “os problemas filosóficos são problemas que podem ser resolvidos (ou dissolvidos) ou pela reforma da linguagem ou por uma melhor compreensão da linguagem que ordinariamente usamos”.

Wittgenstein certamente é um dos fundadores e representantes daquilo que, por “virada linguística”, Rorty chama de “filosofia linguística”¹. No entanto, ao longo de seu desenvolvimento filosófico são apresentadas diferentes concepções do por que a má compreensão da linguagem seria a principal fonte dos problemas filosóficos. Nesta tese discutiremos uma concepção central, qual seja, *o papel crucial das analogias enganadoras na formulação dos problemas filosóficos e a sua relação com o aspecto interlocutório da linguagem*. Para isso iremos nos restringir ao período que compreende do BT (1932-1933) ao BB (1933-1934). Antes de apontarmos brevemente os motivos pelos quais as analogias enganadoras têm um papel crucial em relação à formulação dos problemas filosóficos – a partir, sobretudo, do desenvolvimento da noção de “interlocução” que estamos propondo na obra de Wittgenstein – apresentaremos as razões pelas quais optamos por trabalhar com esses dois textos e, consequentemente, com esse período.

O BT pode ser reconhecido como um texto que, por assim dizer, fecha o período intermediário. No período intermediário, Wittgenstein mudou diversas vezes de posição dentro de um espaço de tempo relativamente curto – algumas dessas mudanças, inclusive, ocorreram de forma drástica. Estamos nos referindo aqui ao período que se inicia um pouco antes da publicação do SRLF, em 1929, e vai até as observações finais

1 Wittgenstein é um importante filósofo dentro da tradição analítica por diferentes motivos. O primeiro motivo diz respeito à sua posição de fundador (mesmo que indireto) do movimento filosófico analítico junto com G. Frege, B. Russell e G. E. Moore. O segundo motivo, não obstante, diz respeito à influência que seus trabalhos exerceram dentro dessa tradição. Primeiro, com o *Tractatus* (TLP) em relação à investigação lógica da linguagem e, segundo, com as *Investigações Filosóficas* (PI) e também com o Livro Azul (BB) em relação ao desenvolvimento daquilo que em filosofia analítica ficou conhecido como “filosofia da linguagem ordinária ou comum”. Ver, Hacker (1996) e (2007, pp. 125-141).

do BT, ao fim de 1933. Embora não possamos dizer que o BT é propriamente um texto planejado para a publicação (ver, ENGELMANN, 2009), podemos afirmar, por outro lado, que o texto é uma espécie de *coletânea de notas de pesquisa* de questões que Wittgenstein tratou durante todo o período intermediário, a exemplo da noção de “gramática” – a qual será uma noção central para a presente tese. Nesse sentido, podemos afirmar que o BT seria o lugar mais apropriado para se avaliar o pensamento intermediário de Wittgenstein, pois, é, de certa maneira, uma síntese do período.

Contudo, por não ser um livro planejado para a publicação em sentido estrito, devemos lê-lo como uma coletânea, de caráter extensivo, de notas de pesquisa sobre assuntos que são entre si diferentes e, em certa medida, independentes, divididos, assim, em inúmeras seções. O texto, de modo geral, apresenta observações de diferentes períodos entre 1932 e 1933, além de ser composto por manuscritos anteriores ao período e conter também anotações posteriores. Isto cria, dentro do BT, uma certa dificuldade de periodização e datação, e também uma certa dificuldade de estabelecimento de uma visão geral do texto, uma vez que não há um único assunto ou problema que conduz os demais. As seções iniciais do livro, a exemplo da seção “significado”, são inclusive mais próximas conceitualmente ao que Wittgenstein sustenta posterior ao BT do que as seções mais centrais do texto, como “natureza da linguagem” e “gramática”.

Em síntese, segundo o catálogo de Von Wright (1980, p. 47), podemos entender o BT como sendo formado pelos manuscritos 109 ao 114 e pelos datiloscritos 212 e 213², além de reunir algumas anotações posteriores a 1933. O datiloscrito 213, publicado pela *Blackwell Publishing* (2005), é muito próximo ao datiloscrito 212, exceto em relação a algumas observações feitas à mão. Nesta tese usaremos o datiloscrito 213 (TS 213), editado e traduzido por C. Grant Luckhardt e Maximilian A. E. Aue (2005). Em razão das dificuldades de periodização e de datação, do caráter fragmentado do texto e dos inúmeros problemas discutidos por Wittgenstein, trabalharemos apenas com uma parte reduzida do BT que conserva uma certa unidade entre os assuntos tratados, indicada no capítulo I.

De modo distinto do BT, no BB Wittgenstein se dedica a um conjunto específico de problemas. Neste caso, podemos dizer que, em grande parte, Wittgenstein se dedica no BB aos problemas relacionados à “gramática” e à “subjetividade”. Isto ocorre, dentre outros motivos, como veremos a seguir, pelo fato do BB ter sido ditado aos alunos e ter, assim, um certo caráter didático; ao passo que o BT, em resumo, é uma coletânea

2 Os manuscritos estão disponíveis para consulta em “Wittgenstein’s Nachlass: The Bergen Edition” (2000). Informaremos, quando for o caso, o uso destes manuscritos e o indicaremos com a abreviação MS.

extensiva de notas de pesquisas as quais, a princípio, somente Wittgenstein tinha acesso. Dessa forma, se, por um lado, o BT fecha o período intermediário, é possível dizer que o BB, por outro, abre o período final. Rush Rhees, responsável pela edição e publicação do BB, em 1958, se refere ao livro inclusive como “um estudo preliminar às *Investigações Filosóficas*”. Sluga³, de forma similar, afirma que durante muito tempo “[...] antes da publicação das *Investigações Filosóficas*, o trabalho serviu como a única evidência da virada pós-tractatus”.

O BB, assim como o BT, também não foi planejado como um livro para a publicação, mas se refere às *notas de aula* que Wittgenstein ditou aos seus alunos nos anos letivos de 1933 e 1934 em Cambridge. O que se sabe em relação à formulação do texto é descrito, de forma mais clara, por Ambrose (1977) – aluna de Wittgenstein à época –, e também por Bouwsma (1961) – que publicou na íntegra, no início de seu artigo, uma carta recebida pela própria Ambrose a respeito da origem do BB. Segundo Ambrose, Wittgenstein pretendia oferecer, nos anos letivos de 1933-34, dois cursos de palestras, um deles chamado de “Filosofia para Matemáticos” (BOUWSMA, 1961, p. 141). No entanto, para desgosto do filósofo, houve uma procura alta demais para o curso, cerca de 30 a 40 alunos. Sendo assim, depois de três a quatro semanas de palestras, Wittgenstein, por motivo desconhecido, revelou a todos que não poderia continuar com o curso. No entanto, ele não o abandona de fato. Na verdade, Wittgenstein escolhe, dentre os alunos que estavam acompanhando o curso regularmente, apenas cinco, e a partir disso passa a ditá-los o que veio a ser conhecido posteriormente como o Livro Azul (BB). De acordo com a carta de Ambrose, os cinco alunos⁴ escolhidos por Wittgenstein eram:

H. M. S. Coxeter e R.L. Goodstein, matemáticos, também Francis Skinner (que poderia estar em um programa no Trinity Grant para cursar matemática, embora tenha deixado de cursar matemática para se dedicar à obra de Wittgenstein), Margaret Masterman Braithwaite e eu (1961, p. 141).

A princípio, como é bem conhecido pela literatura secundária, o BB foi ditado por Wittgenstein aos seus alunos durante os seus encontros semanais. Mas, na verdade, parece que Wittgenstein tinha apenas algumas anotações (talvez mimeografadas) de parte do material e, assim, as ditou aos seus alunos que por sua vez tomaram notas e debateram as questões apresentadas. Dessa forma, em resumo, O BB parece ser uma

3 Disponível em <http://www.truthandpower.com/from-moores-lecture-notes-to-wittgensteins-blue-book/>. Acesso em 4 de julho de 2019.

4 Cerca de um mês depois, ainda segundo Ambrose, o curso não contava mais com apenas cinco alunos, mas com sete. Um desses novos integrantes era Helen Knight (Ambrose não diz quem seria o sétimo). Braithwaite abandonou o curso ao longo do ano. Ao fim, apenas Ambrose e Masternan de fato compareceram a todo o curso. Francis Skinner também teve participação ativa.

certa combinação entre as notas de aulas ditadas por Wittgenstein com as anotações feitas destas notas por seus alunos. O que é relevante a ser dito, neste caso, refere-se ao fato de Wittgenstein ter ditado parte dos seus escritos, e a partir das discussões motivadas quando as proferiu, ter possivelmente acrescentado outros pontos. Isto é relevante porque mostra que o BB foi, em parte, construído durante a realização do curso. Mesmo que, de acordo com Ambrose, as discussões tenham mudado apenas pontualmente aquilo que Wittgenstein já pensará ou não em incluir no material final.

[...] o *Livro Azul* foi ditado. Acredito que eu tenha digitado parte do material ditado, e mais tarde Wittgenstein o havia mimeografado – mas não apenas algumas páginas de cada vez. Quando ele tinha o material compilado do *Livro Azul*, não me lembro, mas suponho que após o fim do ano. Sim, houve discussão durante o ditado, mas o que ele fez em cada reunião não foi muito determinado pelos nossos comentários, como eu me lembro. Acredito que o que ele falou nas palestras e o que ele nos deu sobre o *Livro Azul* tenha sido bem diferente (AMBROSE *apud* BOUWSMA, 1961, p. 142).

Uma posição similar ao que diz Ambrose pode ser vista também nesta passagem de Sluga.

Sabemos que Wittgenstein ditou aos seus alunos em palestras, que ele posteriormente corrigiu a versão escrita, que ele tinha reproduzido e distribuído e que, por um longo tempo, antes da publicação das *Investigações Filosóficas*, o trabalho serviu como a única evidência da virada pós-*tractatus*. Enquanto o *Tractatus* foi uma publicação atual, e as *Investigações* foram planejadas, podemos falar do *Livro Azul* como uma quase-publicação⁵.

Por ora, interessa-nos dizer apenas que optamos por estudar estes dois textos em conjunto, porque, primeiro, apesar de serem próximos temporalmente – embora exista o problema de periodização e de datação que dissemos acima –, eles são também muito distintos. O BT é voltado para um conjunto maior de problemas de forma quase enciclopédica, o que impossibilita, em certa medida, uma visão geral do texto e uma unidade de exposição – além de impossibilitar, em parte, uma caracterização mais precisa de periodização e de datação. Já o BB é voltado para um número menor e mais central de problemas, a exemplo da conhecida “segunda parte do BB” que trata, preponderantemente, do problema da subjetividade. Além disso, ambos os trabalhos são

5 Ainda sobre essa questão, Sluga diz: “Minha sugestão é que devemos ler o *Livro Azul*, assim como o *Tractatus* e as *Investigações*, não como um artefato autônomo, mas em conjunto com as notas e as palestras precedentes e como a sua continuação. Isto significa também que devemos lê-lo não como uma expressão autoritária de um ponto de vista único e estático que o autor ocupa do começo ao fim do texto, mas como um evento discursivo no qual os pensamentos emergem e mudam no curso da exposição. Precisamos aprender a ler o *Livro Azul*, em outras palavras, como chegamos a ler agora, finalmente, o *Tractatus* – como uma manifestação de um curso de pensamento que ainda está a caminho, em vez de uma expressão de um conjunto de verdades eternas”. Disponível em <http://www.truthandpower.com/from-moores-lecture-notes-to-wittgensteins-blue-book/>. Acesso em 14 de agosto de 2018.

uma importante fonte de acesso ao pensamento de Wittgenstein no final do período intermediário e também no início do período final, pois se o BT é claramente reconhecido como um texto que fecha o período intermediário em razão dos temas abordados, então é razoável tratar, como vimos, o BB como um texto que abre o período final. Por fim, é possível dizer também que há uma mudança gradual em relação a um conjunto de problemas neste período que têm uma importância significativa no pensamento de Wittgenstein. Trata-se das discussões em torno dos problemas filosóficos, especificamente, sobre a sua formulação e dissolução. Nesse sentido, nos dedicaremos nesta tese à discussão sobre o papel crucial das analogias enganadoras e a sua relação com a noção de “interlocução” que estamos propondo como leitura alternativa para algumas questões presentes na transição do BT para o BB.

Vejamos como o BT trata das questões que discutiremos nesta tese. Inicialmente devemos entender que em 1932, no BT, Wittgenstein sustenta uma certa visão de linguagem que aproxima a noção de “gramática” à noção de “sistema de regras”. A linguagem seria, nesta visão, formada por um conjunto de diferentes gramáticas. Cada gramática seria uma espécie de “sistema de regras” diferente e não concorrente entre si, que, de modo similar à forma lógica do *Tractatus*, nos diria o que faz ou não sentido, evitando, assim, a formulação de absurdos. Mas, diferentemente do *Tractatus*, Wittgenstein sustenta a partir, sobretudo de 1932, que os problemas filosóficos não são ocasionados por um desconhecimento ou inadequação à *forma lógica profunda* da linguagem⁶ e, sim, dentre outras coisas, por uma espécie de *importação indevida de gramáticas*⁷. Dito de outro modo, Wittgenstein não se ocupa mais de uma *única forma lógica profunda da linguagem*, responsável pela dissolução dos problemas filosóficos, assim como pela sua formulação, mas, sim, de *diferentes gramáticas*. A tese da gramática como sistema de regras nos permite dizer, portanto, que problemas filosóficos são ocasionados pela *transposição* ou *sobreposição* indevida de sistemas gramaticais. Isto ocorre em razão das analogias enganadoras que assumimos quando estamos usando, de forma inadequada, diferentes sistemas gramaticais.

Dessa forma, as analogias enganadoras assumem, no BT, uma posição de destaque. Wittgenstein dedica inclusive duas seções ao tema, respectivamente, a seção 87 e 91. Não afirmamos com isso, no entanto, que as analogias enganadoras têm um papel importante apenas a partir do BT. Pelo contrário, podemos encontrar nas

6 Uma inadequação “à gramática lógica ou à sintaxe lógica” nos termos do *Tractatus* (TLP, 3.325).

7 Expressão sugerida por André Porto (UFG).

Observações Filosóficas (PR), por exemplo, algumas passagens que discutem o tema⁸. Nosso interesse pelo BT é outro. Wittgenstein, ao sustentar uma certa visão de “linguagem” a partir da aproximação dos conceitos de “gramática” e de “sistema de regras”, sustenta, por conseguinte, que a linguagem seria formada por diferentes gramáticas e que estas gramáticas seriam constituídas por “regras gramaticais”. As regras gramaticais teriam o papel de delimitar o sentido. As analogias enganadoras estabeleceriam, em certa medida, uma espécie de “confusão conceitual” em relação às regras gramaticais. Por isso, para Wittgenstein, elas seriam responsáveis pela formulação dos problemas filosóficos. Além de serem responsáveis pela formulação dos problemas filosóficos, podemos dizer que as analogias enganadoras no BT são responsáveis também pela dissolução dos problemas filosóficos, pois, a dissolução dos problemas filosóficos passaria pela identificação de analogias enganadoras. Afinal, uma das causas da “má compreensão da linguagem”, neste período, seria a nossa tendência em estabelecer certas analogias enganadoras – “[...] a tendência a pensar *deste modo*” (BT, p. 311e).

Embora Wittgenstein sustente esta certa visão de “gramática como sistemas de regras” e, por conseguinte, sustente o conceito de “regras gramaticais”, sugeriremos uma interpretação alternativa para parte do BT que se dedica a esses problemas. Trata-se da possibilidade de se pensar em um outro aspecto do conceito de “jogos de linguagem” que parece estar presente já no BT. O conceito de “jogos de linguagem” no BT pode ser pensado em referência à gramática e suas regras abstratas, por um lado, e também pode ser pensado a partir de situações interlocutórias, ou ainda, situações de uso, por outro. Isto ocorre, dentre outros motivos, em razão do caráter fragmentado do BT, baseado numa coletânea de notas de pesquisa – o que gera, por assim dizer, uma certa oscilação na apresentação das questões tratadas. Sendo assim, no BT Wittgenstein ora parece utilizar o conceito para descrever um jogo e suas regras abstratas, e ora parece utilizá-lo para descrever o uso interlocutório que fazemos destes jogos e as situações nas quais isto ocorre. Este aspecto pragmático do conceito de “jogos de linguagem” chamaremos nesta tese de “interlocução”.

Dessa forma, se, por um lado, de fato podemos pensar no conceito de “interlocução” como um aspecto possível descrito pelo conceito de “jogos de

8 “Esse é o caso típico da passagem de palavras e expressões que originalmente se referiam às ‘coisas’ de que falam as linguagens para tratar de objetos físicos, os ‘corpos no espaço’ à designação dos elementos de nosso campo visual; no decorrer disso, elas inevitavelmente mudam por completo de significado e enunciados que antes tinham um sentido agora o perdem e outros que não tinham sentido na primeira maneira de falar agora passam a ter. Embora persista certa analogia – justamente aquela que nos engana e nos faz usar a mesma expressão” (PR, §213). O tema das analogias enganadoras, em resumo, perpassa todo o período intermediário de Wittgenstein.

linguagem” no BT – mesmo que em grande medida o texto apresente seções mais distantes da ideia de interlocução, porque há uma discussão mais abstrata sobre o funcionamento da linguagem – então, por outro, o tratamento dado às analogias enganadoras no BB ganha um maior destaque. No BB, conforme sugeriremos em nossa leitura, Wittgenstein parece pensar o conceito de “gramática” e “uso” a partir, exclusivamente, de uma concepção interlocutória de linguagem. Dessa forma, Wittgenstein no BB trata as analogias enganadoras como uma espécie de importação indevida de gramáticas ocasionada no interior do *uso interlocutório da linguagem*. As analogias enganadoras são pensadas, assim, a partir de certas situações nas quais elas são empregadas.

Nesse sentido, para o BB, quando há uma certa confusão conceitual ocorrendo, ocasionando uma analogia enganadora, é preciso, para dissolvê-la, recorrer às regras gramaticais que normatizam a situação interlocutória⁹. Dito de outra forma, as regras gramaticais são um *lance na interlocução* no BB e não, como no BT, uma espécie de *condição de possibilidade* para o seu funcionamento, conforme sintetiza, por assim dizer, a noção de “sistema de regras”. Há, assim, uma inversão da ordem dos conceitos entre o BT e BB. No BT, dado o sistema de regras, uma analogia enganadora é qualquer analogia que está em desacordo com o sistema. No BB, por outro lado, quando há uma certa confusão conceitual ocorrendo em uma determinada situação interlocutória, então é preciso, para dissolvê-la, dar um lance na interlocução, i.e., oferecer uma regra que permita estabelecer um limite de sentido em relação ao que está sendo dito.

Não sustentaremos com a ideia de “dar um lance na interlocução” que não há analogias enganadoras, ou ainda, que podemos pensar as analogias enganadoras a partir de graus (ser mais certa ou menos certa) ou de finalidades (ser mais útil ou menos útil)¹⁰. A noção de “gramática” no BB é normativa tal como no BT. O que diferirá, no entanto, será o tratamento dado às analogias enganadoras a partir do conceito de “interlocução” que estamos sugerindo como leitura alternativa. Sendo assim, podemos dizer que as analogias enganadoras cumprem um papel mais central na formulação e na dissolução dos problemas no BB se comparado ao BT, porque, a partir de 1933, elas deixam de operar de forma abstrata no vácuo e passam a ocorrer no interior de uma

9 Wittgenstein apresenta preponderantemente situações nas quais há uma certa confusão conceitual ocorrendo, ocasionada por uma analogia enganadora, e para resolvê-la é preciso mostrar a regra gramatical que está sendo violada – é preciso dar um lance na interlocução. Contudo, é possível pensar no BB também em situações nas quais é apresentado primeiro a regra gramatical, e ela nos diz, de antemão, que em determinada situação há uma analogia enganadora ocorrendo. Discutiremos estes dois casos no capítulo IV.

10 Este último caso pode até ocorrer, mas ele é pensado por Wittgenstein de uma forma bem específica a qual indicaremos no capítulo III.

interlocução. Dessa forma, há uma *maior sofisticação* presente na distinção entre “mal-entendidos” e “absurdos”. É este papel central das analogias enganadoras que queremos elucidar nesta tese. Além disso, assumiremos uma postura mais continuísta entre o BT e o BB, ao contrário da postura de ruptura mais comum à literatura secundária.

Nesse sentido, a presente tese será dividida em duas partes. Na primeira parte, respectivamente capítulo I e II, trataremos do BT. Na segunda parte, capítulos III e IV, trataremos do BB. No capítulo I trataremos inicialmente da noção de “gramática” que Wittgenstein desenvolveu no BT e de sua relação com a noção de “sistema de regras”. Mostraremos que a noção de “gramática” que Wittgenstein sustenta no BT, e que é descrita pela literatura secundária, parece defender uma espécie de linguagem que “opera no vácuo” que se sustentaria de forma autônoma e independente. Mostraremos também que, embora a gramática no BT possa ser entendida como sinônimo de sistema de regras, em alguns cenários específicos a tese de que a gramática funcionaria como um sistema de regras exige, para o seu funcionamento, a ocorrência do aspecto “interlocutório” do conceito de “jogos de linguagem”.

No capítulo II trataremos da noção de “regra” e de sua relação com a noção de “cálculo” que dá apoio a esta visão de linguagem que “opera no vácuo”, discutida no capítulo I. Desse modo, trataremos da noção de “regra” que está na base da visão de “gramática como sistema de regras” e trataremos também da noção de “cálculo”, porque ela é, em resumo, uma noção característica deste período e marca constituinte do BT. Para isso, amparados na distinção entre regras operacionais e relacionais de Porto (2013), mostraremos que o BT se ocupa, preponderantemente, de regras operacionais. Ao fim do capítulo explicaremos de que forma as analogias enganadoras têm um papel crucial em relação à formulação dos problemas filosóficos.

No capítulo III, o qual abre a segunda parte da tese, mostraremos como a discussão no BB é conduzida de questões relativas à explicação do significado ao papel do uso nesta explicação. Interessa-nos mostrar que este uso pode ser entendido como um uso interlocutório. Dessa forma, tendo em vista a tese do “uso interlocutório” mostraremos como a noção de “situações interlocutórias” é introduzida – a qual será, como veremos no capítulo IV, uma noção fundamental para se compreender o tratamento dado às analogias enganadoras no BB. Por fim, mostraremos também neste capítulo III que no BB há uma distinção mais sofisticada entre mal-entendidos e absurdos do que aquela sustentada no BT.

E, por fim, no capítulo IV trataremos do papel das analogias enganadoras em relação à formulação e à dissolução dos problemas filosóficos dentro de situações

interlocutórias. Mostraremos que a formulação e a dissolução dos problemas filosóficos no BB envolvem a elucidação das regras gramaticais que operam no interior de uma situação interlocutória, em especial, quando uma analogia enganadora é constituída e usada. Interessa-nos mostrar que essas regras gramaticais são, preponderantemente, regras relacionais. Ao fim, discutiremos os motivos pelos quais as analogias enganadoras no BB ganham uma importância crucial no texto à luz das situações interlocutórias e das regras relacionais presentes nestas situações.

CAPÍTULO I

A GRAMÁTICA DA PALAVRA ‘GRAMÁTICA’

1. Introdução

O BT tenta sintetizar uma certa visão de “gramática” que Wittgenstein sustenta em meados de 1932 e 1933. Nesta tese exploraremos apenas uma parte dessa visão em razão das dificuldades de se apresentar, de forma sistemática, uma única posição consensual sobre a noção de “gramática” no texto. Conforme dissemos na introdução geral da tese, parte dessas dificuldades surgem do próprio modo como o BT foi construído a partir, sobretudo, de uma coletânea extensiva de notas de pesquisa de diferentes períodos e não propriamente como um texto acabado, voltado a um único problema em específico (ver, ENGELMANN, 2009, p. 35). Por isso, nos restringiremos apenas a algumas seções do BT que mantêm entre si uma certa unidade de exposição, respectivamente, as seções sobre “entendimento”, “significado”, “proposição, sentido da proposição”, “a natureza da linguagem”, “gramática”, “filosofia” e “fenomenologia”¹¹. A visão que queremos ressaltar, portanto, é aquela que aproxima o conceito de “gramática” ao conceito de “sistema de regras”, a partir do conceito de “regras gramaticais”. Em algumas passagens do BT podemos ver essa aproximação sendo apresentada.

O propósito da gramática não é senão o propósito da linguagem.
O propósito da gramática é o propósito da linguagem (BT, p. 148e).

Gramática é a descrição da linguagem (BT, p. 146e).

O que vale para a palavra ‘linguagem’ deve valer também para a palavra ‘sistema de regras’ (BT, p. 53e).

Vamos examinar nossa linguagem *com respeito às suas regras* (BT, p. 203e).

Para Wittgenstein, “gramática” seria uma prescrição das regras da linguagem: as regras gramaticais. As regras gramaticais não seriam como as regras sintáticas de um idioma, responsáveis pela formação e estruturação de uma língua. As regras gramaticais seriam, no BT, delimitadoras de sentido. Sendo assim, de modo ainda introdutório, podemos dizer que as regras gramaticais pertencem a uma espécie de “sistema de

¹¹ Quando outra seção for usada, de modo pontual, indicaremos este uso.

regras”. O sistema de regras seria formado por diferentes regras, independentes e não concorrentes entre si. Elas são independentes, porque o uso de uma regra não implica no uso de outra. Não há uma espécie de hierarquia entre as regras (ver, seção 2.3.2). No sistema de regras todas as regras têm, por assim dizer, o mesmo valor para o sistema. Além disso, elas também não são concorrentes entre si, porque, se são independentes, por conseguinte, não poderiam gerar contradições. Afinal, se o uso de uma regra independe do uso de outra, então o uso de uma regra não contradiz o uso de outra. Por fim, podemos dizer também que o papel de um sistema de regras é o de estabelecer um limite para o sentido proposicional, ou seja, determinar quais sentenças têm sentido. Precisamente, quais sentenças empíricas têm sentido quando formadas no interior de cada sistema de regras.

A partir dessa certa visão de sistema de regras, Wittgenstein elucida no BT o conceito de “gramática”. Uma “gramática” seria, nesse sentido, uma espécie de “sistema de regras”, de modo que cada gramática seria, então, um sistema de regras diferente. A ideia de gramática e de sistema de regras nos permite entender inicialmente que há mais de um sistema e, por conseguinte, que há mais de uma gramática. Afinal, por exemplo, se alguém quer saber se um movimento específico do jogo de xadrez é possível, ninguém perguntará se tal movimento é possível porque há uma regra, no jogo de damas, que permite este ou aquele movimento. O jogo de xadrez é governado por suas próprias regras, assim como o jogo de damas. Não faz sentido afirmar que há uma espécie de ligação ou implicação entre as regras dos dois jogos. Os dois jogos possuem sistemas de regras diferentes e não concorrentes, portanto, são, nos termos do BT, gramáticas distintas. Mas, o que é precisamente uma gramática? Qualquer sistema de regras é uma gramática? De quais regras Wittgenstein está falando? Qualquer sistema de regras interessa à filosofia?

Neste capítulo trataremos, em primeiro lugar, da noção de “gramática” que Wittgenstein desenvolveu no BT e de sua relação com a noção de “sistema de regras”. Mostraremos que a noção de gramática que Wittgenstein sustenta no BT, e que é descrita pela literatura secundária, parece defender uma espécie de linguagem que “opera no vácuo”, a qual se sustentaria de forma autônoma e independente. Mostraremos também que, embora a gramática no BT possa ser entendida como sinônimo de sistema de regras, como sustenta a maior parte da literatura secundária, em alguns cenários específicos a tese de que a gramática funcionaria como um sistema de regras parece exigir, para o seu funcionamento, a ocorrência de um certo aspecto do conceito de “jogos de linguagem”, o qual chamaremos neste capítulo de “interlocução”.

1.1 Possuir Regras e Ser Orientado por Elas

Nesta seção mostraremos que é possível dizer que há no BT uma distinção importante entre *possuir regras* e *ser orientado* por elas. Tal distinção nos permite mostrar que Wittgenstein se ocupa no BT de uma elucidação das *linguagens existentes*, e não de uma descrição ideal da linguagem. Começaremos pela distinção. Na passagem a seguir, que se situa em uma discussão anterior no texto sobre a arbitrariedade das regras, temos um indicativo dessa distinção.

Acredito que a razão pela qual nós não nos sentimos tentados a chamar cozinhar de um jogo é a seguinte: é claro que existem também regras que regem a culinária, mas, em essência, ‘cozinhar’ não se refere a uma atividade que segue essas regras – um resultado particular. É uma regra, por exemplo, que você cozinhe ovos por 3 minutos, a fim de obter um ovo cozido; mas, se por causa de um conjunto de circunstâncias quaisquer, o mesmo resultado é alcançado por fervê-los por 5 minutos, você não diz “*isso não significa ‘cozinhar ovos cozidos’*”. Por outro lado, ‘jogar xadrez’ não significa uma atividade que tenha um resultado particular, mas, sim, uma atividade que corresponde a *tais e tais regras* (BT, p. 186e, grifo nosso).

Como a passagem revela, para cozinhar, aparentemente, seguimos determinados passos mais ou menos precisos. Eles orientam nossas ações de modo que dizemos que alguém sabe cozinhar se sabe, ao seguir estes passos, fazer algo (fazer, por exemplo, um prato sofisticado). A questão, no entanto, é saber se, por ventura, alguém seguir outros passos e obtiver o mesmo resultado, diríamos que ele *não sabe* cozinhar? Aparentemente, não. Isto nos diz, portanto, que o ato de cozinhar não é *estritamente orientado* por regras, porque tais regras não parecem determinar o que é exatamente saber ou não cozinhar.

O ato de cozinhar, neste caso, não é nem estritamente orientado por regras, nem precisa sê-lo. As regras presentes no ato de cozinhar não são *delimitadoras de sentido*. Sendo assim, ao não seguirmos uma regra culinária não produzimos, ao fim, *absurdos*. Produzimos, no máximo, pratos ruins. Por isso, talvez seria melhor pensar no termo “técnica” para culinária do que, propriamente, no termo “regra”. Há diferentes técnicas que, se seguidas, nos levam ao resultado esperado, e isto pode ocorrer de diferentes formas. Nesse sentido, uma diferença possível entre o termo “técnica” e “regra” refere-se, neste caso, ao fato de uma técnica admitir, em razão de sua formulação, graus de uso. Algo que, a princípio, uma regra não comportaria de modo algum. Sendo assim, uma técnica pode ser mais ou menos precisa *em razão de sua formulação*, mas uma regra não. Regras são prescritivas. Determinam as ações daqueles que usam a regra. Isto

não significa, no entanto, que regras não possam envolver *uma certa gradação em seu uso*. Afinal, é possível pensar que aquele que usa a regra pode ser mais ou menos competente quanto ao seu uso.

Para Wittgenstein, portanto, cozinhar um ovo não se refere à atividade de seguir regras, mas a uma atividade que tem um *resultado particular*. Cozinhar um ovo é, pois, uma atividade definida por um fim. Jogar xadrez é algo distinto do ato de cozinhar. Jogar xadrez é uma atividade que corresponde “a tais e tais regras” (BT, p. 186e). Dito de outra forma, Wittgenstein entende que jogar xadrez é, em suma, uma atividade *orientada* por regras. Tais regras determinam o que é precisamente jogar xadrez. É claro, por outro lado, que jogar xadrez tem como resultado final, por assim dizer, o movimento de xaque mate diante do adversário. Contudo, esse resultado final é tributário à condição do jogo de ser um jogo orientado por regras, e não um resultado particular tal como é o ato de cozinhar. Sendo assim, ter domínio das regras não torna o jogador em questão um jogador exímio. Apenas permite que ele faça movimentos que estão *de acordo com as regras* do jogo. Não há nesse caso um resultado particular esperado (como cozinhar um ovo), porque, jogar xadrez é, conforme diz Wittgenstein, uma atividade orientada por regras (que delimitam a ação do jogador) e não por finalidades (o que o jogador deve alcançar).

As regras da arte culinária têm uma conexão com a gramática da palavra ‘cozinhar’ que é diferente da conexão entre as regras do xadrez e a gramática da palavra ‘jogar xadrez’, diferente da conexão entre as regras da multiplicação e a gramática de ‘multiplicar’ (BT, p. 186e).

Além disso, temos que ter em mente, como nos diz a passagem, que a palavra ‘cozinhar’ se relaciona com a *gramática da culinária*, com suas regras, de modo distinto da palavra ‘xeque mate’ em relação à *gramática do xadrez*. Isso ocorre, porque o ato de cozinhar e o ato jogar xadrez são atividades distintas. Exigem regras distintas. Portanto, são gramáticas diferentes.

Naturalmente, como vimos, não é qualquer sistema possuidor de regras que interessa à filosofia. Um sistema que *possui* regras é distinto de um sistema *orientado* por regras. Sistemas orientados por regras são aqueles em que as regras determinam o sistema, de tal modo que, se uma regra é rompida produzimos, ao fim, absurdos. Nesses sistemas, portanto, as regras só são interessantes à filosofia quando são transgredidas – “Assim como as leis só se tornam interessantes quando são transgredidas, certas regras gramaticais só são interessantes quando os filósofos querem transgredi-las” (BT, p. 313e). Poderíamos dizer também que um sistema de regras é interessante à filosofia

quando nós o transgredimos, mesmo sem saber. São nestes casos que a linguagem está, como diz Wittgenstein, “em férias” (BT, p. 202e). Afinal, as confusões que dizem respeito aos filósofos “ocorrem, por assim dizer, quando a linguagem está em férias, não quando está funcionando. (Pode-se dizer: quando está em marcha lenta)” (BT, p. 202e). Quando ela está funcionando, sem confusões conceituais, não temos motivos para nos preocuparmos.

A linguagem é uma ocorrência natural e, via de regra, funciona satisfatoriamente. Wittgenstein sempre aceitou essa posição ao longo de seu desenvolvimento filosófico, qual seja: que o papel do filósofo não é o de uma reformulação total e irrestrita da linguagem, mas, sim, de uma elucidação de como ela de fato funciona e o que a leva a funcionar. Mas, por outro lado, sempre aceitou também a posição segundo a qual os filósofos têm uma inclinação a operar a linguagem em férias. Podemos dizer, portanto, que um sistema de regras se torna interessante à filosofia, porque nossa inclinação a romper o sistema e, portanto, os limites da linguagem, nos leva a postular falsos problemas.

Quando os filósofos usam uma palavra e procuram seu significado é preciso sempre perguntar: esta palavra é sempre usada, realmente, desta forma na linguagem para a qual ela foi criada? Normalmente, em seguida, descobrimos que não é assim, e que a palavra está sendo utilizada de forma contrária à sua gramática normal (BT, p. 315e).

Assim como o filólogo que estuda a gramática, o filósofo também está preocupado com as regras da linguagem. No entanto, são exatamente as regras que os filólogos ignoram que são, precisamente, aquelas que são de interesse filosófico – tal como a diferenciação entre tipos de palavras e suas distintas regras gramaticais que, para o filósofo é importante, mas para o filólogo é irrelevante (BT, p. 305e). O filósofo, portanto, tem um interesse peculiar em relação à gramática. Ele estuda como as regras gramaticais regulam cada sistema gramatical, regulando, assim, o que pode ser dito com sentido. Além, é claro, de estudar como nossa tendência a romper cada sistema gramatical, de modo a sobrepô-los, por exemplo, nos leva à formulação de falsos problemas filosóficos.

Que o filósofo tem um interesse peculiar em relação à gramática é algo claro, como vimos; mas, não é tão claro saber exatamente o limite desse interesse. A filosofia sempre foi, segundo a tradição, de um algum modo normativa. Sempre tentou estabelecer, por meio de suas proposições, alguma relação de necessidade entre como as coisas são e porque elas são deste ou daquele modo – uma espécie de descrição metafísica da *natureza* das coisas. Em outras palavras, a filosofia, como tratada pela

tradição, sempre foi uma tentativa de estabelecimento de *condições de possibilidade*. Wittgenstein, por outro lado, é um crítico de uma parte desta visão¹². Sua busca pela normatividade sempre esteve amparada em questões de lógica e de linguagem, e não em uma busca metafísica por condições de possibilidade. É nesse sentido que Wittgenstein diz, no *Tractatus*, que toda necessidade é uma necessidade lógica, descrita por tautologias verofuncionais (TLP, 4.46 e 4.461)¹³. Portanto, naturalmente, se proposições filosóficas são verdadeiras, deveriam ser necessárias, mas certamente não são necessárias no sentido de serem tautologias. Logo, como só há um tipo de necessidade, proposições filosóficas são pseudoproposições. Dessa forma, Wittgenstein rebate diretamente boa parte da tradição filosófica ao impossibilitar a defesa de condições de possibilidade por meio de proposições filosóficas que seriam, em alguma medida, uma tentativa de combinação entre proposições empíricas e proposições necessárias.

Por isso, desde muito cedo, Wittgenstein sempre assumiu uma postura elucidativa em relação ao funcionamento da linguagem em oposição a uma postura de reformulação total e irrestrita da mesma. De modo semelhante ocorre aqui em relação à tese da gramática como sistemas de regras. O filósofo está interessado em como as regras gramaticais circunscrevem o uso que fazemos dos sistemas dos quais nos apoiamos ordinariamente. Dito de outra forma, o filósofo está interessado em como as regras gramaticais estabelecem um limite de sentido para o que pode ser dito por meio de uma gramática. Tal elucidação não é, para Wittgenstein, uma espécie de descrição ideal, nem abstrata.

Os regulamentos de trânsito permitem e proíbem certos movimentos de trânsito nas ruas. Mas eles não tentam regular *todos os movimentos* de pedestres e veículos com ordenação (leis, legislação). Seria absurdo falar de um *conjunto ideal de regras de trânsito* que faria isso (BT, p. 201e, grifo nosso).

Pensar em “todos os movimentos” seria, como diz Wittgenstein, “absurdo”. Mas, por qual motivo? De certa forma, estabelecer um conjunto ideal de regras de trânsito que descreva, com precisão, todo e qualquer movimento possível seria algo positivo. Descreveríamos, assim, tudo que há para descrever. Haveria então um carácter

12 Mais à frente na tese mostraremos que é possível dizer que Wittgenstein se compromete com condições de possibilidade no BT, embora não para se referir a uma espécie de descrição metafísica das coisas, como é amplamente usada a expressão pela tradição.

13 Há uma parte da literatura secundária, conhecida como leitura realista (Pears 1987 e Hacker 1986), que defende a tese das condições de possibilidade no *Tractatus*. Nesse sentido, há no *Tractatus* um claro exemplo em Wittgenstein, de acordo com a leitura realista, de seu comprometimento com condições de possibilidade. No entanto, estamos mais próximos nesta tese da leitura antirrealista de Ishiguro (1969) e McGuinness (2002), a qual não postula condições de possibilidade para o *Tractatus*. Ver, Costa (2019).

de previsibilidade que, para o trânsito, seria essencial. Wittgenstein, contudo, recusa tal empreitada, porque entende que a tarefa da filosofia “não é a de aprimorar a nossa linguagem, nem de torná-la mais exata ou, possivelmente, de tentar substituí-la por uma ‘idealmente exata’” (BT, p. 200e). Wittgenstein não assume a posição de tentar descrever todos os movimentos possíveis, porque simplesmente não está interessado, por um lado, em condições de possibilidade (*enquanto uma espécie de inventário de regras ideias*) e nem, por outro, em uma *linguagem ideal*¹⁴. Portanto, segundo Wittgenstein, “é melhor não falar tão vagamente sobre ‘todas as regras’, mas apenas sobre certas regras, ou todas as regras em uma lista, etc.” (BT, p. 200e). É melhor falar apenas sobre as “tabulações de regras” ou sobre “regras em uma lista” tendo em vista, assim, o modo como elas ocorrem pontualmente em seus respectivos sistemas.

Sendo assim, quando Wittgenstein pensa em linguagem e em sua elucidação, ele está pensando em *linguagens existentes*¹⁵ – “A filosofia está preocupada com as linguagens existentes e não deveria fingir que tem que lidar com uma linguagem abstrata” (BT, p. 57e). Ou ainda, “o que nós chamamos de regras se formam em analogia às regras existentes” (BT, p. 201e). Por “linguagens existentes” ou “regras existentes” Wittgenstein está se referindo às linguagens naturais, ou seja, à linguagem conforme ela ocorre ordinariamente. Por isso, Wittgenstein também se refere às linguagens existentes como um fenômeno.

É claro que estamos falando sobre o fenômeno espacial e temporal da linguagem. E não sobre um absurdo não-espacial e não-temporal. Mas estamos falando sobre isso como fazemos sobre as peças em um jogo de xadrez, sobre *seu uso* no jogo, e *não* sobre suas *propriedades físicas* (BT, p. 57e, grifo nosso).

Quando Wittgenstein diz que está interessado na “linguagem como um fenômeno”, ele não está se referindo à linguagem fenomenológica, de 1929. A palavra ‘fenômeno’, neste caso, é um constativo. Refere-se ao que ocorre ou, dito de outro modo, refere-se às linguagens naturais. O xadrez é, dessa forma, uma “linguagem existente”, pois é formado por um sistema de regras que determina a função de cada peça no sistema. A filosofia, dessa forma, está interessada no *uso* do jogo (no sistema de regras), e não em descrever as propriedades físicas das peças. Portanto, se não se trata

14 Além disso, a passagem sobre as regras de trânsito é próxima ao que diz a passagem sobre cozinhar um ovo. Em ambos os casos não se trata de um sistema orientado por regras, mas apenas de um sistema que possui regras. Sendo assim, ao não seguirmos uma regra de trânsito não produzimos absurdos, apenas cometemos uma infração.

15 Pensando, desse modo, em “[...] confusões geradas pela gramática existente” (HACKER, 2013, p. 158). Ver, também, Engelmann (2009, p. 45).

de uma investigação ideal/abstrata das regras, tampouco se trata de uma investigação empírica. Além disso, como diz Wittgenstein:

Ao investigar a linguagem e o significado, podemos facilmente chegar ao ponto de pensar que realmente não devemos falar sobre palavras e sentenças em seu *sentido ordinário*, mas sobre palavras etc., em um sentido mais sublime, mais abstrato (BT, p. 57e, grifo nosso).

Quando falo sobre linguagem – palavra, sentença, etc. – devo falar em *linguagem cotidiana*. – Mas existe alguma outra? (BT, p. 58e, grifo nosso).

Linguagens existentes e fenômeno da linguagem dizem respeito à mesma coisa, a saber, à linguagem ordinária ou cotidiana. Pode, à primeira vista, parecer trivial dizer que Wittgenstein está interessado na linguagem conforme ela ocorre ordinariamente. Mas se lembrarmos que no *Tractatus*, com a ideia de sintaxe lógica, Wittgenstein tinha em mente uma linguagem *a priori* que expressasse a lógica (a forma lógica profunda) de nossa linguagem, teremos, então, a dimensão da mudança descrita nas passagens acima¹⁶. Afinal, estaríamos pensando agora na linguagem e em suas diferentes gramáticas. Estaríamos iniciando e terminando nossa tarefa, por assim dizer, “nas linguagens existentes, e não em uma notação”, como nos diz Engelmann (2013, p. 124).

1.2 Livro das Gramáticas

Se Wittgenstein está interessado, como vimos, nas linguagens existentes, então está interessado nas regras que orientam a gramática de nossa linguagem – “Vamos examinar nossa linguagem *no que diz respeito às suas regras*” (BT, p. 203e). Podemos dizer, de forma mais clara, que Wittgenstein parece estar interessado no BT nas regras que governam as *diferentes gramáticas* que compõem a linguagem. Dizemos aqui “diferentes gramáticas”, porque diferentemente da compreensão que sustentara em seus primeiros trabalhos (no *Tractatus* e no SRLF), para Wittgenstein, a linguagem não é formada por uma única forma lógica subjacente, a sintaxe lógica. Linguagem, no BT, é pensada como sendo formada por um *conjunto de gramáticas*, de modo que cada gramática seria uma espécie de capítulo de livro do “livro das gramáticas”¹⁷.

Assumida como um conceito lógico, ‘linguagem’ teria que ser equivalente à ‘sentença’, e então poderia ser o *título* para *uma parte* da gramática (BT, p. 53e, grifo nosso).

¹⁶ Wittgenstein, no *Tractatus*, também estava interessado nas linguagens existentes. Contudo, seu objetivo era elucidar a forma lógica profunda que estaria por detrás dessas linguagens, ou melhor, por detrás da linguagem verocondicional. Wittgenstein era contrário a tese de Russell, apresentada no prefácio, que atribuía ao *Tractatus* uma tentativa de estabelecimento de uma linguagem ideal.

¹⁷ Ver, Hacker (2013) e Engelmann (2013, p. 115).

‘Proposição’ é, obviamente, o *título da gramática* das proposições. Mas, em certo sentido, também é o título da gramática em geral e, portanto, é equivalente às palavras ‘gramática’ e ‘linguagem’ (BT, p. 51e, grifo nosso).

Pois, mesmo que essa palavra fosse o *título de nossa gramática* – digo a palavra ‘gramática’ –, então esse título só servirá para distinguir este livro de outros livros (BT, p. 54e, grifo nosso).

Esse “livro das gramáticas” teria como propósito estabelecer uma representação perspicua da linguagem¹⁸. Embora Wittgenstein tenha como propósito uma representação perspicua, não é dito com isso que há, por assim dizer, uma *visão geral* do livro das gramáticas. Pelo contrário, “embora tudo esteja *à vista*, é extraordinariamente difícil obter uma *visão geral*” (HACKER, 2013, p. 154). Falhamos em ter essa visão geral, por isso nossa tarefa se restringe apenas à elucidação das regras de nossa linguagem – “Não queremos refinar o sistema de regras de maneira fantástica, nem queremos completá-lo. Queremos remover as confusões e ansiedades que decorrem da dificuldade de ver o sistema de uma só vez [‘de relance’]” (BT, p. 203e). Dessa forma, para Wittgenstein, não faz sentido falar da totalidade das regras, de sua completude. Falar da totalidade das regras pressupõe, por um lado, que a linguagem deva possuir uma totalidade de regras e, por outro, que para compreender de forma inequívoca essa linguagem deveríamos ter acesso à totalidade de suas regras. Wittgenstein parece recusar as duas possibilidades.

Ao elucidar como as gramáticas funcionariam estaríamos elucidando, por conseguinte, como a linguagem funcionaria. Não precisaríamos, assim, de um simbolismo perspicuo para tal tarefa, mas de compreender as diferentes gramáticas que formariam a nossa linguagem. O que elucidamos em relação à gramática são as listas de regras que a compõe. O que deveríamos fazer, portanto, seria consultar o livro das gramáticas sempre que fosse necessário.

O sistema de regras foi definido em *um livro*; mas nós quase nunca consultamos este livro em *casos práticos*. De vez em quando, porém, somos tentados a lê-lo em voz baixa. [...] Muito do que está presente nele é tão amarelado que mal conseguimos ler, outras coisas são claramente visíveis, mas sem as qualificações necessárias são falsas e enganosas (BT, p. 203e, grifo nosso).

Podemos interpretar a presente passagem da seguinte forma: o pressuposto de Wittgenstein com a tese acima nos diz que os problemas filosóficos seriam evitados se estivéssemos atentos ao livro das gramáticas e aos seus diferentes capítulos. A questão,

18 “‘Representação perspicua’ no BT consiste em tornar claro os limites de sentido por meio das regras de ‘nossa gramática’ (em todas as suas subdivisões) e em apontar como e onde a linguagem pode nos enganar” (ENGELMANN, 2013, p. 116).

contudo, é que consultamos o livro apenas em casos práticos nos quais há um cenário de conflito em relação à interpretação das regras da gramática (falaremos sobre isso mais à frente no texto). Nos demais cenários apenas usamos a gramática.

1.3 Gramática e Sistema

Ao aproximar o conceito de “gramática” ao conceito de “sistema de regras”, o BT nos permite falar de “regras gramaticais” – “As regras gramaticais, como atualmente existem, são regras para o uso de palavras” (BT, p. 147e). Não somente para o uso de palavras, mas também para o uso de proposições. A palavra ‘gramática’, nesse sentido, refere-se às tabulações de regras para a linguagem e, como vimos, a linguagem seria formada por um conjunto distinto e não concorrente de sistemas gramaticais responsáveis por determinar um limite para o sentido proposicional: o livro das gramáticas. No entanto, além desse uso da palavra ‘gramática’ relacionada à expressão ‘sistemas de regras’, há também um outro uso da palavra ‘sistema’ no BT relacionada à palavra ‘gramática’. Trata-se da palavra ‘sistema’ como “sistema de proposições”¹⁹.

Como vimos, aquilo que Wittgenstein chama de “gramática” refere-se aquilo que ele chama de “linguagem”, de tal modo que o que importa para gramática importa para linguagem (BT, p. 305e). Sendo assim, ‘gramática’ significa uma linguagem orientada por “regras” (BT, p. 203e). No BT, podemos dizer que há uma espécie de “*grande gramática*” das proposições empíricas, outra das proposições matemáticas, e ainda uma outra dos testemunhos subjetivos. Essa grande gramática cobre, de modo geral, boa parte daquilo que podemos dizer por meio de uma linguagem. Afinal, ora estamos proferindo proposições necessárias, ora proferindo proposições contingentes e, por fim, ora proferindo testemunhos subjetivos.

A grande gramática é um reflexo da ideia, já presente no *Tractatus*, de pensar a linguagem como uma *lista de proposições*, amparada, sobretudo, na distinção entre o que pode ser dito com sentido e o que apenas pode ser mostrado. Wittgenstein, no BT, ainda tem em mente a posição do *Tractatus* segundo a qual cada proposição tem sua própria função. Mas, diferentemente do *Tractatus*, Wittgenstein não estabelece essa função amparada na distinção entre dizer e mostrar, mas, sim, na ideia de que cada proposição tem sua própria função, porque pertence a uma gramática determinada. A partir do BB e, sobretudo, nas *Investigações* e posteriormente no *Da Certeza*, Wittgenstein assume que proposições não têm gramáticas pré-estabelecidas, mas funcionam apenas contextualmente, abandonando a tese da lista de proposições. Como

19 Ver, Hacker (2013, p. 152) “*Satzsysteme* (‘sistema de proposições’)”.

consequência direta desse abandono, a ideia de “absurdo” vinculada no *Tractatus* e no BT às gramáticas pré-estabelecidas (pela distinção dizer e mostrar e pela tese da gramática como sistema de regras, respectivamente) é reintroduzida, de forma mais sofisticada, a partir do BB, por meio da ideia de “mal-entendidos” e de “absurdidades” (veremos essa questão no capítulo III).

Além dessa grande gramática, podemos dizer que Wittgenstein também reconhece como pertencente ao livro das gramáticas, *gramáticas menores*, por exemplo, o octaedro das cores (BT, p. 322e), o jogo de xadrez (BT, p. 186e), dentre outros. O jogo de xadrez, como discutimos no início do capítulo, é um exemplo claro. Jogar xadrez é uma atividade orientada por regras. Elas prescrevem as ações permitidas dentro do jogo, evitando, assim, absurdos. Qualquer gramática orientada por regras que estabeleça um limite de sentido é uma “gramática”, tal como é descrito o termo por Wittgenstein. Gramática, nesse sentido, é pensada como sinônimo de *sistema de regras*, pois são formadas por regras gramaticais que estabelecem um limite de sentido.

No BT há, por um lado, sistemas de regras que estabelecem regras gramaticais (*Grammatik*) e há, por outro, *sistemas de proposições* (*Satzsysteme*). Nesse segundo caso, o significado²⁰ de uma proposição é definido em relação à sua posição *dentro* do sistema, ou seja, em relação ao sistema de sentenças do qual faz parte (BT, p. 63e). De modo similar ocorre com as palavras. Elas têm significado de acordo com a posição que ocupam no “espaço gramatical” (BT, p. 26e). Veremos na próxima seção de que modo o sistema de proposições é pensado por Wittgenstein no BT.

1.3.1 Espaço Gramatical e Sistema de Sinais

Começaremos pela ideia de “espaço gramatical” (BT, p. 26e). Wittgenstein usa o termo “espaço gramatical” para se referir ao significado das palavras. Palavras têm um significado definido em função do lugar que ocupam no sistema. Mas o que isso quer dizer propriamente?

Para elucidar o problema do significado de uma palavra, ou seja, o problema de como uma palavra poderia ter significado, e qual a relação disso com o sistema de proposições, Wittgenstein se pergunta sobre qual seria o “candidato ao significado” no BT. A primeira alternativa que Wittgenstein descarta é a tese mentalista, segundo a qual seria a imagem mental que fixa, como um gancho, o significado à “imagem mental” correspondente (BT, p. 26e). Wittgenstein, como já é conhecido pela tradição, é

20 Wittgenstein assume que cada proposição é um sinal dentro do sistema de sinais, por isso, proposições têm, neste caso, significado. Veremos essa questão na seção seguinte.

contrário a essa posição, porque ela nos leva quase que naturalmente a uma espécie de mentalismo, a saber, que palavras têm significado em razão de alguma atividade interna ou mental. Essa discussão, embora importante, não nos interessa aqui neste momento²¹.

Outra alternativa que Wittgenstein discute no BT e que também será descartada pode ser chamada de “tese do portador”. A tese do portador nos diz que o significado de uma palavra é definido em razão de seu portador, daquilo a que a palavra *se refere*. O portador, neste caso, não seria um portador de verdade, como é comum o uso do termo na tradição, mas de significado. Nesse sentido, todas as palavras teriam um portador, uma referência que fixaria o significado. Wittgenstein, contudo, sustenta que *não é a referência que fixa o significado e, sim, o “espaço gramatical” no qual a palavra é aplicada*. Sendo assim, a peça rei do xadrez, por exemplo, não é o portador do significado (a referência do significado), porque, como diz Wittgenstein, “pelo significado de um nome nós não entendemos seu portador” (BT, p. 27e, grifo nosso)²². Ou ainda, “nós não entendemos pelo ‘significado do nome’ seu portador // pelo ‘significado de / um / nome’ não entendemos seu portador” (BT, p. 27e, nota 16).

Mas há alguns cenários, contudo, em que a tese do portador é aplicada. O mais importante, sem dúvida, diz respeito aos casos nos quais o portador funciona como uma espécie de “amostra”, como uma referência específica. Nestes casos, o significado é definido em razão da amostra.

Mas quando queremos explicar o significado de um nome, não apontamos para o objeto que ele representa? Sim, mas este objeto não significa “o significado”, mesmo quando pensamos ter especificado apontando para o objeto. Mas, aqui, entender a palavra “portador” corretamente em um caso particular (cor, forma, som, etc.) determina o significado, exceto para uma *determinação final*, por assim dizer (BT, p. 27e, grifo nosso).

Nesses “casos particulares”, nos quais usamos termos categoriais como “cor” e “forma”, entendemos pelo significado do nome estritamente o seu portador, a sua referência. Esses casos são aqueles em que lançamos mão de amostras para fixar o significado. Dizemos “isto é lilás”, apontando para uma amostra, para dizer que “esta amostra se chama ‘lilás’”. Mas, esse tipo de explicação não é uma “determinação final”. Afinal, o próprio ato de dizer “isto se chama” pode ser mal interpretado. Portanto, não poderíamos fixar, em definitivo, o significado de uma amostra, como sendo uma espécie de determinação final. Está é a crítica de Wittgenstein na passagem acima.

²¹ Ver, capítulo III.

²² Se pensarmos no jogo de xadrez e na peça “rei”, por exemplo, podemos perceber que ela pode ser substituída por qualquer outro objeto e, mesmo assim, podemos continuar jogando o jogo naturalmente. Não é a peça que fixa o significado de “rei”, mas o “espaço gramatical” do qual ela faz parte no jogo.

Sendo assim, a última alternativa à pergunta sobre o que determina o significado de uma palavra nos diz que palavras têm significado em razão de sua posição no “espaço gramatical” (BT, p. 26e). A analogia do espaço gramatical é parte constituinte de uma das teses centrais do BT, a saber, de que a gramática funciona como um sistema de regras. Afinal, se uma gramática é definida em razão do sistema de regras do qual faz parte, de modo similar o significado de uma palavra é definido em razão da gramática da qual faz parte, i.e., em razão do lugar que ela *ocupa na gramática* – “Poderia chamar ‘significado’ a localização de uma palavra na gramática” (BT, p. 26e) ou ainda, segundo a nota 13, da seção 18, “A localização de uma palavra // gramática // é seu significado” (BT, p. 26e). Palavras têm significado, no BT, porque elas são usadas em determinadas gramáticas. São essas gramáticas que circunscrevem, por meio de suas regras gramaticais, o significado de cada palavra. “Obviamente, palavras têm funções completamente diferentes em uma sentença, e estas funções nos aparecem tal como é expressa nas regras que se aplicam às palavras” (BT, p. 25e).

De forma similar à analogia do “espaço gramatical” ocorre com a tese do sentido das proposições. Wittgenstein chama de “sistema de sinais” a ideia segundo a qual cada sentença é um sinal dentro de um sistema (BT, p. 76e). Dessa forma, o sentido de uma sentença (entendido no BT não como o valor de verdade que a sentença expressa, mas o significado que a sentença tem dentro de um sistema) é definido em razão do sistema de sinais do qual faz parte – “O que é a proposição é determinado pela gramática. Ou seja, dentro da gramática” (BT, p. 62e). Nesse sistema de sinais uma sentença, como um sinal, é assumida como possível em contraste com outras possibilidades. Wittgenstein, portanto, parece expandir a tese do *princípio do contexto* do *Tractatus* (TLP, 3.3) e aplicá-la no BT à ideia de sistema de sinais, de modo que sentenças só teriam sentido se fossem reconhecidas como *parte* de uma gramática.

Entender uma sentença significa entender uma linguagem.
Cada sentença de uma linguagem somente tem sentido em contraste a outras combinações de palavras na mesma linguagem.
Se uma sentença não fosse *uma* combinação possível entre outras, então não teria nenhuma função (BT, p. 76e).

Já vimos que Wittgenstein relaciona gramática à linguagem, de tal forma que os propósitos da gramática são os propósitos da linguagem. Portanto, quando é dito “cada sentença de uma linguagem” é dito claramente “cada sentença de uma gramática”. Além disso, “é claro que um sinal em um sistema significa apenas que é *este* sistema em contraste com outros” (BT, p. 77e, grifo nosso). Podemos contrastar um sinal de um

sistema com outros sinais do mesmo sistema (i.e., dentro do próprio sistema) como também parece ser possível contrastá-los com os sinais de sistemas diferentes.

Apesar de Wittgenstein usar o termo “espaço gramatical” para o significado de palavras e o termo “sistema de sinais” para o sentido de proposições, no fundo as duas expressões são muito próximas, porque tratam palavras e proposições como sinais. Sendo assim, no sistema de sinais proposições são interpretadas como sinais e, por isso, podem ser pensadas em oposição a outros sinais possíveis. Isto assegura o “lugar” para o sinal na gramática do sistema de sinais. De modo similar funciona o espaço gramatical, pois palavras têm “espaços de significado” assegurados dentro da gramática/sistema. Em resumo, sem a noção de sistema (de sinais e de regras) teríamos, então, um conjunto de sinais que não teriam, de forma clara, sua função assegurada. Por conseguinte, todos os sinais de nossa linguagem seriam iguais, pois teriam, a rigor, o mesmo significado, a saber, qualquer um²³.

1.4 Cenário de Fixação e Uso

O BT, como vimos, apresenta uma distinção central entre possuir regras e ser orientado por elas. Wittgenstein, por isso, está interessado em sistemas de regras, porque está interessado em sistemas que são orientados por regras. Ou seja, sistemas orientados por regras são aqueles em que as regras gramaticais estabelecem um limite de sentido para o sistema, precisamente, para o que é possível ser dito por meio do sistema e para a ação daqueles que usam o sistema. Vimos também que a linguagem seria formada, segundo Wittgenstein, por um conjunto de gramáticas. Esse conjunto estabelecería uma espécie de livro das gramáticas, o qual cobriria, por assim dizer, o que é possível de ser dito por meio da linguagem. Com base no livro das gramáticas, vimos também que há no BT um sistema de sinais (o qual traça um limite de sentido para o que pode ser dito e formulado por meio de um sistema) e um sistema de proposições (o qual estabelece o significado de palavras e proposições). Em resumo, conforme sustentamos, o “espaço gramatical” e o “sistemas de sinais” exercem ao fim a mesma função no BT, qual seja, nos dizem que palavras e proposições funcionam como sinais e, por isso, têm posições bem definidas dentro de seus respectivos sistemas gramaticais para os quais essas posições definem “o significado” de cada sinal.

O percurso feito pela tese até este ponto nos permite mostrar que ao aproximar a noção de “gramática” à noção de “sistemas de regras” e de “regras gramaticais”, Wittgenstein, dentre outras coisas, sustenta que o significado de uma palavra ou 23 “Sem o sistema elas são meros sinais em um papel” (ENGELMANN, 2009, p. 42).

proposição é estabelecido pelo sistema gramatical do qual faz parte. No entanto, e este é o ponto que discutiremos nesta seção, um sistema gramatical pode ser pensado em diferentes cenários. Podemos pensá-lo em um *cenário de uso*, mas também podemos pensá-lo em um *cenário de fixação*. Os cenários de uso e de fixação referem-se, assim, à significação. Referem-se ao modo como fixamos e usamos o significado de palavras e de proposições. Há características importantes e distintas nesses cenários que nos auxiliam no entendimento da tese da gramática como sistema de regras no BT.

Começaremos pelo cenário de uso. No cenário de uso, o sistema gramatical se comporta como uma “caixa de ferramentas” (BT, p. 18e). Na caixa temos diferentes ferramentas que, de antemão, sabemos como podem ser usadas. A finalidade de cada ferramenta já está definida. Nós simplesmente a escolhemos dentro da caixa, junto com outras inúmeras ferramentas, e a usamos. Procuramos determinada ferramenta para determinada finalidade. De modo similar ocorre com a linguagem. No cenário de uso, a linguagem se comporta autonomamente, porque, dentre outras coisas, o uso e a significação (de palavras e de proposições) já estão constituídos. No cenário de uso regras ocorrem, assim, como o pano de fundo que regulamenta as funções da caixa de ferramentas. Estamos, é claro, nos referindo ao cenário de uso no qual a linguagem não está “em férias” (BT, p. 202e)²⁴, como já discutimos na seção 1.1. Estamos nos referindo ao cenário no qual cada ferramenta tem sua função definida de forma clara e inequívoca. Incluindo, dessa forma, seu *uso futuro*.

Mas esta caixa de ferramentas – não é a gramática, com suas regras? (BT, p. 18e).

A caixa de ferramentas me parece a gramática com suas regras (BT, p. 18e, nota 9)

É como se, na caixa de ferramentas, defino as ferramentas para o *uso futuro* (BT, p. 19e, grifo nosso).

Neste cenário, a linguagem não está “em férias” (BT, p. 202e). Portanto, não interessa ao filósofo os problemas ocasionados pelo uso inadequado da linguagem, como ocorre no cenário de uso da linguagem em férias. No cenário de uso da linguagem como uma caixa de ferramentas, o filósofo está atento às regras que orientam a gramática e prescrevem, dessa forma, o seu uso futuro. Prescrevem, sobretudo, o significado. No BT, Wittgenstein, em relação ao cenário de uso, tem interesse, por um lado, na linguagem quando ela está “em férias” e, por outro, quando ela funciona de forma inequívoca. O cenário no qual a linguagem é pensada como um caixa de

²⁴No cenário em que a linguagem está “em férias” as regras também estão presentes. O que difere, no entanto, é a postura que o filósofo assume em relação aos dois cenários de uso.

ferramentas é claramente um cenário no qual ela funciona de forma inequívoca. Mas, em ambos os cenários (“em férias” e da “caixa de ferramenta”) o uso *já* estar constituído. Sendo assim, se ele já está constituído, então qualquer *uso futuro* também está.

Em resumo, um sistema gramatical dentro do cenário de uso também funciona como um caixa de ferramenta, pois estabelece *para qualquer uso futuro o significado do sinal empregado*. No entanto, além do cenário de uso, podemos pensar na gramática funcionando também em um *cenário de fixação*. Neste cenário, o uso não está constituído. Não sabemos exatamente qual ferramenta da caixa devemos usar, pois estamos, justamente, definindo o que deve fazer cada ferramenta. Portanto, é evidente que não podemos, ao mesmo tempo, definir a função de uma ferramenta e usá-la, assegurando, assim, *o uso futuro para qualquer situação*²⁵. Ou fixamos o uso ou o usamos. Há uma assimetria entre os dois cenários. O BT faz algumas considerações pontuais e importantes sobre esse cenário. Tais considerações são importantes, porque nos permitem mostrar, como veremos à frente, como se inicia a discussão sobre o caráter pragmático da linguagem no BT.

O cenário de fixação de significado é discutido por Wittgenstein no BT a partir de duas alternativas, a saber, a primeira se refere ao o que chamaremos de “experiência característica”, e a segunda se refere ao o que chamaremos de “aquisição da linguagem”. A tese da “aquisição da linguagem” e das “experiências características” são dois candidatos à explicação do significado no contexto de fixação. São dois candidatos à explicação, porque, como vimos, no cenário de uso explicamos o significado de uma palavra recorrendo ao sistema de regras do qual a palavra faz parte. Recorremos, assim, a caixa de ferramentas para explicar o que deve fazer cada ferramenta. Mas, no cenário de fixação não temos esse recurso. Como, então, podemos explicar o significado nesse cenário? Se não ancoramos nossas explicações no uso já constituído, onde podemos ancorá-las? Vejamos como após uma recusa a essas duas alternativas Wittgenstein constrói uma terceira alternativa, a qual abre caminho para a discussão sobre o caráter pragmático da linguagem.

Começaremos pelas “experiências características”.

Alguém diz a uma criança: “Pare, sem mais açúcar!”, e tira o cubo de açúcar dela. É assim que uma criança aprende o significado da palavra “não”.

²⁵ É possível pensar em situações nas quais usamos e fixamos o significado de uma ferramenta, mas estas situações não parecem ser estendidas para qualquer uso futuro. São, em sua maioria, situações singulares. O ponto aqui é dizer que o uso e a fixação são cenários distintos, pois, estabelecem, de modo igualmente distinto, o uso futuro da ferramenta.

Se alguém tivesse dito as mesmas palavras enquanto lhe entregava um cubo de açúcar, ela teria entendido a palavra de uma maneira diferente. Desta forma, ela aprendeu a usar a palavra, mas também a associar um *sentimento particular* à palavra, a experimentá-la de uma maneira particular (BT, p. 29e, grifo nosso).

Para Wittgenstein, no BT, o significado é o que a explicação do significado explica – “Não vamos perguntar o que significa, mas, em vez disso, vamos examinar o que é chamado de ‘explicação do significado’” (BT, p. 29e). A mesma postura é assumida no BB, mas, como veremos nos próximos capítulos, o pano de fundo da tese é outro. Por enquanto devemos entender que, por explicação, em “o significado é o que a explicação do significado explica”, Wittgenstein se refere ao fato de darmos uma outra proposição. Para uma explicação é sempre oferecida uma proposição – “Uma explicação diz o que uma proposição significa” (BT, p. 3e). A explicação nos diz o que uma proposição significa oferecendo uma outra explicação (uma outra proposição). Mas, como podemos dar uma explicação em relação ao modo como a criança entende o significado da palavra ‘não’?

Na passagem anterior, a criança supostamente aprendeu a *usar* a palavra e também a *associar* um “sentimento particular” ao significado. Neste caso, se o significado é o que a explicação do significado explica e se, por explicação, o que é oferecido é uma proposição, então como explicaríamos o sentimento particular associado ao significado de ‘não’? Parece pouco provável que tal sentimento possa ser descrito por meio de uma proposição. Neste cenário, portanto, há um sentimento particular que está por detrás da experiência característica que fixa o significado da palavra ‘não’. A tese da “experiência característica” (BT, p. 29e) nos permite dizer que podemos fixar o significado de um sinal recorrendo à experiência, a uma espécie de autoatribuição²⁶. Sendo assim, poderíamos fixar o significado de um sinal, a partir de um evento temporalmente distinto, recorrendo ao presente para fixar algo futuramente²⁷. Dessa forma, sempre que a criança ouvisse a palavra ‘não’, ela se lembraria do sentimento particular vinculado ao significado.

A experiência característica teria por finalidade fixar o significado para um uso futuro. No cenário de uso, como já dito, é o sistema de regras e a localização do sinal

²⁶ Usamos aqui os conceitos de “autoatribuição” e “atribuição-a-terceiros” sugeridos por André Porto (UFG) em vez de usar os conceitos de “1ª pessoa” e “3ª pessoa” consagrados pela tradição para enfatizar a ideia de “atribuição” e suas limitações que o argumento acima sustenta.

²⁷ O mesmo exemplo pode ser visto nas *Investigações*, precisamente, §258-264. Uma pessoa tem uma determinada sensação e associa a ela um sinal “S” para que, no futuro, quando ver o sinal ‘S’, possa se lembrar da sensação a ela vinculada. Nas *Investigações* o que está em jogo, nestes parágrafos, é uma discussão acerca da assimetria entre a autoatribuição e a atribuição-a-terceiros. No exemplo que usamos estamos interessados na questão temporal que está por detrás da relação entre fixar o significado e usá-lo.

dentro do sistema que estabelecem o significado do sinal. Por isso, ao usarmos um sistema, temos a expectativa de que sempre obteremos o mesmo resultado, pois, temos a expectativa de que o significado irá se manter independentemente de nossa vontade ou da vontade de qualquer outra pessoa – “[...] surpresas ocorrem no mundo, não na gramática” (BT, p. 52e). Mas, essa expectativa claramente não pode ser assegurada no cenário de fixação quando recorremos às experiências características. Por isso, há alguns problemas importantes em relação a esse candidato à explicação do significado no cenário de fixação.

O primeiro problema diz respeito ao caráter “mágico escondido atrás” do significado (BT, p. 52e) – “[...] o sentido não pode estar localizado *atrás* (igual um processo psicológico de imaginação, etc.)” (BT, p. 65e). Tornar a experiência característica aquilo que fixa o significado de uma palavra é dizer que há sempre algo “mágico” e “escondido” por detrás do modo como alguém usa e, sobretudo, entende uma palavra. Wittgenstein é contrário a essa tese, pois, como já dissemos, ela nos leva ao mentalismo. O segundo problema diz respeito à natureza da autoatribuição. A experiência característica é claramente um cenário de autoatribuição de significado no qual, a partir de um evento presente, de uma experiência característica, queremos fixar o uso futuro do significado de uma palavra. Wittgenstein, contudo, não nega que a autoatribuição possa ocorrer. Afinal, é possível atribuir significado às experiências características. Podemos ter um sentimento particular associado a um evento específico de nossas vidas e, até mesmo, embora não seja usual, associado ao significado de uma palavra ou proposição em particular. A questão central aqui, no entanto, é que a autoatribuição é problemática quando pensamos, como vimos acima, em dois eventos que são temporalmente distintos, como o ato de fixar o significado e o ato de usar o significado, a partir de uma experiência característica. Por serem temporalmente distintos, o uso interlocutório da linguagem parece não poder ser estabelecido por meio de autoatribuição via experiências características. Em resumo, os dois eventos não são somente temporalmente distintos, mas logicamente também.

Ao descartar a tese das experiências características, Wittgenstein, no cenário da fixação, tem outro postulante a candidato à fixação, qual seja, aquilo que chamaremos de “aquisição da linguagem”. De modo geral, podemos entender tal tese amparada em uma perspectiva fundacionista e composicionalista – i.e., na ideia de que ao nomear algo, apontando, estamos adquirindo linguagem. Assim, a partir de uma nomeação (de um fundacionalismo, de uma base) seguiríamos por regras de composição para compor

uma linguagem com estruturas mais complexas. Ao tratar dessa questão, Wittgenstein tem em mente a proposta de Agostinho²⁸ para a linguagem.

Quando Agostinho fala sobre a aprendizagem da linguagem, fala exclusivamente sobre como nós atribuímos nomes às coisas, ou entendemos os nomes das coisas. Então, nomear, aqui, aparece como a fundação, *o início e o fim de toda a linguagem*. Esta maneira de olhar à linguagem é aquela que toma a forma de explicação ‘Isso é ...’ como fundamental (BT, p. 23e, grifo nosso).

Wittgenstein, no BT, parece aceitar alguma forma de composicionalismo, porque aceita alguma forma de contexto (são as regras gramaticais de um sistema que definem a posição de cada sinal no sistema), mas, certamente, não é fundacionista, porque não sustenta que fixamos o significado por autoatribuição (por “experiências características”); nem diz, como no *Tractatus*, que o significado dos nomes simples é determinado por sua referência aos objetos simples. No BT, a análise é apenas horizontal, não vertical²⁹. A análise, no BT, não seria a análise do *Tractatus*. Trata-se apenas de dizer que ao se investigar uma certa gramática deveríamos analisar as tabulações de regras prescritas para o uso dessa gramática. As regras elucidariam tudo aquilo que poderíamos saber sobre o uso do sinal dentro de um sistema de sinais. “É horizontal porque o significado da palavra é *completamente exaurido* por suas regras” (ENGELMANN, 2013, p. 128, grifo nosso). Também não faz sentido alegar que temos aquisição de uma linguagem, afinal o livro trata das linguagens existentes, das regras existentes, com o objetivo de torná-las claras.

A posição de Agostinho, na passagem acima, tem dois problemas. Primeiro, embora ela funcione para explicar o funcionamento da linguagem, tal explicação é apenas parcial. Agostinho tenta explicar como uma certa visão de linguagem é construída – a ideia de que toda palavra deve ter seu referente – e, também, tenta explicar como construímos esta linguagem via nomeação. No entanto, essa explicação é, para Wittgenstein, demasiadamente simplista e possui, em si, graves problemas. Aqui nos interessa somente os problemas relacionados à tese fundacionista de aquisição da linguagem. De antemão, podemos dizer que temos palavras, a exemplo dos termos sincategoremáticos, que não têm referência alguma, ou ainda, situações nas quais não

28 Ver, Baker & Hacker (2005, pp. 1-11). Em *Wittgenstein: Understanding and Meaning* (parte I), Baker & Hacker descrevem a concepção agostiniana de linguagem que abre as *Investigações*. Mas, diferentemente de como a descrevemos aqui, o enfoque não é dado totalmente à tese fundacionista e composicionalista da linguagem (somente em parte) e, sim, ao ato ostensivo e, sobretudo, à elucidação de que a explicação agostiniana de linguagem está na base de boa parte daquilo que compreendemos por aprender uma linguagem.

29 “Pode-se dizer que a análise é horizontal e leva em consideração todo o sistema de linguagem, e não vertical, i.e., não pretende indicar elementos mais simples, i.e., indefiníveis supostamente *implícitos* no sentido das proposições. É horizontal porque o significado da palavra é completamente exaurido por suas regras” (ENGELMANN, 2013, p. 128).

temos o que apontar para nomear, como no caso a relação “ser *mais alto* que”. Segundo, Agostinho recorre à autoatribuição, à nomeação, pensando que a partir dela seria possível determinar uma espécie de ponto zero para a linguagem. Entretanto, a própria ostensão, o ato de apontar, não nos permite instaurar este ponto zero, porque qualquer ostensão pode ser mal-entendida. Ou seja, toda ostensão pressupõe uma linguagem, um sistema gramatical no BT. Não há, para Wittgenstein, ostensão fora da linguagem. “[...] ao dar uma explicação ostensiva de sinais não se deixa a gramática” (BT, p. 38e). Além disso, há também sempre uma impredicabilidade – dizer ‘copo’, apontando, é dizer copo *ou* vidro *ou* formato *ou* cor, etc. Há uma disjunção de propriedades que poderiam ser elencadas pelo ato de apontar que é difícil de ser especificada. Por isso, apontar para qualquer objeto não garante instaurar, precisamente, o conceito do objeto.

Wittgenstein parece ser contrário, nesse sentido, a qualquer teoria a respeito da aquisição da linguagem, assim como é contrário a qualquer teoria a respeito de condições de possibilidade para a linguagem (no sentido de um inventário ideal de regras). Mas, como veremos, é possível dizer que o BT estabelece uma espécie de condições de possibilidade para a interlocução, pois, as regras gramaticais dentro de um sistema de regras antecipam, para qualquer contexto possível, a sua própria aplicação. No entanto, esta forma de compreender o funcionamento da linguagem não pressupõe o ato de *estar fora* da linguagem. Os problemas dos quais os filósofos se ocupam ocorrem quando a linguagem já está constituída, sobretudo quando está em férias, não quando ela não está constituída. Não há o que dizer no BT sobre ao ato de fundação da linguagem, exceto esclarecer algumas distinções lógicas importantes que há entre o cenário de fixação do significado e o cenário de uso do significado. O cenário de fixação que estamos discutindo aqui é aquele no qual associamos um conceito a um objeto, de tal modo que o objeto seria uma instância para o conceito. Fixaríamos o uso do conceito instanciando-o a um objeto. Sobre isso vejamos uma famosa passagem do BT a respeito. Nessa passagem Wittgenstein associa o conceito “um metro” ao objeto (amostra) “metro-padrão de Paris”.

Quando se acrescenta *uma regra à proposição*, o *sentido da proposição não muda*. Se a definição de um metro é o comprimento do metro-padrão de Paris, então a proposição “Esta sala tem 4m de comprimento” diz o mesmo que “Esta sala tem 4m de comprimento”, e 1m = comprimento do metro-padrão de Paris (BT, p. 189e, grifo nosso).

O metro-padrão de Paris seria precisamente uma barra de metal utilizada como referência de um metro para o sistema métrico³⁰. Wittgenstein sustenta que se o “metro-padrão de Paris” *fixa* o significado de “um metro”, então ele mesmo não pode ser *usado* para dizer o que é “um metro”. Não poderíamos, então, usar o “metro-padrão de Paris” ora como amostra para fixar o significado de “um metro” e ora como regra. Dito de outro modo, não poderíamos usar uma instância como uma regra. Seria absurdo, defenderia Wittgenstein, acreditar que uma amostra poderia funcionar simultaneamente como uma amostra e como uma regra. Se ela funciona como amostra, como no caso do metro-padrão, então ela fixa o significado de um metro. Se ela fixa, então ela não poderia ser, ao mesmo tempo, uma regra que estabelece se *faz sentido* ou *não* afirmar que algo tem um metro. Ou seja, a amostra, como instância, não pode ser uma regra. Isto porque, no cenário de fixação estaríamos estabelecendo o significado de “um metro” e faríamos isso, em tese, estabelecendo uma regra – estaríamos “acrescentando uma regra à proposição” (BT, p. 189e). No entanto, tal regra não é, nem verdadeira nem falsa, pois, não afirma *nada* do mundo, a saber, não afirma *nada* sobre a barra. Se não afirma nada sobre a amostra, então seria absurdo assumi-la como uma regra.

Nesse sentido, se estamos fixando a regra para o uso de “um metro”, não podemos, ao mesmo tempo, usá-la, porque o “metro-padrão” não poderia exemplificar o que é um metro e simultaneamente denotá-lo. O metro-padrão só poderia exemplificar e denotar ao mesmo tempo caso fosse usado como uma notação, conforme ocorre com a notação em barra (ver, seção 3.4). Há, portanto, distinções lógicas importantes entre o uso de amostras para fixar o significado como uma instância (a amostra “o metro-padrão de Paris” seria uma instância do conceito de “um metro”) e o uso de uma amostra para exemplificar um conceito.

Quando usamos um conceito para falar de um objeto, por exemplo, estamos instanciando-o. Uma instância não pode ser “boa” ou “ruim”. Ou algo instancia ou não instancia um conceito. Não há graus aqui. Quando o objeto é uma instância do conceito, ele funciona como uma amostra para o conceito. Mas, quando usamos um objeto para tratar de um conceito estamos, por outro lado, exemplificando-o. Nesse segundo caso usamos um objeto, como exemplo, para fixar o uso do conceito. Diferentemente de uma instanciação, um exemplo pode ser “bom” ou “ruim”. Dessa forma, quando um exemplo é “um bom exemplo para o conceito”, o objeto é uma amostra para o conceito.

30 Há uma literatura importante sobre este mesmo problema. Mas, a discussão que estamos tratando aqui independe dessa literatura. Sobre o problema do metro-padrão, ver, Kripke (1980, pp. 54-56) e Baker & Hacker (2005, pp. 189-197).

Sendo assim, o cenário de fixação e uso exige, portanto, duas coisas: (1) uma assimetria entre o cenário de fixação e o cenário de uso e (2) uma espécie de cenário interlocutório. Podemos dizer, de outro modo, que a assimetria parece ser uma exigência do uso interlocutório da linguagem. A fixação de um significado ocorre dentro de uma situação interlocutória. Isto pode ocorrer instanciando um conceito por meio de uma amostra, como também exemplificando um conceito por meio de uma amostra. Essa fixação, nos dois cenários, *não pode ser estabelecida via autoatribuição* (conforme mostramos nesta e nas últimas seções a partir do problema das “experiências características” e da “aquisição da linguagem”), mas *por meio de uma atribuição-a-terceiros* (por meio de um cenário interlocutório). Oferecemos, pois, uma amostra para mostrar como ela fixa o uso, sendo instanciando-o ou exemplificando-o. Recorrer à interlocução parece ser uma maneira de garantir à linguagem seu uso futuro ao garantir que, o que é fixado, será fixado para qualquer uso futuro. Afinal, para Wittgenstein, “a gramática deve ser estabelecida antecipadamente. Ela não depende de nenhum evento futuro” (BT, p. 51e). Poderíamos acrescentar ainda que ela não depende de nenhum evento passado, como a experiência característica.

A interlocução parece surgir, neste caso, acompanhada do cenário de fixação. É uma exigência do cenário. Quando a linguagem já está constituída, por outro lado, é responsabilidade da gramática, como um sistema de regras, assegurar o significado dos sinais, ou seja, o sistema de sinais assegurará o uso que devemos fazer desses sinais. Trata-se aqui do uso ordinário da linguagem. Em razão desse uso ordinário, por assim dizer, é função da caixa de ferramentas ser um depositário das diferentes ferramentas e de seus respectivos usos. O cenário de fixação, por outro lado, é um cenário de uso extraordinário. Nas próximas seções explicaremos melhor do que se trata o conceito de “interlocução” que estamos propondo para uma parte importante do BT, a qual evidencia uma preocupação crescente de Wittgenstein com o caráter pragmático da linguagem.

1.5 Possibilidades Lógicas e Reais

Até aqui vimos que o BT se ocupa de uma certa visão de gramática. Essa visão aproxima o conceito de “gramática” ao conceito de “sistema de regras”, de modo que Wittgenstein apresenta a partir disso o conceito de “regras gramaticais”. Para elucidar as regras gramaticais e seu funcionamento, Wittgenstein não tem em mente uma espécie de descrição ideal, abstrata ou empírica da linguagem, mas, sim, uma elucidação das

linguagens existentes. A linguagem, segundo o BT, seria formada por um conjunto distinto de gramáticas que fariam parte, ao fim, de um grande livro das gramáticas. O papel das regras gramaticais seria, então, o de estabelecer um limite entre o que faz sentido ser dito e o que é absurdo.

De fato, Wittgenstein parece apresentar o conceito de “gramática” da forma como vimos até aqui na tese. O conceito de “regras gramaticais” funcionaria de modo similar ao conceito de “regra”, tal como ele é pensado, por exemplo, dentro de um jogo. Sendo assim, ao pensar a linguagem como sendo formada por um conjunto distinto de gramáticas, cada qual responsável por um sistema de regras diferente, Wittgenstein parece querer apresentar a concepção de linguagem em questão como sendo formada por *subdivisões de gramáticas*, de modo que poderíamos falar da “gramática das cores”, da “gramática dos números”, da “gramática do xadrez”, etc. Certas expressões categóricas ou categoriais³¹, a exemplo de “forma”, “cor” e “número”, indicariam a ocorrência de regras gramaticais distintas.

Eu poderia explicar as coisas desta maneira: a cor dessa mancha é chamada ‘vermelho’, a forma ‘círculo’. E aqui as palavras ‘cor’ e ‘forma’ representam o tipo de aplicação (regras gramaticais) e realmente significam tipos de palavras, como ‘adjetivo’, ‘substantivo’ (BT, p. 28e).

A literatura secundária do BT assume uma posição similar a essa que apresentamos acima. No entanto, ela também tem uma tendência de apresentar uma posição ainda mais forte sobre o papel da gramática no texto. Parte dessa tendência é decorrente da posição segundo a qual a noção de “regras gramaticais” e a noção de “cálculo” seriam, para a literatura, *noções definidoras* do período. Sendo assim, a gramática no BT seria pensada, quase que exclusivamente, como uma linguagem que operaria por meio de regras gramaticais, como uma espécie de cálculo. As regras gramaticais seriam, nessa concepção, “os pontos fixos da linguagem” (ENGELMANN, 2009, p. 42). Ou ainda, “essa ideia mais ou menos *sublime de regra* subjaz à concepção wittgensteiniana da gramática como um ‘cálculo’” (ENGELMANN, 2009, p. 42, grifo nosso).

O conceito de “gramática” do BT pensado desse modo funcionaria, de acordo com a leitura que estamos sugerindo, como uma linguagem que *operaria no vácuo*³². A expressão “operar no vácuo” nos permite elucidar um aspecto da linguagem que parece

³¹ Ver, Hacker (2013, p. 156). “Expressões categóricas (por exemplo, ‘forma’, ‘cor’ e ‘número’) indicam regras gramaticais que se aplicam a diferentes tipos de palavras (BT 32)”.

³² A concepção de uma linguagem que *opera no vácuo* é similar àquela que na literatura recebe outros nomes, a exemplo do “período do cálculo” de Hacker e Baker (2005, p. 50). O que difere, contudo, é o tratamento dado às regras gramaticais, em especial, ao seu caráter operacional.

ser claramente discutido por Wittgenstein no BT, qual seja, que a linguagem pensada a partir da ideia de sistema de regras se sustentaria de forma *independente e autônoma*. Independente, assim, de qualquer contexto de aplicação, e autônoma em relação à ação de quaisquer interlocutores. Ou seja, uma linguagem que expressaria, como já dito, uma noção “sublime de regra”, segundo a qual uma regra gramatical anteciparia, para qualquer contexto possível, a sua própria aplicação.

Ainda sobre essa questão, Hacker (2013), ao apresentar um conjunto de características definidoras do conceito de ‘gramática’ entre 1929-1933, nos diz que o conceito de gramática pode ser pensado como:

Gramática, *qua discipline*, é uma *descrição normativa* (e investigativa) da linguagem. [...] Gramática, *qua object* de *investigações* gramaticais, consiste em regras que *determinam* o sentido de uma linguagem (HACKER, 2013, p. 155, grifo nosso).

A gramática, nestes termos, seria estritamente normativa. Como disciplina, gramática seria uma *descrição* da normatividade da linguagem, e como objeto seria uma *investigação* desta normatividade. Nesse sentido, a gramática seria autônoma não somente em relação à realidade, mas também a *qualquer aplicação por interlocutores*. Este é o ponto. Esta compreensão do conceito de “gramática” que a literatura secundária parece assumir, embora correta em muitos pontos – dentre eles podemos destacar a aproximação entre o conceito de “regra” e “cálculo”, a defesa de um espaço gramatical e de um sistema de sinais, a defesa da autonomia e arbitrariedade da gramática, e outros pontos que discutiremos à frente –, apresenta a noção de “gramática” no BT como sendo uma noção uniforme. No entanto, a ideia de uma gramática que “opera no vácuo”, de forma independente e autônoma, parece não ser uma noção tão uniforme³³. Tal noção pressupõe que a gramática seria construída para uma finalidade específica, quase como uma máquina. Wittgenstein, contudo, está interessado “[...] na linguagem como *um fenômeno*, não como uma *máquina* que cumpre uma *finalidade específica* (BT, p. 149e, grifo nosso). A linguagem como fenômeno pressupõe, portanto, situações reais. Essas situações reais, no BT, são situações de uso. São situações em que, na grande maioria, há um jogo de linguagem ocorrendo.

Eu não poderia olhar para a linguagem como uma *instituição social* que está sujeita a certas regras, porque, caso contrário, ela não seria eficaz? Mas, aqui está o problema: não posso fazer esta última afirmação; não posso dar qualquer justificação das regras, nem mesmo desse modo. Posso somente descrevê-las como *um jogo que pessoas jogam* (BT, p. 145e, grifo nosso).

³³ Além da questão conceitual, podemos dizer que a noção de “gramática” não é uma noção uniforme no BT, porque, como já dissemos, o texto é uma coletânea extensiva de notas de pesquisa – o que cria, em certa medida, uma oscilação nas questões tratadas e no modo de apresentá-las.

Se não podemos descrever a linguagem como uma máquina que visa um propósito particular, nem como uma instituição social, então, temos de ter em mente que “em última análise, não fazemos quaisquer afirmações sobre as propriedades dos sinais – pois isto não nos interessa – mas apenas sobre as regras (gerais) para o seu uso” (BT, p.146e). É este uso que nos interessa aqui nesta seção, pois ele nos permite mostrar que há no BT, mesmo que de forma incipiente, uma certa preocupação com o aspecto pragmático da linguagem. Para ilustrar essa afirmação, assumiremos a distinção entre “possibilidades lógicas” e “possibilidades reais” de Bradley (1992).

Bradley elabora uma equação que identifica o conceito de “possibilidade lógica” com o conceito de “possibilidade real” em Wittgenstein. Não discutiremos se a equação é aplicável corretamente a Wittgenstein, como propõe o autor. Interessa-nos apenas a equação. Bradley aproxima a noção de proposições (com sentido) com a noção de possibilidade (real), ao sustentar que há uma conexão entre “sentido” e “possibilidade”³⁴. Sendo assim, aquilo que é possível logicamente (que tem sentido) seria também possível realmente.

De fato, ele equaciona várias noções que são *prima facie* distintas. Segundo Wittgenstein, *concebibilidade* = *imaginabilidade* = *figurabilidade* = *exprimibilidade* através de *proposições com sentido* = *possibilidade* = *possibilidade lógica* (BRADLEY, 1992, p. 34, grifo nosso).

Uma parte das situações que Wittgenstein descreve no BT são situações hipotéticas. Tais situações funcionariam como um experimento mental – “O que Mach³⁵ chama de experimento mental não é, evidentemente, uma experiência. No fundo, é um *exame gramatical*” (BT, p. 322e, grifo nosso)³⁶. O objetivo dessas situações no texto seria o de elucidar o alcance que a gramática, pensada como sistema de regras, poderia ter em determinadas situações. Sendo assim, Wittgenstein lança mão no BT de uma série de “possibilidades lógicas” cujo objetivo seria *testar o limite* do sistema de regras. Essas possibilidades são, em certa medida, fantasiosas, pois, como experimentos mentais, o objetivo presente é apenas testar *logicamente o alcance* do sistema de regras, ou seja, estabelecer um *exame gramatical* do alcance dessas situações. São fantasiosas, portanto, porque, mesmo que as regras gramaticais usadas nessas situações hipotéticas sejam verdadeiras, elas não são aplicáveis, de modo *habitual*, à nenhuma realidade

³⁴ Ver, Porto (2002, p. 52).

³⁵ Ernest Mach foi um físico austríaco (1838-1916) e uma importante inspiração para o Círculo de Viena.

³⁶ Esta passagem se situa em uma discussão anterior sobre o octaedro das cores e suas possibilidades estritamente lógicas (BT, p. 322e).

empírica. Um exemplo característico no BT, o qual discutiremos mais a fundo no capítulo II, é o seguinte:

Vamos pensar em um jogo, digamos tênis, cujas regras nada dizem sobre a altura máxima para a trajetória de uma bola. E agora imaginemos que alguém deveria dizer: este jogo não está regulado, pois a bola pode ser jogada tão alta que não retorne à Terra, ou arremessada tão longe que voe em torno da Terra, então não sabemos se esta bola deve contar como “fora” ou “dentro” (BT, p. 196e).

Faz sentido imaginar que alguém poderia rebater uma bola de tênis para fora da Terra? De uma perspectiva das possibilidades lógicas, sim. Afinal, se o jogo de tênis tem uma série de regras que definem o significado de “fora” e “dentro”, então ele deveria definir o significado em *quaisquer circunstâncias*. Isto só poderia ocorrer quando avaliamos o alcance do sistema de regras do jogo, ou dito de outra forma, quando avaliamos o alcance das regras presentes no sistema e que descrevem a situação. Nesse sentido, o BT, dada a aproximação entre o conceito de “gramática” e “sistema de regras”, lança mão de uma série de situações que descrevem apenas possibilidades lógicas, as quais são em certa medida fantasiosas, pois essas situações hipotéticas estabelecem *casos extraordinários* de avaliação para o alcance do sistema de regras. Esses casos extraordinários não são habituais. Isto não significa, contudo, que eles nunca poderiam ocorrer. Apenas significa que são extraordinários.

Com base nesses casos extraordinários e com base na gramática e suas regras, podemos pensar novamente no conceito de operar no vácuo. Se a experiência de pensamento faz um exame gramatical e testa apenas o alcance das regras presentes nos casos que exprimem possibilidades lógicas, então a gramática de fato funcionaria da forma com a literatura secundária sustenta. Afinal, o papel das regras gramaticais seria o de estabelecer um limite de sentido para a linguagem e esse limite seria traçado pelas regras da gramática em *quaisquer situações*. Sendo assim, em casos extraordinários, como no caso da bola rebatida para fora da Terra que descreve uma possibilidade lógica, a gramática operaria autonomamente, sem ação de um contexto e de interlocutores; pois, nestes casos, embora sejam verdadeiras as regras descritas pela situação que expressa uma possibilidade lógica, elas não se aplicam, de modo habitual, à nenhuma realidade empírica.

No entanto, no BT há algumas passagens que mostram a ocorrência de possibilidades reais, ou seja, situações concretas nas quais, de modo geral, é necessário a ocorrência daquilo que, em nossa leitura, estamos chamando de “interlocução”. As possibilidades reais seriam, ao contrário das possibilidades lógicas, situações não fantasiosas (empiricamente improváveis) e, sim, factíveis (possíveis de ocorrer

empiricamente). O BB, de modo geral, assume preponderante a ocorrência de possibilidades reais, conforme veremos no capítulo III, porque pretende elucidar como a linguagem funciona dentro de um cenário interlocutório no qual há uma situação interlocutória factível ocorrendo. Quanto ao BT, embora as possibilidades lógicas ocorram com maior frequência ao longo do texto, são as situações que expressam possibilidades reais, no entanto, que nos mostram que a tese da gramática como um cálculo (como um sistema de regras tal como a literatura sustenta) tem alguns problemas a serem resolvidos. Essas situações envolvem o uso interlocutório da linguagem. Para entendê-las devemos entender, portanto, o próprio conceito de “interlocução” que estamos sugerindo.

1.6 Interlocução no BT

A palavra ‘interlocução’ parece não ocorrer propriamente no BT e nem nos manuscritos que o compõe, ao menos até onde conseguimos verificar³⁷. Talvez, porque a palavra ‘interlocução’ seja mais comum em línguas latinas do que em línguas anglo-saxônicas e germânicas, como o inglês e o alemão. Contudo, a ocorrência de uma expressão próxima é textual no BT, qual seja, a expressão “jogos de linguagem” (mesmo que ela ocorra apenas pontualmente no texto). Esta expressão desempenha no texto a mesma função do conceito de “interlocução”, pois nos mostra que Wittgenstein, embora estivesse preocupado com a noção de gramática como sistema de regras, estava também pensando, já em 1932-1933, no uso da linguagem – o qual preferimos chamar de “uso interlocutório da linguagem”.

Acreditamos que é possível uma aproximação entre a palavra ‘interlocução’ e ‘jogo de linguagem’ no BT³⁸ em razão da tradução dos termos. No BT, editado e traduzido por C. Grant Luckhardt e Maximilian A. E. Aue³⁹, a palavra alemã ‘Sprachspiel’ é traduzida pela palavra inglesa ‘language-game’. Esta é uma tradução canônica, assumida amplamente pela literatura. Contudo, a palavra ‘linguagem’ pode se referir tanto à *linguagem* (ou língua) como *um todo* (como uma *estrutura fixa e*

37 Segundo o catálogo de Von Wright (1980, p. 47), o BT é formado, como já dissemos na introdução da tese, pelos manuscritos 109 ao 114 e pelos datiloscritos 212 e 213. Não encontramos, de acordo com “Wittgenstein’s Nachlass: The Bergen Edition” (2000), a ocorrência da palavra ‘interlocução’ no datiloscrito 213, nem em alguns dos manuscritos que analisamos. Talvez, como diremos abaixo no parágrafo, o motivo disto ocorrer seja pelo uso pouco habitual da expressão que é, a rigor, uma expressão latina.

38 A aproximação foi sugerida por André Porto (UFG).

39 Há algumas imprecisões na tradução do alemão para o inglês. Uma imprecisão significativa se encontra na seção 12 na qual a palavra alemã ‘Sprachlehre’ foi traduzida para o inglês ‘grammar’ como se fosse análoga à palavra alemã ‘Grammatik’. Wittgenstein inclusive mostra na nota 4, da página 37e, que não se trata da palavra ‘Grammatik’.

abstrata), quanto ao *ato* ou à *atividade de falar*. No BT, por exemplo, a palavra inglesa ‘speech act’ é traduzida pela palavra alemã ‘Sprachhandlungen’ para se referir à ação de falar. Nesse sentido, se, por um lado, a palavra ‘linguagem’ se refere às regras abstratas que estabelecem um limite de sentido para o uso da linguagem, por outro, é possível dizer também que ela se refere ao ato ou à atividade de falar. Sendo assim, ao pensarmos em um jogo, como a expressão ‘Sprachspiel’ sugere, podemos pensar tanto nas regras abstratas de um jogo, quanto no ato de jogar. A falta de uma palavra que distinga ‘língua’ de ‘linguagem’ parece ocasionar o problema que estamos apontando aqui. A ‘língua’, como um idioma, seria uma estrutura abstrata formada por regras. A ‘linguagem’, enquanto atividade, seria o ato de falar.

Acreditamos que seja possível uma aproximação entre a palavra latina ‘interlocução’ e a expressão “jogos de linguagem”, porque a própria expressão exprime um aspecto da interlocução que é, propriamente, o ato ou atividade de falar. Optamos pela palavra latina ‘interlocução’, porque ela sintetiza bem o caráter que estamos apontando dentro do conceito de “jogos de linguagem”, qual seja, estamos analisando a linguagem em determinadas *situações de fala*. Nesse sentido, um lance no jogo de linguagem é também um lance interlocutório e não somente um lance abstrato (como é possível de se pensar, em parte, o conceito de “jogos de linguagem”). Por isso, em vez de se assumir *estritamente* a expressão “jogos de linguagem” como uma expressão que descreve uma atividade que é realizada exclusivamente por uma linguagem abstrata, como é comum na literatura, propomos a ocorrência da expressão “jogos de fala” e “situação de fala” para caracterizar o lado pragmático da atividade da linguagem. O caráter interlocutório seria, nesse sentido, um aspecto do conceito de “jogos de linguagem”⁴⁰.

[...] Ou seja, gramática não descreve o modo como a linguagem produz efeitos, mas somente o *jogo de linguagem*, as *ações linguísticas* (BT, p. 145e, grifo nosso).

A interlocução aparece no BT, porque sem ela a tese de que a linguagem seria formada por diferentes sistemas de regras parece não funcionar, ao menos não em *todos os cenários* de uso. A interlocução tem, assim, um papel importante dentro da

40 Uma posição similar a sustentada aqui pode ser vista em Azize (2004). Segundo Azize (2004, pp. 270-271), “[...] podemos considerar que o início efetivo da pragmática wittgensteiniana se dá já no período intermediário, com a introdução da atividade de aceitar e seguir regras [...]. Havíamos dito que, se se quiser falar num critério geral para a linguagem que ‘deve responder por si própria’, este seria então o seu ‘uso’. Mas o conceito de ‘sistema de regras’ não permite que se fale aqui em ‘uso’ no sentido especial do período dos jogos de linguagem; para isto, será preciso que a noção de jogo de linguagem seja ancorada numa base situacional (em termos gramaticais) mais ampla e flexível, com uma pluralização de critérios e com a explicitação dum modo de *continuidade* entre os jogos – precisamente o que a noção de sistema de regras não permite”.

compreensão de gramática como sistema de regras, embora apareça *pontualmente* no BT. Vejamos um caso específico discutido por Wittgenstein. Na passagem abaixo, Wittgenstein mostra que as regras gramaticais estabelecem uma distinção entre ter sentido e ser um absurdo. Nestes casos podemos ver uma aplicação do conceito de “interlocução”.

Mas a sentença “Eu dividi vermelho” *pode* ter um sentido (por exemplo, *pode dizer o mesmo* que “Eu dividi *algo* que é vermelho”). E se eu perguntasse: qual palavra, qual erro, transforma está sentença em sem sentido? Por que deveria ser a palavra “vermelho” e nenhuma outra? Aqui se vê que, mesmo quando encontramos essa sentença em sua forma absurda, pensamos em um *sistema gramatical muito específico*. [...] Mas se alguém pensa em um determinado *jogo de linguagem existente e seu uso*, então a proposição que diz “‘eu dividi vermelho’ é absurda”, diz mais do que qualquer outra coisa que não pertence ao *jogo particular* que, a partir de sua aparência, parece pertencê-lo (BT, pp. 63e-64e, grifo nosso).

Dizer “Eu dividi vermelho” (BT, p. 63e) é *estritamente* um absurdo. Sabemos que uma cor não pode ser dividida. A gramática das cores nos mostra que a proposição “dividi vermelho” não tem sentido. A palavra ‘vermelho’ revela que aqui estamos tratando de expressões categoriais, a exemplo de cor, forma e número. Expressões categoriais, como vimos, são subdivisões da gramática. Sendo assim, dizer “Eu dividi vermelho” é um absurdo, porque é um erro gramatical – “Assim, ‘não se pode dividir vermelho’ significa: lembre-se de que você não sabe o que fazer no jogo no qual, com base em sua forma, essa proposição parece pertencer” (BT, p. 64e). Mas, só podemos dizer se a proposição “Eu dividi vermelho” tem ou não sentido, se ela pertencer a um sistema gramatical.

‘Como eu sei que não se pode dividir o vermelho?’ – A pergunta em si não significa nada. Gostaria de dizer: É preciso começar com a distinção entre sentido e sem sentido. Nada é possível antes dessa distinção; nem posso justificá-la (BT, p. 64e).

Wittgenstein sugere que em um cenário como este, no qual há um erro gramatical, devemos iniciar nossa investigação pela distinção entre ter sentido e ser sem sentido (ou absurdo). Devemos estar atentos à gramática a qual pertence a proposição que estamos analisando. Sem estarmos atentos à gramática, a pergunta “Como eu sei que não se pode dividir o vermelho?” nada significa. Dito de outra forma, a pergunta em si seria de difícil resposta, porque poderíamos dizer que “dividimos *algo* vermelho”. Poderíamos dar sentido à asserção anterior que, em um primeiro momento, parecia absurda – “Mas, eu *posso dar um sentido* para a sentença ‘eu dividi vermelho’” (BT, p. 63e, nota 7, grifo nosso). Afinal, objetos vermelhos podem ser divididos. Podemos

reinterpretar o que foi dito. Essa reinterpretação só pode ocorrer em um cenário interlocutório. Essa reinterpretação é um lance possível dentro do jogo, dentro de uma “situação de fala”.

Como faço para significar algo por meio de uma palavra? Muito provavelmente imagino algo quando uso minhas palavras, quero algo com elas, faço algo com elas, em suma, uso-as em um *jogo de linguagem* (BT, 63e, grifo nosso).

Fora desse “jogo de fala”, de uma situação interlocutória, possivelmente assumiríamos que a proposição “dividi vermelho” é absurda, porque ela é, de acordo com a gramática das cores, estritamente um erro gramatical. Um erro gramatical é um absurdo descrito pelas regras gramaticais. Ele ocorre quando as regras são rompidas ou negligenciadas. Por outro lado, em um “jogo de fala”, ao reinterpretarmos a proposição podemos atribuir a ela sentido. Dessa forma, estritamente “dividi vermelho” continua sendo um erro gramatical, pois as regras da gramática das cores estabelecem um limite de sentido para este proferimento, mas, ao reinterpretá-lo podemos falar, ao menos em um certo contexto metafórico, em “dividi vermelho”. Dito de outra forma, dentro de uma situação de fala podemos dizer que *faz sentido* afirmar que “dividimos vermelho”. Sendo assim, há no BT uma diferença importante discutida por Wittgenstein entre “falta de entendimento” e “mal-entendido” que deve ser considerada nesse ponto.

Eu queria retratar a natureza do mal-entendido, como contrária a uma falta de entendimento, de uma linguagem (BT, p. 31e).

Eu não chamo qualquer tipo de falta de acordo de ‘mal-entendido’ (BT, p. 9e).

Dizer que há uma “falta de entendimento” ou “falta de acordo” não se trata de dizer que há um “mal-entendido”. A falta de entendimento ocorre em cenários similares a passagem sobre “dividir vermelho” (BT, p. 63e). Estes cenários nos levam ao rompimento da comunicação em razão de uma combinação absurda de ideias. Sendo assim, o desacordo que ocorre não é um mero mal-entendido. *Não há desacordo sobre a verdade da proposição, mas sobre seu sentido.* A proposição “dividi vermelho” é estritamente um absurdo. A afirmação oferecida, neste caso, não reflete um mal-entendido, pois não se trata de uma mera confusão, mas, sim, de um desconhecimento em relação ao o que a gramática das cores nos permite. A falta de entendimento nos leva a uma ruptura na comunicação.

Os mal-entendidos, no entanto, podem “[...] ser removidos por uma explicação” (BT, p. 30e). Dar uma explicação, na maioria dos casos, pressupõe que aquele que dá a explicação esteja *em posse* de algo novo ou esclarecedor. Afinal, a explicação

dissolveria o mal-entendido. Quando algo *novo* nos é apresentado em relação ao mal-entendido, podemos alegar que, como diz Wittgenstein, há um erro temporário na compreensão. Sendo assim, o mal-entendido ocorre por causa de uma certa falta de compreensão – “‘Isto é uma laranja? Eu *pensei* que aquilo *fosse*’” (BT, p. 31e, grifo nosso). Podemos desfazer essa falta de compreensão dando uma explicação. Reconhecemos que há um mal-entendido e, por isso, usamos uma explicação para dissolvê-lo. Esse é, inclusive, o uso estrito da palavra ‘mal-entendido’. Dizer que há um mal-entendido é dizer que há algo que pensávamos ser de uma certa forma, mas não é.

Contudo, a linguagem enquanto fenômeno nos leva a formular “certos mal-entendidos”. Esses mal-entendidos não parecem ocorrer meramente por causa de uma má compreensão temporária. São *mal-entendidos interlocutórios*. É desse tipo de mal-entendido que a passagem abaixo sobre o fenômeno da linguagem parece tratar.

Estamos interessados na linguagem como um fenômeno, não como uma máquina que cumpre uma finalidade específica. Mas por que estamos interessados no fenômeno da linguagem? Por causa de *certos mal-entendidos* (BT, p. 149e, grifo nosso).

Se pela [...] “palavra ‘mal-entendido’ *essencialmente* digo algo que pode ser *removido com uma explicação*” (BT, p. 9e, grifo nosso), faz sentido dizer que podemos dar uma explicação sobre um mal-entendido em todos os cenários, de modo a poder dissolvê-lo? Este é o ponto. No caso em que aprendemos algo novo podemos dizer que algo que não sabíamos antes, e que envolve um certo mal-entendido, é agora desfeito. Há uma certa incompreensão temporária e ela é desfeita. No entanto, podemos falar também de “certos mal-entendidos” no sentido descrito pela passagem sobre “dividir vermelho” (BT, p. 63e). Estes são os mal-entendidos que ocorrem dentro de uma interlocução. Ocorrem quando usamos a linguagem em uma situação de fala.

Esse tipo de mal-entendido parece exigir um lance no jogo interlocutório, ou seja, parece exigir um cenário de “jogo de fala”. Nestes casos, reinterpretemos o que é dito. Sendo assim, se o interlocutor diz “Eu dividi vermelho”, podemos atribuir sentido à proposição e dizer: “você *quis dizer* que dividiu *algo* que é vermelho?”. Ao interpretarmos essa proposição, dentro de uma situação de fala, dissolvemos o mal-entendido. Contudo, o erro gramatical continua sendo um erro gramatical, mesmo quando o reinterpretemos dentro de um jogo de fala. Isto porque, o cenário interlocutório apenas dissolveria o mal-entendido atribuindo a ele uma interpretação, mas o erro gramatical continuaria a ocorrer. Ou seja, estritamente há um erro gramatical, mas metaforicamente ele é dissolvido. O papel das regras gramaticais no BT é o de estabelecer um limite para aquilo que pode ser dito com sentido. Esse limite é

mantido. Reinterpretar um proferimento dentro de uma situação de fala não flexibiliza as regras gramaticais. Wittgenstein apenas nos mostra que a aplicação da linguagem em uma situação de fala envolve certas peculiaridades que a descrição da gramática como sistema de regras parece estar aquém para resolvê-las. “Eu não estou comprometido com o estabelecimento de uma lista de regras que regula *todos os nossos atos de fala* [...]” (BT, p. 197e, grifo nosso).

Sendo assim, há algo de importante nos conceitos de “interpretação” e “mal-entendidos” no BT. Eles nos mostram casos que exigem *mais do que* o sistema de regras pode oferecer. A ideia de gramática, como sistema de regras, *por si só* não evita a formulação de todos os problemas filosóficos. Por isso, afirmamos que sem a interlocução, a tese de que a gramática seria formada por diferentes sistemas de regras não funcionaria, ao menos, é claro, nestes casos apontados acima. Afinal, problemas filosóficos ocorrem, segundo o BT, por diversos motivos. Apontamos nesta seção apenas alguns desses motivos e mostramos também como eles exigem, para o seu tratamento, a ideia de interlocução e a distinção entre possibilidades lógicas e reais.

O objetivo do filósofo frente a esses problemas é o de tentar nos “libertar das ansiedades filosóficas” (BT, p. 202e), elucidando, assim, como nossa linguagem funciona. Nossa linguagem, como argumentamos, envolve mal-entendidos. Eles não são dissolvidos apenas quando temos um atento olhar à gramática e suas regras. A atividade linguística é complexa. Não pode ser esgotada pela tese de que gramáticas funcionariam como sistemas de regras. Nem parecer ser esse certamente o propósito de Wittgenstein. Por isso, antes de entendermos melhor como os problemas filosóficos dos quais estamos tratando nesta tese são formulados, em especial em relação às analogias enganadoras, devemos entender por que eles são formulados. Precisamos entender com mais clareza, então, aquilo que Wittgenstein chama de “regra” e de “cálculo”. Veremos isso no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DO CÁLCULO ÀS ANALOGIAS

2. Introdução

Neste capítulo continuaremos explorando a tese de que a linguagem “opera no vácuo” no BT, discutida no capítulo anterior. Trataremos agora de outro aspecto dessa tese, a saber, da noção de “regra” presente no BT e de sua relação com a noção de “cálculo”. A noção de “regra”, como vimos, está na base da visão de “gramática como sistema de regras” que estamos discutindo. Trataremos também da noção de “cálculo”, porque ela é, em resumo, uma noção característica desse período e marca constituinte do BT. Para isso, amparados na distinção entre regras operacionais e relacionais de Porto (2013), mostraremos que o BT se ocupa, preponderantemente, de regras operacionais. Ao fim do capítulo explicaremos de que forma as analogias enganadoras têm um papel crucial em relação à formulação dos problemas filosóficos dentro dessa concepção de linguagem que “opera no vácuo”.

2.1 Prescrição, Atemporalidade e Generalidade

Argumentamos até aqui que Wittgenstein relaciona o conceito de “gramática” à tese de “ser um *sistema orientado* por regras”. Trataremos a partir de agora da natureza dessas regras. Mostraremos os tipos de regras que Wittgenstein tem em mente no BT ao descrever os sistemas gramaticais, a saber, as regras operacionais e as regras relacionais. Queremos argumentar com isso que a ideia central de regra que está por detrás da tese da gramática como sistema de regras é a de regra operacional – embora também haja no BT algumas ocorrências pontuais de regras relacionais. Antes de darmos uma definição de regra operacional e relacional com base na distinção de Porto, apresentaremos algumas características que Wittgenstein aponta no BT sobre o conceito de “regra” em geral.

Uma regra – como eu a entendo – é como *um caminho* em um jardim. Ou como os *quadrados pré-estabelecidos* em um tabuleiro de xadrez ou as *linhas* em uma mesa (BT, p. 191e, grifo nosso).

O papel de uma regra, dentro de um sistema de regras, é prescritivo. As regras determinam se um sinal no interior de um sistema tem ou não significado ao determinar, precisamente, como ele deve ser usado. As regras são, nesse sentido, fixas (BT, p. 203e). Temos, assim, a primeira natureza das regras: a prescrição. Elas determinam,

dentro de um sistema, o que pode ser dito com sentido ao traçarem um limite entre ter sentido e ser um absurdo, e também prescrevem as ações daqueles que usam o sistema. Dessa forma, as regras gramaticais estabelecem um limite de sentido para o sistema e para as ações daqueles que usam o sistema.

É por isso que Wittgenstein nos diz, na passagem acima, que por “regras” ele entende os quadrados pré-estabelecidos do tabuleiro do jogo de xadrez. Se retornarmos à questão do portador do significado discutida na seção 1.3.1, veremos que Wittgenstein nega que o nome seja o portador do significado (a referência que fixa o significado). Isto ocorre, porque, a exemplo da peça “rei” no xadrez, podemos substituí-la por qualquer outro objeto e, mesmo assim, continuar jogando o jogo naturalmente. Não é a peça que estabelece qual é o portador do significado, tampouco seu nome e, sim, as regras que governam o jogo. Neste caso, as regras são como os quadrados pré-estabelecidos do tabuleiro do jogo de xadrez. Sabemos pela posição de cada peça no tabuleiro qual a sua função. Os quadrados pré-estabelecidos do tabuleiro funcionam, assim, como o “espaço gramatical” do jogo. De modo similar ocorre com aqueles que jogam o jogo. Sabemos pela ação do jogador se tal ação está de acordo ou não com as regras do jogo. Qualquer ação que esteja em desacordo com as regras do jogo é uma ação fora do jogo. As regras estabelecem, assim, quando alguém está ou não jogando.

Além de terem um caráter de prescrição, regras são também gerais. Quando pensamos em regras no BT pensamos em sistemas. Wittgenstein apresenta a noção de “regra” associada à noção de “sistema”. Neste caso, podemos dizer que as regras são gerais, porque funcionam de duas formas: primeiro, porque não são proposições empíricas (e, conseqüentemente, não são proposições contingentes); segundo, porque são necessárias. É um traço constituinte de sua necessidade ser aplicada irrestritamente, independentemente de qualquer caso contingente. A linguagem, nesse sentido, não é pensada no BT como um inventário de regras particulares que descrevem situações contingentes e específicas, mas é pensada como uma espécie de “tabulação de regras” que constitui as diferentes gramáticas que nos ocupamos na linguagem.

Quando se pergunta à filosofia: “*O que é* – por exemplo – substância?”, então, está se pedindo uma regra. Uma regra geral, a qual *seja válida* para a palavra ‘substância’, i.e., uma regra segundo a qual possa decidir o jogo. – Quero dizer: A pergunta “*O que é . . . ?*” não se refere a nenhum caso particular – prático –, mas é o que pedimos sentados em nossas mesas (BT, p. 307e).

Uma regra, como diz a passagem, nos ajuda a decidir o jogo. Ou seja, ao usarmos uma gramática precisamos estar atentos às regras que a compõe. Essas regras

nos ajudam a decidir, com base na gramática em questão, quais ações têm sentido. Dessa forma, ao perguntarmos, por exemplo, “o que é ...?” esperamos uma definição. Uma definição, neste caso, é uma regra geral. Ela não pode ser um caso particular que descreve uma situação específica no espaço e no tempo, ou seja, uma mera instanciamento de aplicação da regra. Esperamos uma regra geral que nos ajude a agir em *quaisquer casos*.

Embora as regras devam ser pensadas como gerais e ocorram dentro de sistemas, podemos pensar também no BT em regras *pretensamente particulares*⁴¹. Um exemplo de regra pretensamente particular refere-se à regra que lista, no jogo de xadrez, o movimento do peão. Essa regra nos diz que o peão pode fazer apenas um movimento específico. Neste caso, ele pode apenas andar para frente. Apesar de a regra listar apenas um movimento e se aplicar apenas a um peão específico do jogo de xadrez, a regra aqui empregada, lista, em todos os jogos de xadrez, esse mesmo movimento. Sendo assim, embora ela descreva no jogo situações particulares (e, por isso, possa ser pensada como pretensamente particular), tal regra é, no entanto, uma regra geral como todas as outras, porque descreve o mesmo movimento para qualquer jogo. O que ocorre é que a regra descreve o movimento do peão isoladamente, sem que seja preciso fazer referência a todas as outras regras do jogo. Isto não significa, entretanto, que a regra, por si só, existe isoladamente e independentemente de seu respectivo sistema. Admitir essa possibilidade é, em certa medida, admitir a possibilidade de regras *estritamente particulares*, ou seja, regras que seriam usadas para um único propósito em particular em um espaço e tempo determinado.

Regras são também atemporais. Sua formulação se aplica a *qualquer situação* e a *qualquer agente*. Elas não são tributárias a nenhuma situação ou contexto específico. Se regras fossem temporais e particulares (no sentido de estritamente particulares como descrito acima) deveríamos assumir a finalidade de uma gramática por meio de seus efeitos. Ou seja, se regras fossem formuladas dessa maneira, deveríamos sempre nos perguntar “para que” usamos este ou aquele sistema (BT, p. 145e). Como se fosse possível perguntar, de forma nada habitual, qual a nossa intenção em realizar a ação de abrir uma torneira, por exemplo. A intenção, como diz Wittgenstein, “não está contida na abertura da torneira”, porque caso ela fosse importante para o funcionamento da torneira “estaria presente e deveria estar expressa” (BT, p. 145e). Não há uma regra que prescreva esta ação. Então, neste caso, o ato ordinário de abrir a torneira não prescreve nenhuma regra. O exemplo de Wittgenstein, embora pouco habitual, nos diz que não faz

41 Expressão sugerida por André Porto (UFG).

sentido postularmos regras estritamente particulares, como no caso de abrir uma torneira, porque uma regra desse tipo não seria uma delimitadora de sentido.

As regras gramaticais não são pensadas para esse tipo de ação. Elas são, por definição, delimitadoras de sentido. Sendo assim, se assumíssemos que regras fossem temporais e estritamente particulares, por conseguinte, isso tornaria um sistema gramatical em um sistema de intenção, no qual o resultado prático, o efeito esperado, seria a finalidade das regras constituintes de um sistema. Mas as regras gramaticais são o contrário disso. Regras são atemporais, porque sua formulação gramatical nos diz, propriamente, o que vale ou não para a regra e, conseqüentemente, para a gramática. Sem descrever, naturalmente, nenhum caso particular. Ela se aplica, como já dissemos, para qualquer situação e para qualquer agente.

As regras gramaticais não são essas regras (é óbvio dizer: empíricas) de acordo com as quais a linguagem deve ser construída para cumprir sua finalidade. Para ter um efeito particular. Em vez disso, elas são a descrição de como a linguagem faz – o que quer que ela faça (BT, p. 145e).

Também, por isso, Wittgenstein parece dizer que a “investigação da gramática é fundamental no mesmo sentido em que a linguagem é fundamental” (BT, p. 305e). A palavra ‘fundamental’ não significa nada em sentido “metalógico ou filosófico” (BT, p. 305e), mas, simplesmente, refere-se ao fato de que, ao descrever o funcionamento das regras gramaticais (que são prescritivas, atemporais e gerais), estabelecemos “como a linguagem faz – o que quer que ela faça”, a saber, tudo o que por meio dela é possível de ser feito *com sentido*.

Portanto, quando falamos de sistemas de regras e do caráter prescritivo que as regras possuem, estamos falando, exclusivamente, de regras gramaticais – “Precisamos chamar a atenção para a maneira como falamos sobre regras em filosofia, i.e., quando estamos *esclarecendo questões gramaticais* [...]” (BT, p. 191e). Os sistemas de regras dos quais nos ocupamos são, portanto, os sistemas gramaticais de regras que nos permitem esclarecer questões gramaticais. As regras, no sistema gramatical de regras, podem funcionar, conforme a leitura de Porto (2013) sugerirá, de modo operacional e relacional.

2.2 Regras Operacionais e Relacionais

Porto (2013, p. 65) faz uma distinção entre “*regra-como-uma-função* (ou simplesmente uma função) e *regra-como-uma-relação* (uma concepção lógica de relação, ao contrário de uma concepção teórica)”. O que Porto chama de “*regra-como-*

uma-função” chamaremos de “regras operacionais”, e o que ele chama de “*regra-como-uma-relação*” chamaremos de “regras relacionais”. Optamos pelo termo “operação” por causa de sua proximidade com o conceito de “cálculo” que discutiremos nas seções seguintes. O exemplo característico de regra operacional no BT diz respeito à sua aplicação na matemática. Ambrose (2001) apresenta uma passagem de Wittgenstein de 1932-33, na seção chamada “Filosofia”, que elucida essa questão.

Nos foi ensinado todos os resultados, ou não? Podem não nos ter sido ensinados a calcular 61×175 , mas calculamos de acordo com a regra que nos foi ensinada. Uma vez que a regra é conhecida, uma nova instância é obtida facilmente. Não nos são dadas todas as multiplicações no sentido enumerativo, mas recebemos *todas* em um certo sentido: qualquer multiplicação pode ser realizada de acordo com essas regras. Dada a lei de multiplicação, qualquer multiplicação pode ser feita (WITTGENSTEIN, 2001, p. 8).

Uma regra, por ser geral, pode ser aplicada a qualquer situação e por qualquer agente. Nesse sentido, uma instanciação da multiplicação, do tipo, “ 61×175 ”, não precisa ser ensinada. Como diz Wittgenstein (2001, p. 8), “uma vez que a regra é conhecida, uma nova instância é obtida facilmente”. Isto significa que, uma vez que compreendemos o uso de uma regra, seu sentido, toda situação possível para a qual ela possa ser aplicada é facilmente reconhecida. Não é necessário que ao aprender a regra de multiplicação façamos uma espécie de inventário de todos os casos possíveis para os quais ela poderia ser aplicada. Isso não é nem necessário, nem possível.

Uma regra, como diz Wittgenstein, nos apresenta apenas *o sentido* da multiplicação. Isto ocorre, porque há uma espécie de “método de cálculo” por detrás. Esse método garante o caráter operacional da regra. Sendo assim, ao realizar um comando, do tipo, multiplique “ 61×175 ”, seguimos determinados passos que nos garantem, ao fim, o resultado. Esses passos não são um processo que ocorre na mente. Para Wittgenstein, “tudo é realizado *na linguagem*” (BT, p. 283e). Quando estamos diante de um comando e o interpretamos, realizamos, tal processo, na linguagem – “No espaço da linguagem, e somente nele, consiste a harmonia (pré-estabelecida) entre o mundo e o pensamento” (BT, p. 281e)⁴². Não há, dessa forma, dois processos distintos e paralelos, a saber, entender o comando (como um processo interno) e agir de acordo. Ambos ocorrem na linguagem. Interpretamos o comando de multiplicar “ 61×175 ”, reconhecendo-o como uma instanciação de uma regra.

⁴² Usamos aqui algumas passagens da seção 81 sobre “intenção” e mais à frente usaremos algumas outras passagens pontuais que discutem a ideia de “expectativa”.

No caso da aritmética básica, em especial da multiplicação, fica mais claro o caráter operacional de uma regra. Podemos, por exemplo, colocar unidade debaixo de unidade, dezena debaixo de dezena, etc. Este é um processo mecânico, seguido de passos que podem, inclusive, ser realizados de maneira empírica. Há, assim, uma espécie de “método de cálculo” que caracteriza a regra operacional em questão. O que faz uma regra operacional, portanto, é *correr na frente da operação fixando, assim, o resultado* (ver, Porto 2013 e 2019).

No período final, segundo Porto (2013, p. 65), Wittgenstein chama de “uma ideia mítica de regra” o caráter operacional da regra apresentado no período intermediário. Essa ideia “mítica de regra” que Wittgenstein critica no período final refere-se, no período intermediário, à tese de que quando há um método de cálculo operando por detrás conhecemos, nesse caso, *o sentido de uma regra, ainda que não saibamos o seu resultado*. O BT estenderia, dessa forma, a prioridade do sentido em relação à verdade. Frascolla (1994) diz inclusive que esse é único lugar na obra de Wittgenstein em que podemos falar de “proposições matemáticas”, porque, nesse período, Wittgenstein estaria defendendo a prioridade do sentido em relação à verdade com base nesta ideia “mística de regra”.

[...] em sua fase intermediária, Wittgenstein explora uma noção não completamente problemática de regra de transformação de sinais, ou, mais precisamente, uma noção ainda parcialmente segura dos ataques que ele lança um pouco depois. Em confirmação a isso, pode-se observar que Wittgenstein a usa como a base de uma das marcas distintivas de sua filosofia da matemática durante este período: ou seja, sua supracitada tentativa de acomodar a noção de *proposição* matemática significativa (FRASCOLLA, 1994, pp. 55-56).

Sendo assim, ao menos para este período específico, compreender uma regra operacional, seu sentido, garantiria o seu resultado. Há um caráter potencial em questão. Por isso, podemos conhecer *o sentido de uma regra, ainda que não saibamos o seu resultado*. Ou como diz Frascolla (1994, p. 55): “A tese central – de que o significado dos sinais da linguagem matemática, assim como o das peças de xadrez, é determinado pelas regras que governam seu uso nos cálculos [...]”. Com base na prioridade do sentido em relação à verdade, a ideia de “erro” na operação de uma regra não poderia estar associada à regra, mas, sim, ao agente. É sempre aquele que usa a regra que cometeria o erro. Se o resultado esperado não é alcançado, então, o erro não estaria na formulação da regra (em seu sentido), mas no seu uso. Entender o sentido de uma regra, neste período, garantiria, segundo Frascolla (1994, p. 55), a verdade do resultado alcançado. É nesse sentido estrito que podemos dizer que a regra corre na frente,

fixando, ao fim, o resultado. É esse o preenchimento de expectativa de uma regra operacional. Ela ocorre, como vimos, sempre dentro da linguagem. É sempre um passo realizado na execução da regra.

O BT se ocupa preponderantemente de regras operacionais, porque podemos conhecer o sentido de uma regra, ainda que não saibamos o seu resultado. Dessa forma, assim como na multiplicação da passagem acima, um sistema de regras não precisa apresentar “todos os resultados”. Não faz sentido apresentar, por exemplo, todos os movimentos possíveis do cavalo dentro de um jogo de xadrez, porque, ao fim, todos são tributários à regra do movimento em “L” da peça. Ou seja, um sistema de regras prescreve como uma regra deve ser aplicada, sem, contudo, precisar apontar todos os casos de sua aplicação, porque qualquer “nova instância é obtida facilmente” (WIITGENSTEIN, 2001, p. 8). Também, por isso, podemos dizer, assim como Porto (2013), que uma regra operacional corre na frente fixando, ao fim, o resultado, pois, ela fixa o resultado para quaisquer aplicações possíveis da regra, ou seja, o sentido de uma regra fixa o resultado ainda que não conheçamos o seu resultado final. Esta concepção de regra operacional, como veremos à frente, está na base da ideia de cálculo do BT. Wittgenstein entende que um cálculo é realizado, passo a passo, de modo que o resultado já está fixado – além de admitir, assim como a noção de regra operacional, que o processo de seguir uma regra, nestes termos, não envolve a postulação de estados mentais.

Ambrose (2001), ainda na seção chamada “Filosofia”, apresenta outro caso deste período sustentado por Wittgenstein em 1932-1933. Diferentemente do exemplo “61x175”, que pressupõe uma espécie de “método de cálculo” por detrás (motivo pelo qual reconhecemos que há uma regra operacional ocorrendo), Wittgenstein discute também um caso no qual não parece haver um método geral de cálculo por detrás. Antes, contudo, vejamos o que diz a passagem.

Suponha que o problema seja encontrar um modo para se construir um pentágono. A professora dá ao aluno a *ideia geral de um pentágono*, separando comprimentos com um compasso e também mostra a construção de triângulos, quadrados e hexágonos. Estes números são coordenados com os números cardinais. O aluno tem o número cardinal 5, a ideia de construção por régua e compasso, e exemplos de construções de figuras regulares, mas *não a lei*. [...] Agora, ao dizer ao aluno o que é um pentágono e mostrar “o que são construções com régua e compasso”, a professora dá a impressão de ter definido o *problema inteiramente* (WIITGENSTEIN, 2001, p. 8, grifo nosso).

Nessa passagem Wittgenstein parece querer elucidar dois pontos. O primeiro ponto nos diz que a construção de um pentágono, da forma como a professora o

apresenta, pressupõe um método para construí-lo, mas não um método geral, ou como diz Wittgenstein, “[...] não a lei” (2001, p. 8). O pentágono é um polígono regular, ou seja, uma figura geométrica fechada que tem lados iguais. Polígonos são classificados de acordo com os lados que possuem. O pentágono é, assim, um polígono regular de cinco lados que pode ser construído por regra e compasso. No entanto, nem todo polígono pode ser construído dessa forma. Ao dizer ao aluno que o pentágono pode ser construído com uma régua e compasso, a professora dá a impressão, como diz Wittgenstein (2001, p. 8), de ter definido o “problema inteiramente”, a saber, de ter dado um método geral de construção para qualquer polígono. Há, assim, construções análogas, mas não há uma construção geral. Este é o ponto. Alguns polígonos, a exemplo do heptágono que tem sete lados, não podem ser construídos por regra e compasso. O heptágono regular é, inclusive, o menor polígono regular que não pode ser construído com um método geral, usando, assim, uma régua e um compasso.

Mas ele não o fez, pois a série de figuras regulares é uma lei, mas não uma lei em que se possa encontrar a construção do pentágono. Quando alguém não sabe como construir um pentágono, geralmente sente que o resultado é claro, mas o método de chegar a ele não é. Mas o resultado não está claro. O pentágono construído é *uma ideia nova*. É algo que *não tivemos antes* (WITTGENSTEIN, 2001, p. 8, grifo nosso).

A construção de um pentágono não pressupõe regras operacionais. Embora exista um método de construção para o pentágono, a exemplo do uso da régua e do compasso, tal método não é um método geral⁴³. É possível se chegar ao resultado, sem, contudo, pressupor o uso de um método geral. Não há, como diz Wittgenstein, uma lei por detrás dessa construção que garanta, ao fim, o seu resultado. O resultado não é fixado de antemão com base no aspecto operacional da regra. O resultado obtido pela construção é “uma ideia nova. É algo que não tivemos antes” (WITTGENSTEIN, 2001, p. 8). Aquele que constrói um pentágono, da forma que for, estará obtendo o mesmo resultado, mas sem recorrer a um método geral. É este ponto que nos interessa.

Em síntese, uma das características das regras relacionais diz respeito ao fato de não ser pressuposto um método geral de cálculo por detrás. Uma regra relacional, como diz Porto (2013), é uma correlação entre conceitos. Essa correlação é feita linguisticamente por uma espécie de “correção cruzada” (ver, Porto, 2008). A correção cruzada nos permite relacionar duas proposições (ou dois conceitos) ao mostrar que o que quer que chamamos de “p”, chamamos, por correlação, de “q”. Com base nessa

43 Dito de outra forma, há conjecturas em que há um *método de solução*, embora não um método geral, e há conjecturas em que não há nenhum *método de solução*.

correlação um novo critério é introduzido. No capítulo IV retomaremos o conceito de “regra relacional” e o discutiremos a fundo. Nesse capítulo nos interessa mais propriamente o conceito de “regra operacional” e a noção de “método de cálculo” para caracterizar melhor como as regras são pensadas dentro do BT, em especial, quando entendemos a linguagem nesse período como operando no vácuo.

2.2.1 Caridade Interpretativa

Com base nos conceitos de regra operacional e relacional de Porto podemos apresentar agora um caso em que o sistema de regras aparentemente está incompleto. Dito de outra forma, podemos apresentar um jogo que aparentemente exige uma nova regra. Isto é relevante, porque nesses casos podemos exercer uma espécie de “caridade interpretativa”⁴⁴. Quando isso ocorre há uma “mutação semântica” dos conceitos, conforme sustenta Porto (2019). Vejamos um caso específico já discutido brevemente na seção 1.5.

Vamos pensar em um jogo, digamos tênis, cujas regras nada dizem sobre a altura máxima para a trajetória de uma bola. E agora imaginemos que alguém deveria dizer: este jogo não está regulado, pois a bola pode ser jogada tão alta que não retorne à Terra, ou arremessada tão longe que voe em torno da Terra, então não sabemos se esta bola deve contar como “fora” ou “dentro” (BT, p. 196e).

A passagem acima nos mostra um hipotético “cenário de conflito”. É um cenário no qual Wittgenstein apresenta uma possibilidade lógica para testar o alcance das regras do jogo de tênis. Em cenários de conflito as regras são tencionadas, porque o conflito exige delas uma interpretação. Um cenário de conflito desse tipo descreve, assim, um caso extraordinário. Quando há um cenário de conflito, as regras envolvidas devem ser explicadas para, a partir disso, tentarmos resolver o conflito; enquanto em outros cenários, nos quais não há conflito, simplesmente usamos as regras sem precisarmos explicá-las⁴⁵ – por exemplo, quando estamos jogando xadrez não precisamos explicar a regra que está por detrás de cada movimento, pois simplesmente jogamos o jogo.

Em um cenário de conflito parecemos exercer, assim, uma espécie de “caridade interpretativa”. Tentamos explicar um evento que aparentemente foge à regra nos mantendo o mais próximo possível da interpretação da regra. Sendo assim, na passagem anterior, o conflito está na regra “o que significa ‘fora’ e ‘dentro’” para o jogo de tênis.

⁴⁴ Usamos o conceito “caridade interpretativa” em sentido amplo, assim como ele é usado em filosofia analítica, a saber, como um *princípio de caridade* em que o ato de interpretação pressupõe uma caridade na leitura, cujo objetivo é encontrar uma melhor interpretação possível.

⁴⁵ No BB, recorremos à interlocução e às regras que operam na interlocução para dissolver os mal-entendidos do cenário de conflito, conforme veremos no capítulo IV.

Poderíamos apresentar uma série de regras do jogo exemplificando, em cada caso, o que significa “fora” e “dentro”. Poderíamos dizer, por exemplo, que se a bola por ventura cair para além da linha de fundo da quadra, então isso significa “fora”. Se ela cair para além da linha lateral da quadra, isso também significa “fora”. Poderíamos enumerar diferentes casos, de tal modo que cada um deles seria prescrito pelas regras do jogo. Mas se ocorrer um caso extraordinário, a exemplo da bola que é rebatida “tão alta que não retorne à terra”, podemos exercer, nesse caso específico, uma espécie “caridade interpretativa”.

A caridade interpretativa, neste cenário, pode funcionar de diferentes formas. Interessa-nos apenas uma, qual seja, podemos elencar uma série de casos possíveis que poderiam ocorrer e que são descritos pela regra “estar dentro” e “estar fora”, e compará-los ao evento que foge à regra. Se por “fora” chamamos “quando a bola cai para além da linha lateral e/ou de fundo da quadra”, então não faz sentido, por caridade interpretativa, dizer que o jogo não é regulado, ou seja, dizer que o jogo não nos diria como deveríamos proceder no caso de a bola ser rebatida para fora da terra. No entanto, se por “fora” não considerarmos, por caridade interpretativa, o conjunto de regras que descrevem o conceito “estar fora”, então estamos prestes a exercer uma espécie de “mutação semântica”.

Uma mutação semântica ocorre quando o uso não habitual de um conceito muda o sentido de uma regra (ver, PORTO, 2019). Dizemos: ‘fora’ não significa apenas “fora da linha lateral e/ou de fundo da quadra”. Por conseguinte, ‘dentro’ significa “fora da terra também”. Quando há uma mutação semântica, no entanto, mudamos o jogo. Não é estritamente mais o mesmo jogo. Qualquer nova regra estabelece um novo jogo. Nas *Observações*, Wittgenstein tem uma passagem que descreve essa questão.

É impossível descobrir regras de um novo tipo que sejam válidas para uma forma com a qual estamos familiarizados. Se são regras novas para nós, então não é a velha forma. O edifício de regras tem de ser *completo* para podermos trabalhar com um conceito – *não podemos fazer nenhuma descoberta na sintaxe*. – Pois somente o grupo de regras define o sentido dos nossos signos e qualquer alteração (por exemplo, complementação) das regras significa uma alteração de sentido (PR, § 154).

Nessa passagem Wittgenstein parece dizer que qualquer complementação ao sistema de regras significa, ao fim, uma alteração de sentido para o próprio sistema. Neste caso, qualquer alteração nas regras de um jogo significaria, ao fim, uma mudança de sentido do jogo. Portanto, poderíamos dizer que estritamente não se trata mais do mesmo jogo. Contudo, ao fim da passagem sobre o jogo de ténis, o qual é um jogo que

não tem uma espécie de “método de cálculo” por detrás, Wittgenstein nos diz: “Nós responderíamos a ele – eu acredito – que, se houvesse *algum caso* desse tipo, estabeleceríamos *regras* para isso, mas, por enquanto, *não é necessário*” (BT, p. 196e, grifo nosso). Essa passagem importante pode significar duas coisas distintas que, à primeira vista, parecem inconciliáveis: (1) o jogo está incompleto, porque não prescreve todos os casos possíveis e (2) não faz sentido afirmar que está incompleto, porque o caso que supostamente foge à regra é, de alguma forma, prescrito pelas regras.

Se o jogo está incompleto poderíamos dizer que ele pode ser completado ao ser introduzido em seu sistema alguma nova regra, a partir da descrição de casos extraordinários, como no caso de rebatermos a bola para fora da terra. A tese da “mutação semântica” nos permite defender o caráter incompleto do jogo, pois nos permite reinterpretar as regras do jogo a partir de casos extraordinários. No entanto, se novas regras são introduzidas, então não se trata estritamente do mesmo jogo – “Exatamente como não podemos alterar as marcas de um conceito sem alterar o próprio conceito” (PR, § 154).

Por outro lado, faz sentido jogar um jogo incompleto? Jogar um jogo incompleto seria o mesmo que jogar algo a partir de um “jogo preparatório”, e não a partir do próprio jogo de fato – “Ao explicar a linguagem (no nosso sentido), já tenho que usar uma linguagem completa (e não, digamos, preparatória, provisória) [...]” (BT, p. 58e). Assim como não faz sentido usar uma linguagem preparatória ou provisória, não faz sentido jogar um jogo provisório. O jogo, tal como a linguagem, é uma “linguagem completa”. No BT, que assume preponderantemente a noção de regra operacional, não faz sentido sustentar que jogamos um jogo provisório, pois, não faz sentido completar um sistema de regras. *Há uma certa noção de “sistema fechado” presente no BT.* Também não faz sentido sustentar um certo caráter implícito das regras. A partir de 1933-34, contudo, Wittgenstein irá se opor à alternativa 2 descrita acima, porque a noção de regra que o BB assumirá será a de regra relacional.

A tese da mutação semântica é, dessa forma, contrária à concepção operacional de regra. A concepção de regra operacional nos diz que a regra corre na frente fixando, ao fim, o resultado. Sendo assim, o uso de um conceito em diferentes situações, a exemplo da “multiplicação” (o qual pressupõe um “método de cálculo” por detrás), não muda o significado do conceito, nem o sentido da regra de multiplicação. Wittgenstein parece ser contrário, dado o sentido de regra operacional, à possibilidade de existência de regras implícitas as quais poderiam ser descobertas quando olhamos com cuidado o sistema de regras, ou ainda, quando há situações extraordinárias que aparentemente

fogem à regra. No BT, Wittgenstein se ocupa, preponderantemente, de uma visão operacional de regra e, por isso, parece admitir a impossibilidade de “complementação” de um sistema de regras. A partir de 1933-34, no entanto, a tese da mutação semântica assume uma posição central para Wittgenstein em razão da adoção das regras relacionais, conforme veremos no BB.

Por fim, se não faz sentido alegar, ao menos no BT, que gramáticas são incompletas, também não faz sentido afirmar que há um critério que nos permita dizer quando devemos ou não usar uma regra, ou ainda, um critério que nos diga quando uma regra é uma regra. Isso nos levaria a dois problemas: (1) à circularidade e ao problema do regresso infinito, uma vez que teríamos sempre que justificar uma regra por meio de outra regra e (2) a pensar que, no BT, um conjunto de regras poderia determinar outro, o que implicaria no fato de que haveria um conjunto de regras mais fundamental do que outro. Ambos os problemas se referem de modo geral à mesma restrição, qual seja, Wittgenstein é totalmente contrário à ideia de que haveria regras mais fundamentais do que outras. Poderíamos dizer que há sistemas mais abrangentes do que outros. Nesse sentido, a gramática das proposições empíricas, de certo modo, é mais abrangente do que a gramática do octaedro. Mas disso não se segue, para Wittgenstein, que a gramática das proposições empíricas é mais fundamental. Caso contrário, o BT não seria uma elucidação das linguagens existentes e de suas respectivas regras, mas, sim, uma descrição hierárquica da linguagem.

Além disso, se houvesse regras mais fundamentais do que outras, teríamos problemas também com a sua justificação. Afinal, regras poderiam ser justificadas por outras regras, o que não parece ser possível como veremos na seção seguinte. Adiantando um pouco a argumentação, podemos dizer que, se regras fossem justificadas por outras regras, haveria uma espécie de relação de implicação entre elas. Sendo assim, poderíamos nos perguntar, de forma incomum, se um movimento específico no jogo de xadrez é possível, porque há, no jogo de damas, uma regra que o permite. O preço dessa relação de implicação seria, portanto, o enfraquecimento da noção de gramática como sistema e, por conseguinte, o enfraquecimento das fronteiras entre os sistemas.

2.3 Arbitrariedade e Autonomia

Como vimos, as regras gramaticais discutidas por Wittgenstein no BT podem funcionar, de acordo com Porto (2013), como regras operacionais e relacionais. Além disso, elas são pensadas também como regras prescritivas, atemporais e gerais. A única coisa, no entanto, que não pertence à gramática é o que constitui a verdade e falsidade

de uma proposição. O que determina se uma proposição empírica qualquer é verdadeira não é responsabilidade da gramática.

A única coisa que não pertence à gramática é o que constitui a verdade e a falsidade de uma proposição. Isso é a única coisa com a qual a gramática não está preocupada. Todas as *condições de comparação* da sentença com a realidade/com os fatos pertencem a ela. Ou seja, todas as *condições de entendimento* (BT, p. 38e, grifo nosso).

A gramática é responsável por evitar a formulação de absurdos. Aquilo que Wittgenstein chama de “condições de entendimento” refere-se ao fato de a gramática evitar absurdos, mostrando, assim, o que pode ser formulado com sentido. Desse modo, as condições de comparação de uma proposição empírica com a realidade e, por conseguinte, com o fato a ela pertencente são tributárias à gramática. Mas a determinação da verdade ou falsidade de uma proposição não. A gramática é, para Wittgenstein, arbitrária e autônoma.

2.3.1 Arbitrariedade

É possível dizer que uma gramática é arbitrária ao menos em dois sentidos. O primeiro sentido de arbitrário é mais consensual e nos diz que uma gramática é arbitrária, porque *nada na realidade determina as suas regras* (ver, FOSTER, 2004, pp. 21-66). O segundo sentido, no entanto, é bastante controverso, pois afirma que ela, a gramática, *poderia ser de alguma forma diferente*. Sendo assim, o primeiro sentido nos diz que a gramática é arbitrária, porque não podemos justificar uma regra em referência à nenhuma realidade, nem pelo uso de expressões explicativas, a exemplo do “porque”. Não há nada de extraordinário na realidade, por assim dizer, que poderia justificar as regras gramaticais. O segundo sentido nos diz que uma gramática é arbitrária, porque suas regras poderiam ser diferentes. Sendo assim, a palavra ‘arbitrariedade’ é entendida, neste segundo caso, ao menos em dois sentidos: ‘arbitrário’ em oposição à ideia de “necessário” e ‘arbitrário’ como sinônimo de “convenção”.

Começaremos pelo primeiro sentido de arbitrariedade: *nada na realidade determina as suas regras*. Esse primeiro sentido parece sugerir dois problemas em sua formulação. O primeiro diz respeito ao fato de compararmos, de forma equivocada, uma proposição necessária com uma outra proposição – no caso, uma proposição contingente. O problema de se justificar uma regra dessa forma está no uso inadequado de expressões explicativas, sobretudo, da expressão “porque”. Dizemos, de modo geral, que “‘p’ é uma regra *porque* ‘q’”. No lugar de “p” formulamos uma regra gramatical, atemporal, necessária e geral; no lugar de que “q” oferecemos uma proposição

contingente, temporal e particular. O problema dessa formulação diz respeito ao fato de tentarmos justificar uma proposição necessária em razão de uma proposição contingente. Contudo, uma proposição necessária não poderia ser justificada por uma proposição contingente, porque elas são logicamente distintas. Proposições necessárias são atemporais, gerais e prescritivas, ao passo que proposições contingentes são, de uma perspectiva lógica, o oposto disso. Sendo assim, o uso da expressão “porque” nesse caso revela uma inadequação lógica, por assim dizer. Ademais, essa forma de justificação pressupõe uma certa ideia de “regularidade”. Como se fosse possível justificar uma regra em razão de sua ocorrência regular. O problema presente nesse tipo de justificação, de caráter indutivo, diz respeito à impossibilidade de um evento singular e contingente tornar verdadeiro algo que é necessário e atemporal.

Além disso, uma regra não é uma proposição empírica, mas pode ocorrer em uma proposição empírica (BT, p. 189e). Um erro comum, nesse sentido, é confundir uma regra com o seu uso (BT, p. 186e). Ou seja, assumir o que a regra é por meio exclusivamente de sua ocorrência em uma proposição contingente. Um exemplo característico dessa situação são as regras pretensamente particulares que vimos na seção 2.1. Ao informarmos no jogo de xadrez que o primeiro movimento possível para o cavalo que se encontra na posição “B1” é o movimento “A3” ou “C3”, informamos, neste caso, a regra que descreve o movimento em “L” da peça. Essa regra está instanciada em uma proposição espaço-temporal que descreve o movimento particular de “B1” para “A3” ou “C3”. A questão central, nesse ponto, é que a regra que descreve o movimento em “L” do cavalo é independente da proposição contingente que nos diz que o cavalo se encontra, espaço e temporalmente agora, na posição “B1”. Dito de outro modo, a ocorrência de uma regra em uma proposição que descreve um momento específico do jogo (ou seja, uma proposição contingente) é independente da regra que descreve o movimento da peça em qualquer jogo e em qualquer situação, ou ainda, a regra não ocorre em uma proposição empírica como uma espécie de instância de aplicação. Esse mesmo ponto é dito abaixo por Wittgenstein.

Não confunda *uma regra para o uso da palavra A com uma sentença na qual a palavra A é usada*. Não pense que uma regra é responsável por uma realidade, é comparável a uma realidade, mais ou menos como uma proposição empírica sobre A seria (BT, p. 186e, grifo nosso).

A recusa da justificação de uma regra pelo uso do “porque” nos leva, assim, ao segundo sentido de arbitrariedade: *as regras que compõem a gramática poderiam ser de alguma forma diferentes*. Esse segundo sentido é bastante controverso e pode ser

entendido, como já dissemos, ao menos de duas maneiras: (1) as regras poderiam ser diferentes, porque, ao fim, são meras convenções e (2) as regras poderiam ser diferentes, porque, ao fim, não seriam necessárias.

“As regras da gramática são arbitrárias” significa: [...] As convenções da gramática não podem ser justificadas por uma descrição do que é representado. Qualquer descrição desse tipo já pressupõe as regras da gramática. Ou seja, o que conta como absurdo dentro da gramática que deve ser justificada, não pode contar como tendo sentido na gramática das proposições justificadas, e assim por diante (BT, p. 188e).

As regras da gramática são arbitrárias, porque nada exterior à linguagem determina o que elas são, pois “qualquer descrição desse tipo já pressupõe as regras da gramática” (BT, p. 188e). Sendo assim, as regras gramaticais podem ser “[...] ‘práticas’ ou ‘impraticáveis’, ‘úteis’ ou ‘inúteis’, mas não ‘verdadeiras’ ou ‘falsas’” (BT, p. 186e). Se as regras da gramática não são descrições, então elas não são proposições que poderiam ser verdadeiras ou falsas. Dessa forma, o argumento de Wittgenstein na passagem acima parece dizer apenas que nada exterior à linguagem justifica suas regras. O sentido de “convenção” acima não se refere ao fato de que a gramática poderia ser diferente. Sobre o sentido de “arbitrário” como “convenção”, Foster (2014) afirma que:

[...] Wittgenstein acredita que para todos os princípios gramaticais em todas as áreas da gramática que governam os nossos “jogos de falso-verdadeiro” alternativos, em algum grau, princípios gramaticais similares – e, portanto, conceitos alternativos e em algum grau semelhantes – foram realmente usados ou foram ao menos possíveis e concebíveis (2014, p. 21).

É possível dizer que a gramática poderia ser diferente em certo sentido histórico. Sendo assim, poderíamos falar das regras históricas do jogo de xadrez e de suas mudanças. Poderíamos compreender a palavra ‘convenção’ nesse caso como as mudanças acordadas sobre o jogo de xadrez. Mesmo que estritamente não se trate do mesmo jogo.

Aqui temos o mesmo tipo de ambiguidade como o da palavra ‘xadrez’; às vezes isso significa a totalidade das regras de xadrez válidas atualmente, e às vezes o jogo que N N inventou na Pérsia e que se desenvolveu de tal e tal maneira. No primeiro caso não faz sentido falar sobre o desenvolvimento das regras do xadrez, no outro sim (BT, p. 106e).

É esse sentido de “poderia ser diferente” que Foster parece sustentar. Esse sentido de “poderia ser diferente” não significa, no entanto, que as regras não são necessárias. Pelo contrário, não faria sentido dizer que as regras da matemática não são necessárias, ou ainda, que poderíamos mudá-las. Mudar uma regra, como vimos,

significa mudar todo o sistema. A necessidade é, em síntese, um traço constituinte das regras. A ideia de “arbitrariedade” como algo “não necessário” parece ser contrária ao o que defende Wittgenstein em relação ao caráter normativo das regras e, por isso, não parece ter apoio textual no BT.

Sendo assim, para Wittgenstein, uma gramática é arbitrária em relação aos fatos do mundo, no mesmo sentido em que uma unidade de medida é arbitrária em relação à sua medida – “As regras da gramática são arbitrárias e não arbitrarias, no mesmo sentido em que é a escolha de uma unidade de medida” (BT, p. 186e). Mas, Wittgenstein, com isso, não está se comprometendo com a tese segundo a qual a gramática, por ser arbitrária, é contingente. Que “100 cm” é “1 metro” é tão arbitrário quanto “d” significa “ré” na escala musical. Não há nada no mundo que determine necessariamente os sinais dessas gramáticas e, portanto, suas regras. Dito de outra forma, não há nenhuma propriedade, por assim dizer metafísica, que garanta que o sinal deveria ser deste ou daquele modo. A relação entre o sinal e o que ele representa é arbitrário (pois poderíamos usar qualquer outro sinal), mas a relação entre o sinal e o sistema de regras é necessária. Wittgenstein se ocupa no BT das linguagens existentes e não do processo de aquisição da linguagem. Portanto, parece se ocupar apenas da investigação da linguagem a partir do momento em que a relação entre o sinal e o sistema já está estabelecida. Essa parece ser a saída de Wittgenstein em relação aos dois sentidos controversos de arbitrariedade descritos acima.

Quando metodologicamente falamos sobre medição, não dizemos qual material, por exemplo, seria mais vantajoso para ser usado na medição a fim de alcançar este ou aquele resultado: mesmo que isso também seja, afinal, parte do método de medição. Em vez disso, nossa investigação está apenas interessada nas circunstâncias em que dizemos que um comprimento, a força de uma corrente (etc.) foi medida. Queremos tabular os métodos que *já usamos e estamos familiarizados*, a fim de estabelecer o significado das palavras “comprimento”, “força da corrente”, etc.) (BT, p. 308e, grifo nosso).

Nesse sentido, uma vez fixados para o sistema de sinais os sinais e as regras gramaticais, então é necessário, para o sistema, que “100 cm” signifique “1 metro” e que “d” signifique “ré”. Se alguém disser que um homem tem 5 metros e ao medirmos constatamos efetivamente que ele tem 1.75m, diremos que a avaliação anterior estava errada, porque não estava de acordo com o padrão de medida, com as regras do sistema métrico⁴⁶. Uma vez estabelecidas as regras dentro de um sistema, elas determinam o que

46No BB (p. 12), Wittgenstein dá um exemplo similar. Uma pessoa está diante de um prédio de 4 andares e diz que ele tem 20 metros de altura, porque presume que cada andar tem 5 metros; outra pessoa diz que tem 4 metros porque na distância que ele se encontra do prédio, aparentemente, parece que o prédio tem 4 metros; e, por fim, a última pessoa diz que tem 1 metro. Neste último caso nos

significa agir de acordo com o sistema, assim como determinam o que faz sentido ser afirmado. Portanto, do fato de uma gramática ser arbitrária, Wittgenstein não sustenta que ela é contingente⁴⁷. Pelo contrário, uma vez fixadas as regras gramaticais de um sistema, tudo o que se segue posterior a isso são afirmações que podem ou não estar de acordo com o que o sistema de regras prescreve (afirmações que têm ou não sentido), pois, como vimos acima, dizer que um homem tem 5 metros é um absurdo para o próprio sistema – e um dos papéis do sistema de regras é evitar a formulação de absurdos. O problema nesse ponto seria pensar exatamente sobre “quando a gramática foi estabelecida”. A pergunta sobre “o quando” é importante. Contudo, Wittgenstein parece assumir como estratégia argumentativa que deveríamos nos ocupar da investigação da linguagem não a partir do momento anterior ao quando, mas posterior a ele.

2.3.2 Autonomia

Além de arbitrárias, a escala musical e a unidade de medida são também autônomas. Essa autonomia pode ser pensada de dois modos. Primeiro em relação à *realidade* e, segundo, em relação aos *outros sistemas de regras*. Quanto à realidade, podemos dizer que essa autonomia se estabelece inclusive em relação à ostensão. Pensamos, de modo habitual, que quando usamos explicações ostensivas estamos “saindo da linguagem”. O ato ostensivo parece, a princípio, um ponto privilegiado. Wittgenstein, no entanto, acredita que definições ostensivas fazem parte da gramática e são realizadas dentro da gramática – “Tudo o que é necessário para comparar a proposição com o fato pertence à gramática” (BT, p. 38e). A razão pela qual acreditamos de forma habitual que ao usarmos uma definição ostensiva estamos deixando a “província da linguagem” (i.e., de um sistema de sinais), é, segundo Wittgenstein, o que confunde a atividade filosófica e a “aplicação da linguagem” (BT, p. 38e). No BT, qualquer ostensão se insere dentro da linguagem, porque qualquer ostensão pressupõe uma atividade linguística.

Sendo assim, correlacionamos o ato ostensivo sempre a alguma atividade verbal. Ou seja, mesmo quando recorremos à ostensão, relacionando-a a uma amostra, explicamos o significado de uma palavra a partir de uma descrição verbal. Wittgenstein parece sustentar que uma definição ostensiva se encontra *dentro* da gramática e não fora, porque qualquer explicação pressupõe uma linguagem. Qualquer definição

sentimos “embaraçados” pois aquilo que a última pessoa afirma está totalmente fora do que *sabemos* sobre medir a altura de algo.

47 Ver, Foster (2004, pp. 66-81) sobre o sentido no qual a gramática não é arbitrária.

ostensiva pressupõe um sistema gramatical no qual ela possa ser expressa. Pressupõe, nesse caso, “um estoque básico de explicações” (BT, p. 39e). Este é o ponto. É por isso que, mesmo apontando para um instrumento desconhecido, a exemplo do instrumento “banjo” no BB (p. 3), poderíamos correlacioná-lo à palavra ‘guitarra’, conforme defende Wittgenstein. Mas, poderíamos correlacioná-lo também a qualquer outra palavra. Não há, portanto, ostensão fora da linguagem, ou seja, não há ostensão que não pressuponha alguma atividade linguística qualquer.

Nesses casos, então, não faz sentido dizer que uma regra descreve algo na realidade, sendo que ela só funciona dentro do sistema. Ela é uma regra para o sistema. Disso não se segue que nossos sistemas não nos permitem formar proposições descritivas verdadeiras ou falsas e, sim, que a gramática de cada sistema se ocupa apenas daquilo que é permitido para o sistema – das “condições de entendimento” (BT, p.38e), como vimos no início da seção anterior. Por isso, Wittgenstein diz que a única coisa que não pertence à gramática é o que constitui a “verdade e falsidade de uma proposição, embora todas as condições de comparação da sentença com a realidade/com os fatos pertencem a ela” (BT, p. 38e). A gramática não poderia dizer se determinada proposição descritiva é verdadeira ou falsa recorrendo apenas ao sistema de regras, mas todas as condições de comparação de uma proposição empírica com a realidade estão determinadas pela gramática, dentro da gramática. Essa é a relação de autonomia entre gramática e realidade.

Em relação à autonomia entre as gramáticas, podemos dizer que não faz sentido afirmar que as regras que determinam a gramática da escala musical determinam a gramática da unidade de medida, porque, para Wittgenstein, um conjunto de regras não determina outro conjunto de regras. Elas são autônomas. No entanto, apesar das gramáticas serem autônomas, podemos falar também sobre uma certa relação entre diferentes regras, de diferentes sistemas. Podemos dizer que a “rainha” do jogo de xadrez se comporta de forma *análoga* à “dama” no jogo de damas. Conservamos, neste caso, a autonomia entre as gramáticas, mas, por outro lado, estabelecemos uma certa relação entre elas. Não é afirmado com isso, contudo, que um sistema é inserido dentro de outro. Se isso ocorresse, Wittgenstein possivelmente diria que se trata a partir de então de um outro sistema. Afinal, se um sistema é determinado por suas regras, então ao se inserir um sistema dentro de outro não faria sentido dizer que as regras não seriam outras e, por conseguinte, que o sistema não seria outro. Essa posição, no entanto, é bastante controversa em Wittgenstein. Aqui apenas dizemos que quando estabelecemos uma analogia entre diferentes sistemas podemos pensar em uma certa relação

inferencial entre as regras, mas não de determinação ou hierarquização. Wittgenstein parece ser contrário, como já dissemos, sobre o estabelecimento de uma relação hierárquica entre as regras.

2.4 Gramática como Cálculo

A noção central de regra, por detrás da tese da gramática como sistema de regras, é a noção de regra operacional, a qual sintetiza a noção de linguagem que opera no vácuo que descrevemos até este ponto do texto. Mas, o que é precisamente aquilo que Wittgenstein chama de “cálculo” no BT? O conceito de “cálculo”, de acordo com consulta ao “Wittgenstein’s Nachlass: The Bergen Edition” (2000), aparece com certa frequência nos manuscritos que compõem o BT, em especial, do 109 ao 114, mas pouco aparece nos manuscritos 105 a 108 (que compõem as *Observações*). Até ali o conceito parece ser mais usado, de modo geral, em relação à matemática⁴⁸. A partir do 109, como nos diz Carvalho (2014, p. 205), o conceito de “cálculo” é amplamente usado para se referir à investigação da linguagem e da gramática.

A concepção da linguagem como um cálculo tem o papel de mostrar que ela é *uma prática*, como *uma operação* (o uso da linguagem é comparado à multiplicação) que é determinada por regras (e, nesse sentido particular de regras é chamado de cálculo). Mais do que isso, ela explicita a maneira como a regra se faz presente no uso (o uso particular de um termo é explicado como um *passo específico* de um cálculo que o falante domina, como quem domina *uma técnica*) (CARVALHO, 2014, p. 209, grifo nosso).

Antes de discutirmos a noção de “cálculo” pensada como uma operação, conforme diz Carvalho (2014), iremos ver algumas ocorrências do termo no BT. No BT, a palavra ‘cálculo’ ocorre 274 vezes. A maior parte dessa ocorrência se refere ao uso ordinário do conceito, e exprime um certo aspecto operacional. Esse aspecto da noção de “cálculo” está presente na matemática e na lógica.

Podem não nos ter sido ensinados a calcular 61×175 , mas calculamos de acordo com a regra que nos foi ensinada. Uma vez que a regra é conhecida, uma nova instância é obtida facilmente (WITTGENSTEIN, 2001, p. 8).

Assim, uma proposição elementar é aquela que, no cálculo, como estou usando agora, não se representa como uma função de verdade de outras proposições (BT, p. 82e).

O uso ordinário do conceito de “cálculo” na matemática e, em parte, na lógica, evidencia um certo aspecto operacional. Sendo assim, ter domínio desse aspecto

48 Sobre os diferentes usos da palavra ‘cálculo’ no período intermediário, ver, Azize (2009).

operacional é similar a ter domínio de uma técnica, de modo que ela, a técnica, nos garante ao fim o resultado desejado. O outro uso do conceito de “cálculo” no BT, contudo, tende a estender o significado ordinário de cálculo para outras aplicações. Ele é usado, assim como diz Carvalho (2014), para caracterizar aquilo que fazemos quando usamos uma linguagem que é orientada por regras.

Agostinho realmente descreve um cálculo; é só que nem tudo o que chamamos de linguagem é esse cálculo (BT, p. 23e).

E, em geral, o que chamamos de “compreender uma linguagem” é como o entendimento que temos de um cálculo, quando chegamos a conhecer as razões da sua existência ou a sua aplicação prática (BT, p. 3e).

O que vale para a palavra ‘linguagem’ deve também valer para a expressão “sistema de regras”. E, portanto, também para a palavra ‘cálculo’ (BT, p. 53e).

Filosofia tem a ver com cálculos no mesmo sentido que tem a ver com pensamentos (ou com proposições e linguagens) (BT, p. 54e).

É esse segundo uso que nos interessa, a saber, quando ele é aplicado à linguagem e à ideia de sistema de regras. Esse uso específico nos permite aproximar o conceito de “cálculo” ao de “regra operacional” que discutimos anteriormente. Além de ser uma acepção que a literatura secundária, de modo geral, mais se dedica em analisar. Sendo assim, podemos dizer inicialmente que Wittgenstein parece compreender a palavra ‘cálculo’ da seguinte forma:

(1) Cálculo é uma *forma de operação* que parte de uma base (de um fundamento) e com o auxílio de regras de composição forma estruturas mais complexas. Este é o sentido que a passagem sobre Agostinho relata. Agostinho pretende explicar como a linguagem funciona explicando, em resumo, como nomes são fixados a coisas. A nomeação seria, na perspectiva de Agostinho, “o início e fim de toda a linguagem” (BT, p. 23e). No BT, Wittgenstein apresenta o conceito de “cálculo” e seu aspecto operacional, sem, contudo, postular um caráter sintático para o uso do conceito;

(2) Cálculo é uma forma de seguir regras, neste caso, regras operacionais. Seguir regras é realizar determinados passos, previamente estipulados, dentro de uma gramática;

(3) A terceira característica da palavra ‘cálculo’ não é clara nas passagens acima, mas refere-se, como diz Le Du (2009), ao ato de seguir regras de forma pública. Isto significa que realizar um cálculo não é realizar uma operação na mente, de modo misterioso, mas é apenas um modo de seguir regras publicamente. Em um cálculo

procedemos, passo a passo, de modo que todo o processo pode ser realizado publicamente (inclusive ele pode ser descrito em um papel), sem, contudo, precisarmos postular estados mentais. Compreender um comando, dessa maneira, seria realizar um cálculo;

(4) Por fim, a palavra ‘cálculo’ pode significar também a execução de uma ação de acordo com as regras de um sistema gramatical. Sendo assim, se por um lado o “cálculo” determina os passos a serem seguidos, de maneira operacional, por outro, ele determina também as ações daqueles que empregam o cálculo.

A breve tipologia acima nos permite descrever a palavra ‘cálculo’ de uma perspectiva mais estrita. Desse modo, de uma perspectiva mais estrita, a palavra ‘gramática’ no BT pode ser pensada como um sistema de regras que opera a partir de um cálculo. Nesse sentido, saber usar uma gramática, estar em posse de suas regras, é como seguir adequadamente os passos de um cálculo dentro do sistema. Ou como diz o verso da regra operacional nesse período: *conhecer o sentido de uma regra garante o seu resultado*. Sendo assim, de modo similar à regra operacional, um cálculo, quando seguido passo a passo, fixa, ao fim, o resultado. Dessa perspectiva estrita, a linguagem no BT pode ser entendida *como* um cálculo operando *sobre* regras fixas.

Eu vejo a linguagem e a gramática como um cálculo, ou seja, como um processo que segue regras fixas (BT, p. 203e).

Parte da literatura secundária parece assumir essa perspectiva mais estrita de cálculo⁴⁹. O argumento em favor dessa perspectiva estrita de cálculo pode ser formulado da seguinte forma: o papel de um sistema de regras é evitar a formulação de absurdos. Se seguimos adequadamente as regras do sistema, então não produzimos absurdos. Logo, todo comportamento que está de acordo com o sistema envolve uma espécie de cálculo de regras fixas. A base dessa perspectiva é pressupor que, do fato do sistema evitar a formulação de absurdos, se segue que qualquer pessoa que use o sistema de forma adequada, não produz absurdos, porque segue as regras do sistema como uma espécie de cálculo. O argumento está apoiado em algumas passagens do BT, por exemplo:

Eu ajo de acordo com uma regra significa: Eu ajo de determinada maneira que o resultado, ... Que os resultados satisfazem a regra.

Agir de acordo com uma regra significa agir de *determinada maneira*, e esta “determinada maneira” deve conter a regra (BT, p. 279e).

⁴⁹ Ver, Engelmann (2009, pp. 42-55), (2011) e (2012); Carvalho (2014); Baker & Hacker (2005); Hacker (2013, pp. 130-142).

No entanto, essa perspectiva mais estrita de cálculo parece ter alguns problemas importantes. Por exemplo, se observarmos alguém que acabara de aprender a jogar xadrez e percebermos que seus cinco primeiros movimentos foram corretos, então podemos pensar que ele de fato aprendeu a jogar xadrez. No entanto, se o movimento seguinte é feito de modo incorreto, o seguinte de modo correto e o seguinte de modo incorreto novamente, não sabemos dizer se ele, de fato, sabe jogar xadrez. Neste caso, aparentemente não temos um critério que nos permita dizer se ele sabe realmente jogar o jogo. De modo similar parece ocorrer com a concepção de cálculo. Não temos, assim, uma espécie de *caso de fronteira* que nos permita dizer, por exemplo, que sempre que alguém realiza cem jogadas corretas ininterruptas afirmamos, com segurança, que isso significa: “saber jogar xadrez”.

De modo geral, não temos nenhum critério para dizer que alguém seguiu um determinado cálculo ou não, exceto o fato de ter “agido de acordo”. Mas, mesmo nesses casos, não saberíamos dizer, conforme o exemplo do xadrez acima, que alguém seguiu *estritamente* as regras como uma espécie de cálculo, porque não saberíamos dizer precisamente se o jogador iniciante sabe de fato jogar. Portanto, parece haver um problema em se dizer que há sempre uma espécie de cálculo por detrás quando alguém segue um conjunto de regras recorrendo ao “agir de acordo” como critério.

O uso da linguagem como um cálculo parece ser mais um uso “regrado” do que um uso irrestrito. Carvalho (2014, p. 211) chama de uso “regrado” o fato de que, embora nossa linguagem seja formada por regras fixas, ela não nos fornece um uso para todos os casos possíveis. O sentido de “regrado” que usamos aqui é distinto. Trata-se do fato de que ao nos tornarmos *exímios no uso* de uma gramática, como o jogo de xadrez, nosso comportamento não precisa envolver o uso estrito de uma regra, como diz Le Du (2009). A explicação de uma regra só está presente no contexto no qual ela é necessária. Sendo assim, uma regra só precisa ser explicada aparentemente em cenários de conflitos. Nesse contexto a gramática opera a partir de regras fixas, como um cálculo, porque nesse cenário as regras são usadas para dissolver os mal-entendidos presentes. Nos demais, quando não há conflito, não é necessário explicar as regras envolvidas.

Pensar a analogia entre regra e cálculo, em um sentido estrito, parece nos gerar ao menos um caso contraintuitivo. Se cálculo é pensado como o ato de seguir uma regra, passo a passo, para se obter um determinado fim, então não parece fazer sentido alegar que *sempre* que seguimos uma regra realizamos um cálculo, pois realizar um cálculo parece ocorrer apenas em cenários nos quais *não podemos* interpretar as regras de outro modo – i.e., apenas em cenários de conflito *precisamos justificar* porque

agimos de determinada forma. Dessa maneira, quando um jogador de xadrez se torna um exímio jogador, não parece plausível dizer que seu comportamento *envolve*, de modo estrito, uma regra, porque o jogador não precisa justificar cada passo que realiza (ver, Le Du, 2009). Ou ainda, quando damos um comando a alguém, por exemplo, some “2+2”, ele poderia saber que “2+2” é “4” sem ter feito qualquer operação. Neste caso, podemos nos perguntar se houve uma interpretação do comando de modo determinado (seguindo estritamente o cálculo) ou arbitrário (agiu sem seguir nenhum cálculo específico). Se for de modo arbitrário, como normalmente ocorre, então a pessoa apenas agiu. Seu comportamento não parece envolver a regra, ao menos não como um cálculo. Isto ocorre em várias situações quando alguém se torna exímio em algo. Nesses casos, agimos sem precisar explicitar as regras.

Não parece ter sentido alegar, dessa forma, que sempre que usamos uma gramática devemos consultar obrigatoriamente o “livro da gramática” em questão para fazer o que deve ser feito. Temos “permissão para usar a palavra ‘regra’ sem primeiro ter que tabular as regras para essa palavra” (BT, p. 54e). Wittgenstein diz no BT, conforme já dissemos no capítulo I, que:

O sistema de regras foi definido em *um livro*; mas nós quase nunca consultamos este livro em *casos práticos*. De vez em quando, porém, somos tentados a lê-lo em voz baixa (BT, p. 203e, grifo nosso).

Nessa passagem Wittgenstein parece querer dizer que a gramática é como um “livro de regras” que, apesar de em alguns casos dispormos para a consulta, nem sempre precisamos consultá-lo. Só consultamos o livro, como sustentamos nessa seção, em *cenários de conflito*. Quando há um cenário de conflito recorremos ao livro das regras para *explicar* quais regras estão envolvidas, com o objetivo de dissolver os mal-entendidos presentes. Quando não há conflito, quando não há interpretações divergentes, apenas usamos as regras sem explicá-las. Quase nunca consultamos o livro em casos práticos, porque, nesses casos, apenas agimos, pois somos exímios em nossas ações. Quando somos inclinados a explicar nossas ações, como ocorre no cenário de interpretações alternativas, recorremos “ao livro das gramáticas” para justificar o motivo de nossas ações. Nesses casos, explicamos as regras envolvidas. Wittgenstein parece assumir uma posição mais flexível sobre a noção de “cálculo” do que a noção mais estrita de cálculo que apresentamos no início da seção.

Além disso, se tivéssemos de ter de tabular as regras para uma palavra antes de usá-la, como a palavra ‘regra’, deveríamos assumir uma postura distinta para a filosofia no BT. Seu papel não seria de elucidação das regras gramaticais, mas, sim, de uma prescrição. Regras gramaticais, neste caso, não seriam regras para o uso de palavras,

mas seriam, de algum modo, “super-regras” (BT, p. 54e). Dito de outra forma, se tivéssemos que postular o uso para “os cálculos” antes de realizarmos, de fato, cálculos individuais, estaríamos estabelecendo então condições de possibilidade para o funcionamento da linguagem⁵⁰. O que não parece ser o interesse de Wittgenstein, pois, o BT trata de linguagens existentes. Sendo assim, o papel da filosofia no BT não é a realização de um inventário ideal de regras e de seus possíveis usos, mas dissolver mal-entendidos gerados pelo uso concreto da linguagem.

E é assim que ocorre com o conceito de “regra”. Somente em casos muito particulares – ou seja, nem toda vez que usamos a palavra ‘regra’ – estamos preocupados em diferenciar regras, de algo que não é uma regra, e em todos esses casos é fácil chegar a um critério distintivo. Por exemplo, usamos a palavra ‘regra’ em oposição à ‘palavra’, ‘configuração de peças de jogo’ e várias outras coisas, e é fácil desenhar esses limites de forma clara. Por outro lado, não desenhamos limites onde não precisamos deles (BT, p. 55e).

Assim como não parece fazer sentido afirmar que sempre que agimos nosso comportamento envolve, de modo estrito, uma regra, não faz sentido também afirmar que precisamos, constantemente, definir o conceito de “regra” antes de usá-lo. Apenas fazemos distinções, como diz Wittgenstein, em situações nas quais elas são necessárias. Nas demais, simplesmente usamos a linguagem e os conceitos. A gramática como cálculo parece ser determinante, assim como a necessidade da definição da palavra ‘regra’, apenas em algumas situações. O cenário de conflito parece ser uma dessas situações. Em alguns casos precisamos consultar o livro, em outros não. Esses casos são aqueles em que a linguagem está em férias. Em casos práticos, quando a linguagem está funcionando de forma inequívoca, simplesmente agimos.

2.5 Analogias Enganadoras

O tema das analogias enganadoras é um tema crucial dentro do BT. Wittgenstein dedica duas subseções, dentro da seção chamada “Filosofia”, ao tema: a seção 87 e a seção 91. Além disso, Wittgenstein também discute, em diferentes pontos do BT, o tema das analogias enganadoras como sendo uma espécie de apoio secundário à questão

⁵⁰Nessa tese, defendemos que é possível dizer que a noção de “operar no vácuo”, ao descrever a ideia de gramática como um sistema de regras, estabelece uma espécie de *condição de possibilidade para a interlocução*. Isto significa, pontualmente, que as regras que ocorrem dentro de um sistema gramatical estabelecem, para qualquer contexto possível, a sua própria aplicação. Já o sentido de “condição de possibilidade” descrito na passagem acima é distinto. Assere que as regras gramaticais não seriam regras para o uso concreto de palavras, dentro de suas respectivas linguagens existentes, e sim que as regras gramaticais seriam uma espécie de *inventário ideal de regras para qualquer uso possível*. Wittgenstein não está comprometido no BT com esse sentido de “condição de possibilidade”, pois, como vimos, seu objetivo se restringe apenas às linguagens existentes e à elucidação das suas respectivas regras gramaticais.

central de cada seção⁵¹. De início, podemos dizer que o tema das analogias enganadoras é um tema crucial dentro do BT, porque nos permite mostrar, como veremos nessa seção, “(o caráter perturbador da falta de clareza gramatical)” (BT, p. 302e). Por ‘analogia enganadora’, Wittgenstein está se referindo no BT às analogias gramaticais. As analogias gramaticais são aquelas analogias formadas dentro da linguagem. Wittgenstein está interessado em [...] “*certas analogias dentro da linguagem*” (BT, p. 314e, grifo nosso). Está interessado, precisamente, nas analogias enganadoras que estabelecemos “[...] no *uso* de nossa linguagem” (BT, p. 302e, grifo nosso).

Se corrijo *um erro filosófico* e digo que esta é a maneira pela qual ele sempre foi concebido, embora não deveria ser assim, devo sempre *apontar para uma analogia* a partir da qual alguém a pensou, mas que, no entanto, não tenha reconhecido *como uma analogia* (BT, p. 302e, grifo nosso)⁵².

Quando uma analogia enganadora é introduzida no interior de uma linguagem e incorporada ao uso ordinário que fazemos dela, há então uma sensação de mal-estar constante. Nem sempre conseguimos reconhecer com facilidade uma falsa analogia no uso ordinário que fazemos da linguagem. Afinal, para reconhecê-la deveríamos ser capazes de apontar quando ela foi introduzida e incorporada de vez ao uso que fazemos da linguagem. Ser capazes, assim, de dizer quando alguém pensou a partir de determinada analogia, sem, contudo, ter reconhecido de que se tratava no fundo de uma analogia enganadora.

O efeito de uma *falsa analogia* aceita em uma linguagem: significa uma batalha constante e um mal-estar (uma irritação constante, por assim dizer) (BT, p. 302e, grifo nosso).

As analogias no BT se referem, como já dissemos, às analogias estabelecidas na linguagem: as analogias gramaticais. Wittgenstein está interessado no BT nas analogias gramaticais, pois, elas são as responsáveis por gerar confusões gramaticais ao serem, como dito na passagem abaixo, responsáveis por gerar confusões conceituais. Afinal, os problemas dos quais a filosofia se ocupa não são extraídos da vida prática. São problemas conceituais.

Nós não encontramos nenhum problema filosófico na vida prática (como fazemos, por exemplo, nas ciências naturais). Nós só os encontramos quando somos guiados, não por um propósito prático, a formar nossas sentenças, mas por certas analogias *dentro* da linguagem (BT, p. 314e).

⁵¹ Ver, seção 27 (p. 81e), seção 112 (p. 385e), dentre outros exemplos.

⁵² “Sempre apontar para uma analogia // tenho que apontar para uma analogia // que tomou como orientação e mostrar // tem que mostrar // que esta analogia está incorreta” (BT, p. 302e, nota 2).

Dizer que estabelecemos analogias enganadoras por meio do uso que fazemos da linguagem não torna a nossa tarefa de identificá-las mais fácil. Isto porque, as analogias enganadoras que Wittgenstein discute no BT parecem ocorrer de duas formas distintas: (1) podemos pensar em analogias enganadoras que são estabelecidas em *referência ao sistema de regras* e (2) podemos pensar em analogias enganadoras que são estabelecidas pelo *uso da linguagem*. O primeiro caso nos diz que um sistema de regras estabelece e restringe, ele próprio, a possibilidade de ocorrência de uma analogia enganadora. Há uma espécie de caráter *apriorístico* na formulação destas analogias enganadoras, de modo que certas expressões análogas são definidas, de antemão, como enganadoras. O segundo caso nos diz que as analogias enganadoras são ocasionadas pelo *emprego* que fazemos de diferentes sistemas de regras. Esse emprego pode ser pensado isoladamente, ou seja, feito por um agente, ou pode ser pensado dentro de uma situação interlocutória (analisaremos somente o segundo caso). Sendo assim, ao passo que o primeiro caso exige um melhor entendimento do funcionamento dos sistemas de regras que estamos usando, o segundo caso exige atenção ao emprego que fazemos desses sistemas. Em ambos os casos, a regra gramatical, delimitadora de sentido, é o que nos permite dissolver a analogia enganadora. O sistema de regras opera sob a formulação e a dissolução das analogias enganadoras.

Começaremos pelo cenário no qual as analogias enganadoras são formadas em referência ao sistema. Apesar dos problemas de periodização e de estruturação reconhecidamente presentes no livro organizado por Rush Rhees, *Gramática Filosófica*, optamos por usá-lo aqui por causa da clareza da passagem abaixo. Passagens similares a esta podem ser encontradas na seção 115 do BT, chamada de “tipos de números cardinais”.

As expressões “os números cardinais”, “os números reais”, são extraordinariamente enganosas, exceto quando são usadas para especificar números particulares, como em “os números cardinais de 1 a 100” etc. Não há algo como “os números cardinais”, mas apenas “números cardinais” e o conceito, a forma “número cardinal”. Ora, dizemos “o número dos números cardinais é menor que o número dos números reais” e imaginamos que talvez pudéssemos escrever as duas séries lado a lado [...]” (PG, p. 224).

Podemos falar sobre número ordinal e cardinal. Os números ordinais são aqueles que indicam ordem, do tipo, primeiro, segundo, terceiro, etc. Os números cardinais, por outro lado, indicam o número ou a quantidade específica constituinte de um conjunto. Sendo assim, podemos falar que “o ano de 2019 tem 365 dias”. O número “365” é um

número cardinal que indica a quantidade específica de dias do ano de 2019. Nesse sentido, como sugere Wittgenstein, dizer “os números cardinais” é uma expressão enganadora. Ela pressupõe que existam números que são, por assim dizer, estritamente cardinais (como uma série) e que, por isso, poderíamos inclusive estabelecer uma relação entre a quantidade de números cardinais com a quantidade de números reais⁵³. Contudo, “números cardinais”, como já dito, indicam estritamente quantidades.

Para Wittgenstein, seria uma forma enganadora dizer que “o número dos números cardinais é menor que o número dos números reais” (PG, p. 224), porque, tal afirmação pressupõe que pudéssemos escrever as duas séries, lado a lado, e compará-las. Contudo, só poderíamos falar em “número cardinal” e compará-lo aos “números reais” se nos referirmos à forma do número, ou ainda, ao seu conceito, como é dito por Wittgenstein. Sendo assim, “Se podemos falar de uma relação que possa ser chamada por analogia ‘maior’ e ‘menor’, só pode ser uma relação entre as formas ‘número cardinal’ e ‘número real’” (PG, p. 224).

O exemplo da analogia formada entre “maior” e “menor” indica uma analogia enganadora que é constituída em referência ao sistema. A própria definição de “número cardinal” e “real” nos mostra que a analogia constituída é enganadora. Esta analogia ocorre em razão do uso que fazemos dos conceitos, de uma importação indevida de gramáticas gerada pelo emprego destes sistemas. Dito de outro modo, esta analogia enganadora é um tipo *apriorístico* de analogia, pois há certas expressões análogas definidas, de antemão, como enganadoras. É uma analogia enganadora na qual o sistema de regras estabelece e restringe, ele próprio, a possibilidade de sua ocorrência. Nesse caso, as regras gramaticais delimitam, de antemão, a formulação desta analogia enganadora ao estabelecer, de início, quais expressões análogas são enganadoras.

Vejamos agora um caso específico do emprego de diferentes sistemas gramaticais e dos problemas ocasionados pelas analogias enganadoras por detrás desse emprego⁵⁴.

O que nos perturba é a *falta de clareza sobre a gramática* da sentença “*vejo dois círculos vermelhos em um fundo azul*” – em particular, suas *relações* com a gramática de sentenças, tais como, “*duas bolas vermelhas estão em cima da mesa*” e “*vejo duas cores nesta foto*” (BT, p. 320e, grifo nosso).

Tendemos a usar a palavra ‘localização’ e ‘cor’, ora em relação ao campo visual (como uma *descrição* de testemunhos subjetivos), e ora em relação a *descrições* físicas.

⁵³ O conjunto dos números reais são uma expansão do conjunto dos números racionais que engloba não só os inteiros e os fracionários, positivos e negativos, mas também os números irracionais.

⁵⁴ A passagem abaixo é discutida por mim, de forma mais detalhada, em Costa (2018).

Nesses casos falta-nos clareza em relação ao uso dessas gramáticas. É isso que nos diz a passagem acima. Confundimos o uso de sentenças empíricas que dizem “duas bolas vermelhas *estão* em cima da mesa” com “*vejo* duas cores nesta foto” ou ainda “*vejo* dois círculos vermelhos em um fundo azul”. No primeiro caso, dizer que há “duas bolas vermelhas em cima da mesa” nos compromete com a localização espaço-temporal do que afirmamos. A gramática de sentenças empíricas, como no exemplo acima, é completamente diferente de sentenças que afirmam que “*vejo* duas cores nesta foto” ou “*vejo* dois círculos vermelhos em um fundo azul”. Nesse segundo caso estamos tratando do campo visual, daquilo que vemos, portanto, estamos tratando de testemunhos subjetivos. A gramática que opera na descrição de testemunhos subjetivos em relação à palavra ‘localização’ é distinta da usada no contexto de descrição de proposições empíricas, assim como é distinta a própria noção de “descrição” nos dois casos.

Sendo assim, ao se assumir a gramática de “*vejo* dois círculos vermelhos em um fundo azul” como sendo similar à gramática de “duas bolas vermelhas *estão* em cima da mesa” estamos estabelecendo uma analogia enganadora. Aquilo que Wittgenstein chama de “relações” em “suas *relações* com a gramática de sentenças” (BT, p. 320e) refere-se ao estabelecimento de uma analogia. Falta-nos clareza a respeito da gramática dessas sentenças, sobretudo, porque estabelecemos relações (analogias) entre elas. A analogia enganadora, nesse caso, surge do *emprego inadequado* que fazemos da linguagem, em especial, do modo como usamos a palavra ‘localização’ e ‘descrição’, conforme veremos abaixo. A consequência direta desse emprego é, por um lado, a *dissolução* daquilo que um sistema pode estabelecer com propriedade em relação ao que faz ou não sentido ser dito (em relação à sua capacidade de evitar absurdos) e, por outro, o *favorecimento* à formação de pseudoproblemas.

Quando tratamos de proposições empíricas podemos falar de descrições, exigindo inclusive mais *detalhamento* ou menos *detalhamento*⁵⁵. O mesmo não ocorre com os testemunhos subjetivos. Sendo assim, ao estabelecer uma analogia enganadora, por meio da relação dessas duas gramáticas, estamos comprometendo as regras que operam em cada uma delas. Não saberíamos dizer, por exemplo, se *faz sentido* ou não afirmar que “não se pode distinguir uma figura de 100 lados de um círculo” (BT, p. 321e). Afinal, em um contexto empírico *faz sentido* dizer que “há uma figura de 100 lados” e que podemos vê-la perfeitamente (mesmo que para isso a figura deva ter um tamanho bastante considerável). Mas, em um contexto de testemunhos subjetivos não faz sentido dizer que “vemos, perfeitamente, uma figura de 100 lados”. Neste caso, a

55 Expressão sugerida por André Porto (UFG). Ver, também, Porto (2012).

impossibilidade não diz respeito ao campo visual, mas somente à gramática, pois, aqui, são gramáticas distintas operando e, portanto, são sistemas de regras diferentes. Não faz sentido dizer, assim, que “vemos, perfeitamente, uma figura de 100 lados”, porque o advérbio “perfeitamente” não deveria ser aplicado, aqui, ao testemunho subjetivo. A menos, é claro, que aquele que vê a figura (sua própria percepção) seja uma espécie de “olhador prodígio” e consiga distinguir, com precisão, uma percepção de 100 lados de outra de 99, 98, 97 lados, etc., ou ainda, de outra de 101, 102, 103, etc. O “olhador prodígio” deveria ser capaz de dar um detalhamento a respeito de sua própria percepção – o que parece, segundo Wittgenstein, não ser possível.

A sentença “não se pode distinguir uma figura de 100 lados de um círculo” só faz sentido se pudermos *distinguir os dois de alguma forma*, e queremos dizer que *não podemos distingui-los visualmente*, por exemplo. Portanto, se nenhum método de diferenciação fosse fornecido, não faria sentido dizer que essas duas figuras são parecidas, mas “na verdade” são diferentes. E então essa proposição equivaleria à definição “figura de 100 lados = círculo” (BT, p. 321e, grifo nosso).

Esse mesmo problema do olhador prodígio pode ser descrito em outra passagem do mesmo período.

Imaginemos que uma pessoa olhe para o céu por um instante e então é perguntada sobre quantos pontos de luz ela viu. Haveria aqui uma resposta da forma: “Vi *n* pontos de luz”? Isto é, “Não sei quantos pontos de luz havia lá, mas claramente devo ter visto algum número definido”? Diríamos: Aqui não faz o *menor sentido* falar de um número definido (WITTGENSTEIN, L e WAISMANN, F, 2003, p. 317, grifo nosso).

Por que não faria sentido dizer que o observador viu um número definido de estrelas? De um certo modo, ele viu pontos, como estrelas, no campo visual. Se viu pontos, então, mesmo que não fosse capaz de dizer quantos exatamente, ainda assim faria sentido dizer que ele viu um número definido. Wittgenstein, no entanto, discorda dessa posição. Vamos imaginar, por exemplo, que o observador em questão em vez de dizer quantas estrelas viu, nos ofereça uma tela pintada, ou seja, uma *representação*. Poderíamos nos perguntar, neste caso, se, de acordo com essa representação, há mais estrelas no canto direito ou esquerdo da tela, ou quais estrelas têm mais brilho, etc. Podemos exigir do observador um grau de *detalhamento* cada vez maior, embora não faça sentido um detalhamento completo da tela (uma espécie de completude da tela). Podemos exigir mais detalhamento da representação porque ela é, em resumo, uma *representação singular*.

No entanto, diferentemente de uma representação (que é, neste caso, uma tela física), não podemos exigir cada vez mais detalhamento da impressão que o observador da passagem acima teve. A percepção visual, a impressão do observador, é uma *impressão geral*⁵⁶. Não faz sentido pedir ao observador, nesse sentido, que retorne novamente à *mesma* impressão e diga quantas estrelas viu, porque, simplesmente, ele não será capaz de dar um grau de detalhamento satisfatório. Ele pode naturalmente dizer um número qualquer, mas se exigirmos mais detalhamento, haverá um momento em que não fará mais sentido para o interlocutor responder. Não fará sentido, porque ele será incapaz de fazê-lo. Por isso, argumenta Wittgenstein, que não faz sentido dizer “Vi *n* pontos de luz”, pois, na verdade, o observador não sabe quantos pontos de fato viu. O mesmo ocorre com a afirmação: “não se pode distinguir uma figura de 100 lados de um círculo” (BT, p. 321e). Podemos aplicar o exame do detalhamento às proposições empíricas, mas não aos testemunhos subjetivos. A menos, é claro, que exista uma espécie de “olhador prodígio” de percepções, como dissemos acima.

A impossibilidade do detalhamento aplicado ao testemunho subjetivo nos diz que a gramática do sistema de proposições empíricas e a gramática dos testemunhos subjetivos são completamente distintas. A analogia enganadora, portanto, é estabelecida pelo *emprego inadequado* da palavra ‘localização’ e ‘descrição’ em relação aos testemunhos subjetivos e às proposições empíricas, e pode ser elucidada, conforme vimos, a partir do exame do detalhamento. A analogia enganadora é gerada, neste caso, pelo *emprego* que fazemos da linguagem, pelo “[...] *uso* de nossa linguagem” (BT, p. 302e, grifo nosso). O que a analogia enganadora faz, nesse sentido, é uma *transposição* de gramáticas. Esta *importação indevida* do que é permitido para uma gramática, via transposição à outra, é, para o BT, umas das causas centrais dos problemas filosóficos.

As analogias enganadoras que Wittgenstein discute no BT são, em grande medida, originárias do *uso de nossa linguagem*. Estas analogias enganadoras têm, por assim dizer, uma ocorrência maior e mais importante no texto se comparada às analogias enganadoras que ocorrem em *referência ao sistema*. Além disso, as analogias enganadoras estabelecidas pelo uso da linguagem parecem exigir, ao menos de uma certa perspectiva, uma situação interlocutória, ao contrário do carácter *apriorístico* das analogias enganadoras em referência ao sistema. Estamos nos referindo aqui ao uso interlocutório da linguagem. Quando gramáticas são usadas de modo interlocutório

⁵⁶ Wittgenstein parece ter aqui uma posição contrária à tradição ao afirmar que impressões são gerais, motivo pelo qual não faria sentido exigir um grau de detalhamento maior do céu estrelado. Embora esta seja uma discussão importante, não entraremos a fundo neste problema. Para isso, ver, seção 70 e 71 do BT sobre “Generalidade”, ver, Porto (2012, p. 76) e, sobretudo, ver, Costa (2018, p. 224), em que discuto estas mesmas passagens dando, assim, um tratamento adequado às discussões subjacentes.

podemos observar a ocorrência de uma analogia enganadora em razão da confusão conceitual que ela acarreta. Sendo assim, embora a gramática das proposições empíricas e dos testemunhos subjetivos sejam distintas, como vimos a partir do problema do detalhamento, é o emprego destas gramáticas, dentro de uma situação interlocutória, que parece gerar a analogia enganadora em questão. Este emprego, conforme estamos sugerindo, pressupõe uma situação interlocutória. Embora também possamos falar do uso por um único agente, o qual não discutimos nesta seção.

Há, assim, uma ordem dos conceitos. As analogias enganadoras no BT ocorrem quando há uma certa confusão conceitual em relação à gramática e às suas regras. O sistema de regras tem prioridade quanto à formulação e à dissolução das analogias enganadoras, porque só podemos reconhecer que há uma analogia enganadora operando se estivermos atentos à gramática. Também, por isso, podemos dizer que as analogias enganadoras no BT são uma espécie de importação indevida de gramáticas, pois há uma transposição inadequada do que é permitido de uma gramática à outra. No BB, como veremos, a ordem dos conceitos é outra. Quando ocorre uma analogia enganadora também usamos as regras gramaticais para dissolvê-la. A questão, contudo, é que estas regras são *um lance possível no interior de uma interlocução e não dadas de antemão, ou melhor, elas não são constituídas de antemão por um sistema de regras*. Além disso, as analogias enganadoras no BB ocorrem sempre dentro de situações interlocutórias. Sendo assim, para dissolvê-las, precisamos entender qual regra gramatical é a responsável por normatizar a situação, sem, contudo, ter sido enunciada de antemão (veremos essas questões no próximo capítulo).

Em resumo, as analogias enganadoras no BT estão na base de parte dos problemas filosóficos, como já dissemos, mas sua função parece ser secundária, pois, é de responsabilidade dos sistemas de regras apontar, onde e quando, uma analogia enganadora, quando é estabelecida, gera um problema. Isto pode ser feito aprioristicamente ou pelo atento olhar ao emprego destes sistemas, sobretudo, dentro de uma situação interlocutória. As analogias enganadoras só parecem funcionar, no BT, em *conjunto* com a ideia de gramática como sistema de regras (no BB, como veremos, isto ocorre de forma distinta). Afinal, sem o sistema de regras operando por detrás, como no exemplo do detalhamento que discutimos acima, dificilmente poderíamos dizer que “duas bolas vermelhas *estão* em cima da mesa” e “*vejo* duas cores nesta foto” são proposições problemáticas. Elas são proposições que pertencem ao uso ordinário de nossa linguagem. Em si não há nenhum problema em sua formulação. O problema está no estabelecimento de uma analogia enganadora entre elas que só é identificada quando

estamos atentos, por um lado, ao *o que o sistema de regras permite* e, por outro, ao *emprego que fazemos destes sistemas*. Sendo assim, só sabemos que há um problema em relação a essas duas proposições quando percebemos que, por analogia, o que é aplicado a uma, o detalhamento, não pode ser aplicado à outra.

Além disso, analogias enganadoras no BT não têm apenas usos negativos. Há também usos positivos. O mais importante, sem dúvida, diz respeito ao fato de uma analogia “marcar um lugar” de uma explicação. É assim que parece ocorrer, por exemplo, com a analogia do “espaço gramatical” (BT, p. 26e) ou, até mesmo, do “cálculo” (BT, p. 53e). No BT, Wittgenstein faz uso de analogias. Elas não são usadas, no entanto, como analogias enganadoras (como uma importação indevida de gramáticas) e, sim, usadas para “marcar um lugar” de uma explicação. A analogia do “espaço gramatical” é desse tipo. O “espaço” em questão não é o físico, mas diz respeito, de forma metafórica⁵⁷, à posição que cada palavra deve ocupar em um sistema de regras. Wittgenstein, para descrever o que seria esta posição, lança mão de uma analogia, na qual a ideia de “espaço” seria a “melhor explicação”. Esta postura não é nova. Está presente também no *Tractatus*, por exemplo, com a ideia de “espaço lógico” (TLP 2.013). Lá, assim como no BT, a função é a mesma, a saber, “marcar um lugar” de uma explicação. No BB essa postura é abandonada.

Por fim, podemos dizer também que a ideia de analogia gramatical tem uma relação direta com a postura metafilosófica assumida por Wittgenstein no BT. Wittgenstein assume que há problemas filosóficos e que eles são gerados, de modo geral, por diferentes motivos. Todos relacionados à má compreensão da linguagem, mas também todos tributários à atitude que assumimos diante da linguagem.

Os seres humanos estão profundamente envolvidos em confusões filosóficas, ou seja, gramaticais. E libertá-los disto pressupõe libertá-los de associações imensamente diversas que estão envolvidos. Deve-se, por assim dizer, reagrupar a linguagem inteira. – Mas, é claro, que essa linguagem se desenvolveu como tal porque os seres humanos tinham – e têm – a tendência de pensar *nessa maneira*. Portanto, libertá-los só funciona com aqueles que vivem em um estado instintivo de insatisfação com a linguagem. Não com aqueles que, seguindo todos os seus instintos, vivem dentro do próprio rebanho que criou essa linguagem como a sua própria expressão (BT, p. 311e).

Em suas observações metafilosóficas, Wittgenstein diz que as dificuldades que envolvem a filosofia não são, propriamente, dificuldades intelectuais, mas de “mudança de atitude” (BT, p. 300e). Estamos constantemente envolvidos com problemas

⁵⁷Embora Wittgenstein faça uso de metáforas, ele não parece elaborar nenhuma teoria, propriamente dita, acerca do tema. Ver, Gill (1979).

filosóficos, porque a linguagem tem certas “armadilhas” (BT, p. 311e), mas, também, porque temos uma certa tendência em adotar uma atitude que as favorecem – “[...] a tendência de pensar *dessa maneira*” (BT, p. 311e). Talvez, por isso, há uma função metafilosófica associada ao estilo do texto no BT, a saber, de terapia.

O texto é elaborado de modo que o mesmo problema é reapresentado por diferentes pontos interpretativos, em um cenário, claramente, de conflito. O problema do “candidato ao significado”, discutido no capítulo anterior, por exemplo, é apresentado tendo, como interpretações alternativas, a tese mentalista, do portador e do espaço gramatical. Wittgenstein não diz, de antemão, que a interpretação mentalista e a do portador devem ser abandonadas. Pelo contrário, Wittgenstein não veta nenhuma interpretação. Apenas parece conduzir o leitor, como uma estratégia metafilosófica, a tentar encontrar por si próprio a saída da confusão gramatical em que está envolvido. Por isso, a ideia de mudança de atitude está na base da proposta metafilosófica de Wittgenstein. Quando ela é assumida “não é um *único* problema que é resolvido – em vez disso, os problemas são resolvidos (preocupações removidas)” (BT, p. 316e).

CAPÍTULO III

‘USO’ COMO INTERLOCUÇÃO

3. Introdução

Na primeira parte desta tese, respectivamente capítulo I e II, vimos que a noção de “gramática” que Wittgenstein sustenta em meados de 1932 e 1933 no BT enfatiza um certo aspecto do funcionamento da linguagem, o qual chamamos de *operar no vácuo*. A linguagem seria, nesse sentido, formada por diferentes gramáticas, cada qual referindo-se a um sistema de regras específico, de modo que seu funcionamento ocorreria de forma autônoma (de qualquer contexto) e independente (da aplicação de interlocutores). Os conceitos de “cálculo” e de “regra operacional” também enfatizam esse aspecto de operar no vácuo da linguagem. Sendo assim, as regras gramaticais que são, preponderantemente, regras operacionais no BT, seriam uma espécie de condição de possibilidade para a interlocução. Dito de outro modo, as regras no BT antecipariam para qualquer contexto possível a sua própria aplicação. Além disso, como vimos, as noções de “cálculo” e de “gramática como sistema de regras” seriam noções definidoras não só do BT, como também do final do período intermediário de Wittgenstein como um todo.

No entanto, apesar dessa caracterização de uma linguagem que opera no vácuo, apontamos nos capítulos anteriores que em algumas passagens específicas do BT é possível observar uma certa preocupação crescente de Wittgenstein em relação ao caráter pragmático da linguagem. Esse caráter pragmático, descrito como um aspecto possível do conceito de “jogos de linguagem”, assume no BB uma forma mais bem definida. A partir de 1933, Wittgenstein passa a tratar de forma mais clara do conceito de “uso” – o qual será, dentro do BB, o conceito que elucidará o caráter pragmático da linguagem. É possível dizer que isto ocorre, porque, as críticas de Wittgenstein à concepção da “analogia do cálculo” no BT o levaram a repensar a linguagem e suas regras a partir de situações de uso. Mostraremos, assim, nessa segunda parte da tese os motivos pelos quais Wittgenstein passa a enfatizar o conceito de “uso” no BB, além de mostrar também de que forma é apresentado no livro uma noção de linguagem preocupada com “situações interlocutórias” e, por fim, mostraremos o papel das analogias enganadoras dentro dessas situações. Contudo, antes de entrarmos propriamente no texto, faremos algumas observações em relação à origem do BB e ao estilo adotado por Wittgenstein.

É possível dizer que uma das principais mudanças entre o BT e o BB é, sem dúvida, em relação ao estilo do texto⁵⁸. O BT, como vimos no final do capítulo II, tem um estilo de escrita que parece exercer, ao fim, uma espécie de “função terapêutica”. Os problemas no BT são apresentados a partir de diferentes perspectivas mostrando, assim, abordagens alternativas em relação à questão analisada. Wittgenstein parece querer mostrar, dessa forma, não somente como um problema filosófico pode ser construído (sobretudo quanto ao uso de analogias enganadoras), mas parece querer mostrar também que somente quando um problema é reintroduzido de diferentes formas, o leitor pode, de forma atenta, sair por si próprio da confusão conceitual em que está inserido.

O BB, no entanto, parece não ter essa pretensão⁵⁹. Talvez, porque antes de entendê-lo como sendo um texto propriamente dito, devemos entendê-lo como um conjunto de notas de aulas ordenadas em torno de algumas questões centrais ditadas por Wittgenstein. Ao menos é o que diz o próprio Wittgenstein, em 1935, quando uma cópia revisada do texto por ele mesmo foi enviada a Russell (McGUINNESS, 2008, p. 250)⁶⁰.

Há dois anos, mais ou menos, prometi lhe enviar um dos meus manuscritos. O que lhe envio hoje não é esse manuscrito. Ainda estou às voltas com ele e sabe-se Deus se irei publicá-lo, ou não. Mas dois anos atrás dei algumas palestras em Cambridge e dei algumas anotações para meus alunos para que eles pudessem ter algo para levar para casa com eles, em suas mãos, além do que tinham em suas mentes. E eu tinha essas anotações duplicadas. Acabei de corrigir alguns erros de impressão e outros erros em algumas das cópias, e me ocorreu que talvez você gostaria de ter uma cópia. Então estou enviando uma para você. Não quero sugerir que você leia as palestras; mas se você não tiver nada melhor para fazer, e se elas lhe puderem proporcionar alguma satisfação, ficarei de fato muito satisfeito. (Penso que é muito difícil compreendê-las, visto que muitos pontos são apenas insinuados. Eles são destinados apenas às pessoas que seguiram as palestras.) Como eu disse, se não os lê, não terá nenhuma importância (BB, prefácio).

Como diz a carta, Wittgenstein enviou uma cópia para Russell, mas o manuscrito enviado não era exatamente o mesmo que foi ditado aos alunos. Algumas

58 Segundo Sluga: “Uma das preocupações fundamentais de Wittgenstein nesse período, creio eu, era a questão de que *forma literária* dar ao caráter dinâmico de seu pensamento [...]. Wittgenstein descobriu, neste caso, a *palestra* como um novo meio”. Disponível em <http://www.truthandpower.com/from-moores-lecture-notes-to-wittgensteins-blue-book/>. Acesso em 14 de agosto de 2018. Ver, também, Engelmann (2013, pp. 171-172).

59 Alguns autores pensam o contrário, em especial, Bouwsma (1961) e Venturinha (2012). Bouwsma diz: “Há uma terapia mental. E aqui está uma especialidade. Existem câimbras mentais. Talvez seja melhor dissociá-lo da expressão ‘terapia mental’. Vamos chamá-lo de terapia intelectual de um certo tipo” (1961, p. 148). Venturinha diz: “O propósito da filosofia é, então, psicoterapêutico de uma certa maneira. A terapia filosófica ajuda a reconhecer que, por exemplo, não é falso, mas absurdo acreditar que só eu conheço a minha dor quando vou ao médico” (2013, p. 188).

60 Wittgenstein também enviou uma cópia para o físico W. H. Watson, autor de *On Understanding Physics* (1938), em 19.10.1935 (McGUINNESS, 2008, p. 251). O livro de Watson foi influenciado pelas palestras de Wittgenstein em Cambridge entre os anos de 1929-1934.

correções foram feitas, o que revela, como o próprio Wittgenstein sugere, uma certa intenção de um dia vir a publicar o manuscrito. Wittgenstein ainda diz que algumas das questões ali presentes são de difícil compreensão sem as qualificações necessárias, pois se referem, de modo geral, às discussões realizadas durante o curso de palestras em que as proferiu. Além de dizer, de forma indireta, que embora não reconheça o BB como um projeto acabado, ele parece ser, em certa medida, uma boa expressão de seu pensamento à época⁶¹. Afinal, além de rever as suas próprias anotações sobre o curso (incluindo aquelas feitas pelos alunos), Wittgenstein ainda sugere que elas possam ter alguma relevância a Russell.

Wittgenstein também ditou, quase que simultaneamente ao BB, aquilo que veio a ficar conhecido como o Livro Amarelo (YB). O YB faz parte de uma série de discussões informais feitas por Wittgenstein com Margaret Masternan e Alice Ambrose durante os intervalos nos quais era ditado o BB – além de contar também com um conjunto de notas escritas por Francis Skinner sobre essas leituras (AMBROSE, 1977, p. 3). No texto organizado por Ambrose, em *Wittgenstein's Lectures* (2001), o YB é dividido em duas partes, a partir de “partes selecionadas” (YB, pp. 43-73). Assim como o BB, a primeira parte trata, de modo geral, de questões relacionadas à gramática, sobretudo, ao uso de palavras – “[...] assumimos o significado de uma palavra como *o modo a partir do qual ela é usada*” (YB, p. 44, grifo nosso). A segunda parte trata, de modo geral, de questões relacionadas ao solipsismo e ao problema da postulação de entidades mentais – “as dificuldades na filosofia ocorrem constantemente nos casos em que reivindicamos um estado especial da mente como sendo o que a palavra significa” (YB, p. 56). YB e BB são, assim, muito próximos quanto aos problemas tratados, embora não sejam tão próximos quanto ao estilo do texto. O YB adota uma postura que oferece uma espécie de “conselho” ou “apontamento” (AMBROSE, 1977, p. 5). O que Ambrose chama de “conselho” ou “apontamento” diz respeito ao fato de Wittgenstein anunciar, em seus comentários, posições gerais que orientavam sua proposta, tais como, “estamos diante de problemas causados pelo nosso modo de expressão” (1977, p. 5).

O BB, em resumo, pode ser pensado mais como um conjunto de notas de aula ordenadas em torno de algumas questões centrais ditadas por Wittgenstein a um grupo de alunos em Cambridge nos anos letivos de 1933 e 1934 do que, propriamente, um

⁶¹Outro motivo que colabora para esta afirmação está nas anotações feitas por Sraffa (Ver, VENTURINHA, 2012). Embora estas anotações tenham sido feitas em 1941, Sraffa claramente reconhece a importância do BB dentro dos trabalhos de Wittgenstein. Além disso, como sugere Engelmann, Wittgenstein dificilmente daria uma cópia do BB a Sraffa, um de seus mais importantes críticos, caso não reconhecesse o BB como uma boa expressão de seus pensamentos (2013, p. 173).

livro ou um conjunto de apontamentos/conselhos como o YB⁶². Sluga (1996, pp. 320-353), em sua clássica divisão do BB, defende que o livro pode ser dividido (e pensado) em duas partes: na primeira parte, Wittgenstein trata de questões metafilosóficas (sobre significação e uso e, sobretudo, sobre o papel da filosofia); na segunda parte, dada estas questões, Wittgenstein as estenderia ao problema do senso comum e, em especial, ao problema do solipsismo a partir do problema central da subjetividade. Sendo assim, as duas partes seriam, em certa medida, independentes. Interessa-nos aqui elucidar brevemente esta segunda parte.

Na segunda parte do BB, Wittgenstein trata de um conjunto de questões que estão ligadas, de modo geral, ao problema da subjetividade. Wittgenstein dedica-se ao problema do senso comum (influenciado por Moore⁶³) e o relaciona ao clássico problema do solipsismo a partir do tema central da experiência pessoal. O primeiro obstáculo para entendermos estas questões se refere, em certa medida, ao próprio objetivo do livro como um todo. O BB começa pela questão da explicação do significado e paulatinamente conduz a discussão para o uso de certas analogias enganadoras mostrando, assim, como elas nos levam à formulação de alguns problemas filosóficos centrais. No BB, Wittgenstein se move, analogia após analogia, de questões semânticas até ao problema da postulação das entidades mentais.

O trabalho se divide, como os leitores cuidadosos bem sabem, visivelmente em duas seções. A primeira circula em torno de uma variedade de tópicos, como, em particular, “os usos que fazemos de palavras como ‘pensar’, ‘significado’, ‘desejar’, etc.”, como o próprio Wittgenstein resume (BB, p. 43); a segunda dedica-se, por contraste, a um único tópico: o da “experiência pessoal” (BB, p. 44) ou, mais especificamente, o da diferença entre “proposições das quais podemos dizer que descrevem fatos no mundo material” e “proposições que descrevem experiências pessoais” (BB, pp. 46-47). Wittgenstein acrescenta neste ponto intermediário em seu livro que até agora adiou a discussão deste assunto “porque o tópico levanta uma série de dificuldades filosóficas” que parecem colocar em questão “tudo o que dissemos sobre sinais e sobre os vários objetos que mencionamos em nossos exemplos” na primeira parte do texto (BB, p. 44). Ele não quer dizer com isso que o tema da experiência pessoal só parece colocar tais questões em xeque, mas que realmente o faz e que envolver-se com este tópico o força a uma reavaliação genuína dos pressupostos da primeira parte do *Livro Azul*. Não há razão para supor que Wittgenstein tenha antecipado essa inversão desde o começo; ao contrário, a segunda parte do *Livro Azul* nos move dinamicamente em uma direção nova e inesperada. Na primeira parte do *Livro Azul*, Wittgenstein afirmava que era enganoso falar do pensamento como uma atividade mental. “Podemos dizer que o pensamento é

62 Conforme já dissemos na introdução geral da tese, o BB parece ser, em resumo, uma certa combinação entre as notas de aula ditadas por Wittgenstein com as anotações feitas por seus alunos sobre essas notas.

63 Ver, Moore (1974) e o artigo de 1925 intitulado “Uma Defesa do Senso Comum”.

essencialmente um operar com signos.” (BB, p. 6). Para essa afirmação quase behaviorista Wittgenstein percebeu, no começo da segunda parte do *Livro Azul*, que era preciso uma revisão à luz da reflexão sobre as experiências pessoais, como a sensação de dor de dente⁶⁴.

A primeira alternativa de leitura em relação a esse problema da possível independência entre as duas partes do BB é pensar a primeira parte do livro como uma espécie de *método* que Wittgenstein apresenta para tratar das questões que surgem, com mais clareza, na segunda parte. Dito de outra forma, a primeira parte do livro nos mostraria como os problemas tratados na segunda parte poderiam ser *resolvidos*. Essa interpretação é a mais recorrente na literatura (ver, Ambrose 1977 e Bouwsma 1961). Nesse sentido, a primeira e segunda parte do BB estão interligadas. Wittgenstein, nessa leitura, nos mostraria de que forma as questões em torno das entidades mentais e das experiências pessoais estão relacionadas, mas não subordinadas às questões em torno das analogias enganadoras, do significado das palavras, da atribuição de sentido, dentro outras questões discutidas na primeira parte.

A segunda alternativa possível de leitura é pensar que as questões sobre subjetividade da segunda parte do livro são, afinal, as questões centrais do texto e, nesse sentido, a primeira parte do livro seria apenas uma preparação para as teses que seriam apresentadas na segunda parte. Nesta leitura o BB passaria, assim, de um conjunto de notas de aula ditadas por Wittgenstein em Cambridge entre os anos de 1933-34 para um texto altamente especializado, voltado, nesse caso, às discussões acerca do tema central da subjetividade. O ponto a favor dessa leitura é a proximidade que há entre algumas questões discutidas na segunda parte do BB com os capítulos V, VI e VII das *Observações*, além da própria independência da primeira parte do livro em relação à segunda, como dito por Sluga anteriormente.

Tendo em vista que o BB tem, de fato, duas partes distintas e que a segunda parte se dedica, preponderantemente, ao tema da subjetividade, nos restringiremos nesta tese apenas à primeira parte do livro. Há alguns motivos para a nossa escolha. O primeiro motivo diz respeito ao fato de que as teses que discutiremos neste capítulo III e no capítulo IV se referem, quase que exclusivamente, à primeira parte do livro. O segundo motivo diz respeito ao fato de que o tratamento da primeira parte do livro independe, em termos de exposição e das questões tratadas, da segunda parte. O terceiro motivo, e mais importante, diz respeito ao fato de que as discussões em torno do problema da subjetividade, desenvolvidas na segunda parte do BB, abrem uma série de

⁶⁴ Ver, Sluga. Disponível em <http://www.truthandpower.com/from-moores-lecture-notes-to-wittgensteins-blue-book/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

novos problemas que estão, por escolha metodológica, distantes das discussões que estamos fazendo nesta tese. Sendo assim, embora fosse desejável uma exposição ampla e irrestrita do BB para melhor compreendê-lo, optamos, assim como no BT, por uma exposição mais restrita e pontual, porém que pretende ser centrada em algumas questões mais definidas, a exemplo do problema das analogias enganadoras e da interlocução. Dessa forma, é possível se estabelecer, dado esse recorte metodológico, uma relação mais clara entre os problemas que tratamos até aqui no BT e os problemas que trataremos a partir de agora no BB.

Nesse sentido, mostraremos no capítulo III e IV que no BB Wittgenstein, diferentemente do BT, pensa a linguagem a partir de situações interlocutórias. Essas situações interlocutórias evidenciam o uso de analogias enganadoras. É esta mudança em relação ao BT que o leva inclusive a repensar, não somente a sua concepção de linguagem, mas também como as regras gramaticais operam nesta nova concepção. *Podemos dizer, então, que a ordem das razões para a mudança do BT para o BB, da recusa da analogia do cálculo para a aceitação de situações de uso, se deve, em parte, pelo reconhecimento do papel do uso dentro de situações interlocutórias e, sobretudo, pelo reconhecimento de que a analogia do cálculo apenas explicaria o funcionamento da linguagem sob um certo aspecto.* Dessa forma, a partir de 1933, no BB, Wittgenstein passa a analisar o uso de certas analogias com base nas situações nas quais elas ocorrem e são normalmente estabelecidas. Talvez, por isso, poderíamos pensar o BB como um conjunto de situações nas quais há sempre uma analogia operando. Se olharmos o andamento do livro podemos ver que ele se inicia pela analogia “como medimos um comprimento”, depois trata da analogia “traga-me uma flor amarela do prado” e depois trata da analogia “de certas ações da ameba”, e assim por diante. Isto é relevante porque parece refletir diretamente o propósito empreendido por Wittgenstein. O livro é pensado como um encadeamento de certas analogias que conduzem a discussão no texto do problema acerca do significado das palavras ao problema da postulação de entidades mentais. Wittgenstein não somente apresenta essas certas analogias, mas também as discute pontualmente, caso a caso. Podemos dizer, portanto, que o livro é pensado como um encadeamento de certas analogias em suas respectivas situações de uso.

Sendo assim, neste capítulo mostraremos como as discussões no BB são conduzidas de questões relativas à explicação do significado ao papel do uso nesta explicação. Mostraremos também que esse uso é pensado por Wittgenstein como um uso interlocutório. Dessa forma, tendo em vista a tese do “uso interlocutório”, mostraremos como Wittgenstein introduz a noção de “situações interlocutórias” – a qual

será, como veremos no capítulo IV, uma noção fundamental para se compreender o tratamento dado às analogias enganadoras no BB. Por fim, mostraremos também neste capítulo III que no BB há uma distinção mais sofisticada entre mal-entendidos e absurdos do que aquela sustentada no BT.

3.1 O que Anima um Signo?

Quando olhamos as primeiras páginas do BB vemos que o seu ponto de partida é a pergunta “o que é o significado de uma palavra?” (BB, p. 1). Essa pergunta se desdobra no texto em outra, a saber, “o que é a explicação do significado de uma palavra?” (BB, p. 1). Sendo assim, somos levados a acreditar que o livro se dedica, ao menos inicialmente, a uma discussão em torno das teorias do significado. À medida que a leitura avança é possível observar que a pergunta que abre o texto é apenas um caminho para questões mais fundamentais postas à frente por Wittgenstein. Dentre essas questões, que se *desenvolvem do problema do significado à postulação de entidades mentais*, duas em especial são de importância nesse capítulo. A primeira se refere ao entendimento de Wittgenstein sobre o conceito de “uso”. Conforme veremos, esse uso parece exigir “situações interlocutórias”. A segunda questão se refere ao papel desse uso dentro dessas situações interlocutórias. Vejamos como Wittgenstein introduz as discussões sobre uso e situações interlocutórias no BB a partir de uma discussão anterior sobre “o que anima um signo”.

Antes, contudo, é importante dizer que o objetivo de Wittgenstein no BB não é o de introduzir uma nova teoria do significado. As críticas apresentadas no início do texto são uma crítica à visão de significado que assegura um ponto fixo para a significação. São uma crítica à ideia de “o significado”. Wittgenstein, no BB, tenta mostrar que é possível pensar o funcionamento da linguagem e a questão do significado a partir da discussão sobre o uso da linguagem dentro de situações de uso. No entanto, a noção de “uso” presente no BB é também uma noção em aberto e, em parte, indeterminada. Motivo pelo qual algumas das teses que apresentaremos nas próximas seções são apenas insinuadas no texto do filósofo.

Como já dissemos, o ponto de partida do BB é a pergunta “o que é o significado de uma palavra?” (BB, p. 1) que se desdobra, para Wittgenstein, na pergunta sobre “o que é a explicação sobre o significado de uma palavra?” (BB, p. 1). Wittgenstein parece partir de uma questão, metafísica por natureza, sobre “o *que é* o significado?” para outra, de caráter pragmático, sobre “o que é *uma explicação* do significado?” ou ainda “*do que se trata* uma explicação do significado?”. O motivo diz respeito à formulação

da pergunta e, sobretudo, à sua resposta. Perguntas sobre “o que é?” nos levam invariavelmente à procura de correlações em razão de sua exigência metafísica. Sendo assim, somos inclinados a procurar pelo “o objeto” que correspondente à pergunta. No entanto, é justamente essa exigência que nos causa, como diz Wittgenstein, “um constrangimento mental”, pois, para respondê-la nos sentimos obrigados a apontar “para algo e, contudo, sentimos que não podemos apontar para nada. (Enfrentamos uma das grandes fontes da desorientação filosófica: um substantivo nos leva a procurar uma coisa que lhe corresponda” (BB, p. 2).

A pergunta “do que se trata a explicação do significado?”, por outro lado, estabelece um tipo de “regresso à terra” (BB, p. 1). Ela retira a questão inicial do âmbito metafísico, da busca por correlações, e a reintroduz no âmbito semântico e pragmático ao estabelecer que, para compreender o significado de “significado”, devemos compreender o *significado de “explicação do significado”*. Neste caso, dado que a explicação do significado explica o significado, então, o significado *nada mais* é do que aquilo que a explicação explica. Tal explicação, como veremos, envolve um certo caráter pragmático, a saber, a interlocução. Além disso, essa forma de introduzir o problema evita a tentação de procurarmos um objeto que seria “o significado”, como sendo uma entidade a partir da qual o significado emana, conforme sugere a pergunta sobre “o que é o significado?”.

O estudo da *gramática* da expressão “explicação do significado” ensinará algo sobre a *gramática da palavra* ‘significado’ e ficaremos curado da tentação de procurar à nossa volta algum objeto a partir do qual poderíamos chamar de “o significado” (BB, p. 2-3).

O início do BB é uma tentativa de resposta aos possíveis candidatos à “explicação do significado”. Wittgenstein constrói seu argumento em favor do uso e das situações interlocutórias mostrando de que forma deveríamos abandonar os outros candidatos. O argumento de Wittgenstein caminha, assim, das definições verbais e da ostensão para a postulação de imagens mentais. As definições verbais seriam um candidato à “explicação do significado” que estabeleceria uma âncora estritamente linguística. A ostensão, por outro lado, estabeleceria uma âncora extralinguística e, por fim, as imagens mentais estabeleceriam uma âncora interna à explicação do significado. Vejamos como se desenvolve o argumento de Wittgenstein em favor do uso e das situações interlocutórias a partir de uma recusa inicial a esses candidatos.

Os dois primeiros candidatos a portador da “explicação do significado” são as definições verbais e a ostensão. O que é natural, afinal, uma explicação parece exigir

sempre uma definição ou, nas palavras de Wittgenstein, “uma definição esclarece com frequência a *gramática* de uma palavra” (BB, p. 27). A questão, contudo, é saber se uma definição seria suficiente para explicar o significado de uma palavra. Vamos pensar, então, na primeira alternativa: a definição verbal. Wittgenstein diz que “a definição verbal, dado que ela nos conduz de uma *expressão verbal à outra*, não nos leva, num certo sentido, mais longe” (BB, p. 3, grifo nosso). Embora Wittgenstein não discuta a fundo as definições verbais no BB, podemos entender que uma definição verbal seria uma expressão verbal. Sendo assim, poderíamos substituir uma expressão verbal, do tipo, “ser par” por outra “ser divisível por dois”. A segunda expressão teria *o mesmo significado* da primeira. Uma definição, nesses termos, deveria apresentar uma expressão linguística que seria *o significado*.

Contudo, um dos problemas centrais das definições verbais, nesse sentido, ocorre no cenário no qual estamos ensinando a alguém a usar a linguagem. Nesse cenário, pouco importa a expressão verbal que possamos oferecer, pois, se o interlocutor não sabe do que se trata a definição verbal, então, tal definição se torna pouco elucidativa. Um exemplo desse cenário é o que ocorre nas *Investigações* (PI). Nos parágrafos iniciais das *Investigações*, Wittgenstein descreve a compreensão agostiniana de linguagem baseada, em síntese, na ideia de que palavras denominam objetos.

[...] as palavras da linguagem denominam objetos – frases são ligações de tais denominações. – Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui (PI, §1).

Se o princípio básico da linguagem, por assim dizer, é denominar objetos, então, neste caso, o ensino de uma linguagem é uma espécie de treinamento. Sendo assim, como sugere Wittgenstein (PI, §6), ensinar a uma criança uma linguagem é treiná-la – “As crianças são educadas para executar *essas* atividades, para usar *essas* palavras ao executá-las, e para reagir *assim* às palavras dos outros” (PI, § 6). Nesse cenário é preciso algo a mais para o interlocutor, a saber, a ostensão, afinal, “o ensino da linguagem não é aqui nenhuma explicação [...]” (PI, § 6). Dessa forma, pouco importa a definição verbal que possamos oferecer à criança. Sem o treinamento da linguagem, as definições verbais seriam ineficientes. Talvez, por isso, Wittgenstein diga que uma definição verbal apenas nos leva de uma expressão verbal à outra e dessa perspectiva não nos leva mais longe, pois não há nada em que possamos ancorar a definição verbal além da própria definição verbal. O ponto de Wittgenstein quanto às definições verbais é, portanto, mostrar que há contextos, como o discutido acima, em que as definições

verbais são de pouca utilidade. Contudo, embora Wittgenstein descarte as definições verbais como sendo o portador de “o significado”, sua crítica se restringe apenas a este ponto em específico, e não ao uso de definições verbais como um todo.

Sendo assim, se o candidato à explicação do significado que pretendia ancorar o significado apenas linguisticamente é descartado, então, naturalmente, como alternativa possível temos a definição ostensiva. Ela parece nos dizer mais efetivamente do que se trata a explicação do significado (BB, p. 3). Uma explicação, por meio de uma definição ostensiva, tem a forma de “isto é”. O uso de indexicais, como vimos no capítulo I, são importantes no cenário de fixação e uso do significado. Nesse cenário estamos estabelecendo o significado para depois usá-lo. Dessa forma, como diz Wittgenstein, “o trabalho de uma definição ostensiva é o de *atribuir* um significado” (BB, p. 3, grifo nosso). Vamos pensar então no exemplo da palavra ‘tove’⁶⁵, como sugere Wittgenstein no BB, e também em seu uso via ostensão para se referir a um “lápiz” (BB, p. 2). Vamos imaginar de início que alguém aponte para algo e diga: “isto é tove”. Se o papel da definição ostensiva, em tese, é o de atribuir um significado, poderíamos dizer que ele é definido com segurança e de forma unívoca por meio de uma definição? A resposta de Wittgenstein nesse caso é negativa. Ela é negativa por dois motivos. O primeiro motivo se baseia numa compreensão equivocada do próprio papel da definição ostensiva.

Uma definição ostensiva não é realmente uma definição. A definição ostensiva é apenas *uma regra para o uso* de uma palavra. E uma regra não é suficiente para *dar o significado* (YB, p. 45, grifo nosso).

O papel de uma definição ostensiva é o de oferecer uma regra para o uso de uma palavra a partir de uma amostra. Isto é feito fixando, de forma geral, o significado de uma palavra e não atribuindo significado à palavra, tampouco atribuindo *o significado*. Quando usamos uma definição ostensiva para dizer, por exemplo, “isto é a cor azul-da-prússia”, só podemos dar uma definição para “azul-da-prússia” se a palavra ‘cor’ já estiver fixada. Qualquer definição pressupõe um *estoque básico de explicações*, por isso, “a definição ostensiva é útil se precisarmos apenas preencher *um espaço em branco*” (YB, p. 45, grifo nosso). A definição ostensiva seria usada para preencher um espaço em branco de nossas explicações, por isso, como diz Wittgenstein, ela é apenas *uma regra para o uso de uma palavra*, e não uma determinação definitiva e unívoca que estabeleceria *o significado*⁶⁶.

65 A palavra ‘tove’, pelo que sugere nossas consultas aos dicionários de língua inglesa, é possivelmente um neologismo usado por Wittgenstein para elucidar seu argumento.

66 Apesar deste problema, a definição ostensiva é útil em outros contextos nos quais a unicidade não é exigida.

Dessa forma, o segundo motivo pelo qual uma definição ostensiva, por meio de uma amostra, não oferece com segurança uma definição unívoca e definitiva diz respeito ao fato de qualquer definição ostensiva poder ser, ao fim, *mal-entendida*. Quando apontamos para algo, via ostensão, não excluimos desse ato ostensivo mal-entendidos. Pelo contrário, mesmo definições ostensivas podem ser mal-entendidas, porque podem, ao fim, ser mal interpretadas. Poderíamos interpretar a definição ostensiva sobre a palavra ‘tove’, como diz Wittgenstein, da seguinte forma:

“Isto é um lápis”,
 “Isto é redondo”,
 “Isto é madeira”,
 “Isto é um”,
 “Isto é duro”, etc., etc. (BB, p. 3).

A definição ostensiva não evita interpretações alternativas. Ela não estabelece uma definição final, ou, segundo Wittgenstein, “chamo a atenção para isto para eliminar, de uma vez por todas, a ideia de que as palavras da definição ostensiva predicam algo do definido” (BB, p. 3). A impossibilidade de se predicar algo “do definido” nos mostra que definições ostensivas não seriam suficientes para definir *o significado*. Isto ocorre porque uma explicação, por meio de definição ostensiva, pode ser sempre mal-entendida. Poderíamos dizer que a afirmação de Wittgenstein nesse caso é ainda mais forte: nada seria suficiente para fixar em definitivo *o significado*. A tese de que seria suficiente *apenas* apontar para algo e dizer “isto é ...” para estabelecer o correlato de “o que é” parece se mostrar, ao fim, uma ilusão. Desse modo, como não se predica de nada, também não se define univocamente um único significado, como sendo *o significado*. De modo similar às definições verbais, Wittgenstein também tem apenas uma crítica pontual em relação às definições ostensivas e não ao seu uso irrestrito.

3.1.1 Imagem Mental

Até aqui vimos como Wittgenstein descarta as definições verbais e as definições ostensivas como candidatos à explicação do significado. Elas são descartadas, dentre outras coisas, porque não nos fornecem uma forma unívoca e definitiva de estabelecer *o significado*. A entidade “o significado” não é possível de ser definida por definições verbais que estabelecem apenas explicações linguísticas por meio de expressões verbais, nem por meio de definições ostensivas que envolvem sempre mal-entendidos. Sendo assim, se a motivação inicial apresentada pelo BB foi desfeita, qual seja, que nem as definições verbais, nem as definições ostensivas parecem uma forma mais efetiva de dizer o que é a explicação de o significado, então, como alternativa ao problema aparece

a questão das *imagens mentais*. Se o significado não pode ser definido linguisticamente, nem em razão de um certo objeto externo, fixo e coexistente que poderíamos apontar, seria então ele definido por algo interno? É esse o movimento argumentativo que Wittgenstein está elucidando nessa discussão inicial sobre os candidatos à explicação do significado. Conforme veremos, Wittgenstein também descartará o candidato mental como sendo a entidade provedora, por assim dizer, de significado em favor do emprego da linguagem.

Veamos um caso específico descrito por Wittgenstein. Vamos imaginar que uma ordem foi dada, do tipo, “traga-me uma flor vermelha daquele prado” (BB, p. 4). Neste caso poderíamos dizer, como sugere Wittgenstein, que alguém foi procurar uma flor vermelha tendo em mente uma espécie de “imagem mental de vermelho”. Nesse sentido, ele comparou esta “imagem vermelha” com a cor da flor que procurava, de modo que ao lado do signo (flor vermelha) haveria uma espécie de imagem mental (imagem de vermelho) como sendo aquilo que daria vida a ele. A imagem mental seria a entidade provedora de significado. Como entidade provedora de significado, a imagem mental deveria estabelecer de forma definitiva e unívoca *o significado*.

Por isso, como diz Wittgenstein, quando pensamos em uma ordem, do tipo, “traga-me uma flor vermelha do prado”, a alternativa mentalista é logo apresentada. A alternativa mentalista seria, nesse sentido, pensar que aquele que ouve a ordem tem uma espécie de “imagem mental” e que, ao ouvi-la, *interpreta* o signo como sendo (ou estando) de acordo com a imagem mental que possui, de tal forma que a imagem mental seria a entidade provedora de significado. Neste caso, seria a imagem mental a responsável por atribuir *o significado* ao signo. Há, assim, uma certa compreensão triádica ou triangular de significado: signo, *o significado* (a imagem mental como sendo o intermediário)⁶⁷ e o comportamento (que dele se segue).

Contudo, uma alternativa à posição que defende o uso de imagens mentais (como amostras internas ou privadas) é justamente o uso de amostras externas. Poderíamos, como diz Wittgenstein (BB, p. 5), *substituir* a suposta imagem mental, a amostra interna, por uma espécie de “tabela de cores”, uma amostra externa, e então comparar esta tabela com aquilo que estamos à procura. Se podemos *substituir* a suposta imagem mental pela tabela, e o interlocutor realiza o comando de forma

⁶⁷Nas *Observações*, Wittgenstein diz: “para mim, só há duas coisas envolvidas no fato de um pensamento ser verdadeiro, a saber, o pensamento e o fato, enquanto para Russell há três, que são o pensamento, o fato e um terceiro evento, que, se ocorre, é somente reconhecimento” (PR, § 21). Esse terceiro evento, para Russell, seria a expectativa. No *Tractatus*, Wittgenstein também recusou a ocorrência de um intermediário, o sentido fregeano, como sendo o intermediário entre o significado e o signo. Wittgenstein tem recusado, de modo geral, a ocorrência deste terceiro elemento desde o *Tractatus*.

eficiente, não faria sentido dizer que a imagem mental seria algo estritamente necessário ao entendimento do comando. Ela, a imagem mental, até poderia ocorrer (Wittgenstein não descarta essa possibilidade)⁶⁸, mas não de um modo necessário (no sentido de que sem ela o interlocutor não entenderia, *de forma alguma*, o que foi pedido). No entanto, essa também não é uma forma habitual de proceder. Quando uma ordem é dada, como a descrita acima, simplesmente “nos dirigimos a flor e a colhemos sem a comparar com o que quer que seja” (BB, p. 4). A vantagem do uso da amostra externa, da tabela de cores, em relação à imagem mental é a possível eliminação desta entidade intermediária, i.e., a imagem mental como sendo a entidade responsável por atribuir *o significado* ao signo. Afinal, neste caso, apenas usáramos a amostra externa, a tabela de cores, para comparar ao que foi pedido. Esse procedimento não exige uma entidade responsável por atribuir *o significado*.

Entretanto, o problema crucial na posição mentalista, das imagens mentais como amostras internas, que Wittgenstein elucida no início do BB e que o leva de fato à recusa deste candidato à explicação do significado é outro. Wittgenstein argumenta que, em vez de pedirmos uma flor vermelha, poderíamos também *pedir que se imagine uma flor vermelha*. Neste caso, parece pouco provável que o interlocutor teria, de antemão, uma imagem mental antes do próprio pedido, como uma espécie de *estoque básico de imagens mentais*. Afinal, se o pedido “imagine uma flor vermelha” exige que o interlocutor saiba exatamente qual é a cor que ele deveria imaginar, então é preciso que o interlocutor *já esteja em posse* desta imagem mental como uma amostra para a cor imaginada. Contudo, e este é o problema, se o interlocutor *já deveria estar em posse* de uma amostra interna de vermelho para cumprir o pedido, então, como ele poderia saber propriamente qual é a cor que ele deveria imaginar como sendo uma amostra interna que o levaria à amostra pedida por “imagine uma flor vermelha?” que o permite cumprir o pedido?

A existência deste estoque básico parece nos levar ao problema do regresso infinito das amostras, no qual uma amostra interna, para ser uma amostra que o levaria a realizar o comando, precisaria de outra amostra que fixaria o uso desta segunda amostra.

68 Há uma ambiguidade em relação ao papel da suposta imagem mental e dos estados mentais que Wittgenstein elucida com mais clareza em uma passagem do YB. “[...] ‘estado psicológico’ é ambíguo. A distinção entre um estado psicológico, significando a capacidade de *produzir regras sob demanda*, e estado psicológico, significando um *sentimento particular*, tem um paralelo entre os estados subconscientes e conscientes” (YB, p. 49, grifo nosso). Pensar a tese da imagem mental como “produzindo uma regra sob demanda” é, em parte, justificável (afinal, poderíamos falar em amostras mentais de vermelho e em uma tabela mental de cores), mas a defesa da imagem mental como um estado psicológico que determinaria um certo sentimento particular é algo que Wittgenstein possivelmente negaria de antemão.

Afinal, se uma amostra interna, uma imagem mental, seria a responsável por atribuir o *significado* ao signo, então, ela não poderia ter uma outra entidade, mais fundamental, responsável por atribuir este significado além da própria amostra interna. Dito de outro modo, o estabelecimento da imagem mental, no caso do argumento “*imagine*”, exige que amostras internas sejam previamente estabelecidas – o que, por sua vez, exige uma espécie de regresso infinito de amostras. Essa pedição por um regresso inviabiliza a postulação de amostras internas.

Esse problema do regresso que Wittgenstein elucida brevemente, assim como toda a discussão inicial sobre imagens mentais, tem por pano de fundo uma discussão em específico. O que Wittgenstein está discutindo nessas passagens sobre amostras internas e externas no BB é uma conhecida versão da tese mentalista, segundo a qual nossa linguagem seria formada por duas partes: uma inorgânica (referente a simples manipulação dos signos) e outra orgânica (referente à compreensão desses signos e à atribuição de significado a eles) (BB, p. 4). O ponto principal da tese mentalista a partir dessa analogia é a defesa de que sem a parte orgânica, signos não têm vida, pois seriam meros sinais⁶⁹. Tal tese pressupõe que há certos processos mentais definidos no funcionamento da linguagem, tais como, “o processo de compreensão e significação”, de tal modo que “os signos da nossa linguagem parecem não ter vida sem estes processos mentais” (BB, p. 4). Hacker (1986)⁷⁰ chama de “*injeção*” o que a parte orgânica faz (ou deveria fazer) em relação à inorgânica. A parte orgânica seria responsável por injetar significado na parte inorgânica.

O ponto do argumento de Wittgenstein, nessas passagens do BB, não é negar a analogia que a linguagem seria formada por duas partes (uma orgânica e outra inorgânica) – questão que ele atacará com mais afinco mais tarde nas *Investigações*. No BB, Wittgenstein parece aceitar a analogia da distinção orgânico e inorgânico, porque diz, dentre outras coisas, que pressupor que a linguagem poderia ser reduzida apenas a “meros sinais” ou a meras “marcas em um pedaço de papel” foi o erro que cometeu a concepção formalista em matemática que Frege tanto criticou. Os formalistas, segundo Wittgenstein, “confundiam aquilo que pouca importância tem, o signo, com o que é importante, o significado” (BB, p. 5). Sendo assim, se o que tem importância é o significado e ele não pode ser reduzido aos meros sinais, então, “aquilo que deve ser

69 Wittgenstein tem em mente com a expressão “meros sinais” ou meras “marcas em um pedaço de papel” a concepção formalista da matemática que Frege combateu. Veremos à frente do que se trata esta questão no BB.

70 “É um *ato mental* (ainda que de um sujeito transcendental, não de um sujeito estudado pela psicologia) que *injeta* sentido ou significado em sinais, seja no pensamento ou na linguagem” (HACKER, 1986, p. 75).

adicionado aos signos inertes para que eles se transformem numa proposição viva é *algo de imaterial*, dotado de propriedades diferentes das dos simples signos” (BB, p. 6, grifo nosso). Wittgenstein, dessa forma, parece aceitar que a linguagem seria formada por duas partes distintas, sendo que na parte orgânica haveria algo de imaterial que daria vida aos sinais. Exerceríamos, então, uma espécie de “interpretação”⁷¹ em relação a essa parte orgânica. O ponto de Wittgenstein que nos interessa nessa seção é mais precisamente a forma como ele nega que essa “interpretação” deveria ser algum tipo de atividade misteriosa similar àquela que o mentalista pressupõe.

Nesse sentido, se a imagem mental não é a entidade provedora de significado que anima o signo, atribuindo a ele *o significado*, porque, no caso do “imagine uma flor vermelha” o ato de imaginar parece exigir uma espécie de regresso infinito de amostras – além do fato de podemos substituir a imagem mental de vermelho por uma amostra externa, como a da tabela de cores, e o interlocutor pode ainda assim cumprir adequadamente o comando – então o que parece atribuir significado ao signo (o que anima o signo inorgânico) passa a ser, na verdade, o *uso* que fazemos da linguagem.

Mas, se tivéssemos de mencionar o que anima o signo, diríamos que é o seu *uso* (BB, p. 6).

É desta maneira que Wittgenstein, no início do BB, ao tratar da questão sobre “o que é o significado de uma palavra?”, amparada em discussões sobre a entidade responsável por atribuir *o significado*, e reintroduzi-la a partir da questão “o que é a explicação do significado de uma palavra?”, amparada em discussões de ordem pragmática, reorienta sua argumentação em direção ao emprego da linguagem e às suas situações de uso. O uso, nesse sentido, passa a ser o candidato à explicação do significado, pois evitaria, dentre outras coisas, à procura pela entidade “o significado”. Dessa forma, mesmo sendo apresentado de forma aberta e indeterminada no BB, a noção de “uso” parece elucidar a preocupação de Wittgenstein com situações de

⁷¹ Ver, Noronha (2004, pp. 174-187). “Há pelo menos dois modos de se usar as expressões ‘interpretação’ e ‘interpretar’. (i) Num caso, elas significam o mesmo que ‘significação’ e ‘significar’, ou seja, se referem ao ato de dotar sinais de significado. Nesse sentido, todas as expressões da nossa linguagem são interpretadas, e, quando não são, são destituídas de significado. Nesse sentido também, devemos interpretar (entender) uma ordem ou uma regra, por exemplo, para sermos capazes de fazer o que está de acordo com elas. Esse uso de ‘interpretação’ e ‘interpretar’ é muito difundido principalmente entre os lógicos contemporâneos, que, por influência do formalismo, tendem a conceber os sistemas formais da lógica como cálculos ‘não interpretados’ aos quais uma interpretação é eventualmente acrescentada. (ii) Em um outro uso, ‘interpretação’ e ‘interpretar’ significam mais ou menos o mesmo que ‘substituir uma expressão por outra ou outras a fim de explicar ou esclarecer o seu significado’. Nesse sentido, *nem todas* as expressões da nossa linguagem são interpretadas (ao menos não todas as vezes que são usadas), embora sejam todas dotadas de significado. Nesse sentido também, *não* precisamos interpretar uma ordem ou uma regra para sermos capazes de fazer o que está de acordo com ela” (2004, p. 178).

emprego da linguagem, assim como com o papel das analogias enganadoras dentro dessas situações. Veremos à frente que este uso pode ser pensado como um uso interlocutório.

3.2 Uso Interlocutório

Se é o uso aquilo que parece animar o signo, como sugere Wittgenstein, então a pergunta central que deveríamos fazer é a seguinte: o que é propriamente esse uso? Seria ele estabelecido, como no BT, por um *sistema de signos* ou seria um outro tipo de uso que estaria em questão no BB?

A primeira alternativa possível, presente no BB, é a ideia de “sistema de signos” (BB, p. 6). Aquilo que o BB chama de “sistema de signos” é algo próximo ao o que o BT chama de “sistema de sinais”. No BT, como vimos, Wittgenstein defende que palavras e proposições pertencem a um sistema de sinais. Dentro do sistema, palavras e proposições seriam sinais que teriam um “espaço gramatical” previamente estabelecido, o que determinaria, assim, o *significado* de cada sinal. Nessa concepção, o uso de um sinal seria definido em razão do *lugar* que o sinal ocupa *dentro* do sistema. O BB parece sugerir essa mesma posição na passagem abaixo.

O signo (a sentença) obtém o seu significado do sistema de signos, da linguagem a qual pertence. Em uma palavra: compreender uma sentença significa compreender uma linguagem.

A sentença tem vida, pode-se dizer, enquanto parte integrante do sistema da linguagem (BB, p. 6).

Há uma certa similaridade dessa passagem com o que Wittgenstein diz no BT. De acordo com a passagem, o signo só obteria o seu significado em razão do sistema de signos o qual pertence. O que daria vida a ele, nesse sentido, seria a sua participação como parte integrante de um sistema de linguagem. Sem o sistema de linguagem, o signo não teria vida, porque, de acordo com o que sugere a passagem, ele não teria significado. Sendo assim, não teria um uso assegurado. Apesar dessa passagem, que de fato se aproxima do BT, Wittgenstein não parece sustentar no BB uma ideia de sistema de signos ampla e irrestrita, a qual se aplicaria a toda linguagem. Na verdade, essa é a única ocorrência no texto da expressão “sistema de signos”. O que Wittgenstein parece querer dizer propriamente é que há uma certa compreensão de linguagem na qual a noção de “sistema de signos” é necessária. Wittgenstein diz o mesmo sobre a noção de “cálculo”.

Devem lembrar-se de que não utilizamos geralmente a linguagem de acordo com regras rigorosas – ela também não nos foi ensinada por meio de regras rigorosas. *Nós*, pelo contrário, nas nossas discussões, comparamos constantemente a linguagem com um cálculo que obedece a regras exatas.

Esta é uma visão muito parcial da linguagem (BB, p. 26).

Pressupomos que a linguagem deva obedecer a regras exatas, como um cálculo. No entanto, esta ideia de linguagem apenas elucida *uma parte* de seu funcionamento. De fato, uma parte da linguagem parece funcionar de forma rigorosa, como a sugerida pela analogia do “cálculo”. No BT vimos alguns exemplos de sistemas de regras em que a noção de “cálculo” parece estar presente e ser necessária, a exemplo da aritmética. Contudo, essa forma de descrever a linguagem só apresenta *um lado* do seu funcionamento, a saber, só apresenta o funcionando da linguagem sob o aspecto das regras operacionais. Quanto a essa questão, discutiremos, na seção 4.3, mais a fundo está mesma passagem. Por enquanto, nos interessa apenas distinguir a ideia de uso presente no BB com a ideia de uso presente no BT a partir da noção de “sistema de signos”.

O BB, diferentemente do BT, não parece se apoiar na ideia de sistema de sinais, pois, para Wittgenstein, a linguagem não seria mais pensada como um conjunto de gramáticas formada por diferentes sistemas de regras. No BT, as noções de “sistemas de regras” e “regras operacionais”, que caracterizam a ideia de uma linguagem que opera no vácuo, descrevem as regras gramaticais como um tipo de *condição de possibilidade para a interlocução*. Dito de outro modo, as regras gramaticais que compõem os sistemas de regras seriam, no BT, um pano de fundo abstrato do funcionamento da linguagem ao estabelecerem, para qualquer contexto possível, a sua própria aplicação. Nesse sentido, o sistema de sinais no BT determinaria o uso de qualquer sinal ao definir a sua posição dentro do sistema.

Wittgenstein, no BB, não pensa a linguagem dessa maneira, pois não entende as regras gramaticais como pano de fundo que daria condição à interlocução e, sim, que elas são um lance dentro da interlocução. Por isso, a ideia de linguagem que está por detrás no texto parece ser a de uma linguagem que descreve “situações interlocutórias”, e não de uma linguagem que opera no vácuo. Wittgenstein está interessado propriamente no “uso interlocutório da linguagem”. No uso interlocutório da linguagem, as regras gramaticais são apresentadas como um lance dentro da interlocução, e não como uma condição prévia que permite a interlocução ocorrer. Ao reorientar, por assim dizer, a ordem da normatividade, Wittgenstein atribui ao uso e à

situação interlocutória um papel de destaque. Vejamos uma passagem de Wittgenstein a respeito da gramática da “localização dos pensamentos” que esclarece a tese de que, no BB, o uso é pensado dentro de situações interlocutórias, como um lance na interlocução. Apesar dessa passagem elucidar também a questão das analogias enganadoras, não iremos explorá-la nessa seção e, sim, no capítulo IV.

3.2.1 Lance na Interlocução

Vamos imaginar, como sugere Wittgenstein, uma experiência de pensamento na qual, por meio de uma correlação, gostaríamos de defender que os pensamentos estão localizados na cabeça. Gostaríamos de defender, portanto, que a proposição “os pensamentos estão localizados na cabeça” *têm sentido*. A palavra ‘localização’ tem, naturalmente, diferentes gramáticas. Ela é usada de maneiras diferentes em inúmeros enunciados para se referir “a algo a que podemos, em um caso particular, de acordo com o *uso corrente*, chamar da localização” (BB, p. 9, grifo nosso). Por isso, podemos falar de um objeto e de sua localização. Podemos falar que um objeto qualquer está localizado à direita de outro na mesa; podemos falar também sobre a localização de uma peça de xadrez no tabuleiro sem, contudo, precisarmos ter um tabuleiro físico; ou ainda, com diz Wittgenstein, que “vejo, no meu campo visual, a imagem da árvore situada à direita da imagem da torre” (BB, p. 10).

Esses três casos acima são distintos. O primeiro se refere a uma descrição empírica e, portanto, espaço-temporal da localização. O segundo trata de uma descrição gramatical, pois, de acordo com o sistema de coordenadas do jogo de xadrez podemos dizer sobre a localização das peças. E, por fim, no último caso recorremos aos testemunhos subjetivos. Nesses três casos conservamos o *uso corrente* da palavra ‘localização’, embora, em cada um deles haja uma *gramática distinta* sendo pressuposta. A expressão “localização dos pensamentos” parece, nesse sentido, importar a gramática da palavra ‘localização’, de uma forma que a usamos em situações habituais (para se referir a descrições empíricas), para outras situações nas quais pressupomos a ocorrência de alguma atividade mental. A expressão evidencia um “equivoco gramatical” (BB, p. 10).

O ponto de Wittgenstein, no entanto, não é dizer de antemão que a expressão “localização do pensamento” é absurda, mas dizer que podemos *atribuir sentido* a ela –

“Esta expressão tem sentido se lhe dermos sentido” (BB, p. 9)⁷². O mesmo se aplica à expressão “localização no campo visual”. A passagem abaixo sugere essa interpretação.

Ao dizer que a ideia de que nosso campo visual está localizado no nosso cérebro surgiu de um *equivoco gramatical*, não foi minha intenção dizer que *não podemos dar sentido* a uma tal especificação de localização (BB, p. 10, grifo nosso).

Uma forma de “dar sentido” à expressão “localização do pensamento” é pensar, como diz Wittgenstein (BB, p. 9), em uma experiência de pensamento⁷³ na qual um observador-experimentador, ao mesmo tempo, observa e descreve o que vê e sente quando olha, por meio de um espelho, seu próprio cérebro. Neste caso, o observador-experimentador está observando a correlação de dois fenômenos. Por um lado, uma série de imagens, sensações orgânicas, experiências visuais, tácteis e musculares variadas que ele sente quando escreve ou diz alguma coisa e, por outro, ele vê o funcionamento do seu próprio cérebro (BB, p. 9). O ponto do argumento de Wittgenstein é dizer que se o observador-experimentador faz uma correlação entre esses dois fenômenos⁷⁴, então o que quer que ele *diga* com a expressão “a localização do pensamento” está relacionado ao modo como é feita tal correlação. Sendo assim, há uma atribuição de significado à expressão, pois, sua explicação não tem outro significado *além* daquele que ele ofereceu com a explicação.

Se, todavia, usamos a expressão “o pensamento ocorre na cabeça”, demos a esta expressão o seu sentido por meio da descrição da experiência que justificaria a *hipótese* segundo a qual o pensamento ocorre nas nossas cabeças, por meio da descrição da experiência que chamamos “observação do pensamento no nosso cérebro” (BB, p. 8).

O que a passagem sobre o observador-experimentador revela é que temos uma tendência em manter uma certa analogia entre as palavras quando elas parecem ter gramáticas análogas. Sendo assim, a expressão “o pensamento ocorre na cabeça” mantêm uma proximidade entre a palavra ‘pensamento’ e ‘pensar’, enquanto ato que realizamos, com atividades corporais simples, como “escrever” ou “falar”. Somos inclinados, assim, a interpretar que o ato de pensar é uma atividade tal qual o “falar”.

Talvez a principal razão da nossa forte inclinação para falar da cabeça como o lugar dos nossos pensamentos é a [...] existência das palavras ‘pensamento’ e ‘pensar’ paralelamente a de palavras que denotam

⁷² Damos sentido à expressão recorrendo aos casos nos quais a expressão tem (ou teria sentido). Há aqui, claramente, uma distinção entre simples mal-entendidos e absurdos. Retomaremos esta distinção mais à frente.

⁷³ Wittgenstein não entende por experimento mental um experimento de fatos possíveis, mas, somente um exame gramatical. “O que Mach chama de uma experiência de pensamento não é, claro, um experimento. No fundo é um exame gramatical” (BT, p. 322e).

⁷⁴ Uma correlação linguística, portanto, gramatical. E não uma correlação de causa e efeito.

atividades (corporais), como escrever, falar, etc., que nos leva a procurar uma atividade diferente destas, mas análoga a elas, correspondente à palavra ‘pensamento’. Quando palavras, na nossa linguagem ordinária tem, à primeira vista, *gramáticas análogas*, somos inclinados a tentar interpretá-las de modo análogo; isto é, tentamos manter a analogia a qualquer preço (BB. p. 8).

Dessa forma, quando há gramáticas análogas tentamos manter a proximidade destas gramáticas a qualquer preço, pois estabelecemos uma certa relação entre diferentes enunciados, mesmo que involuntariamente, pensando que no fundo estes enunciados tratam da mesma questão. Isto inclusive é o que ocorre com a palavra ‘localização’. A analogia estabelecida decorre do uso ordinário que fazemos da palavra ‘localização’.

A questão central que nos interessa nessa seção, contudo, é outra. O que nos interessa aqui é mostrar que as confusões gramaticais ocorrem sempre em *situações específicas* e não aleatoriamente. Wittgenstein, no BB, se ocupa da análise da “gramática das palavras” e sustenta, conforme diz no YB, que “o significado de uma palavra é explicado pela *descrição do seu uso*” (YB, p. 48, grifo nosso). O uso é pensado dentro de situações interlocutórias, porque as regras gramaticais, no BB, são um lance dentro da interlocução. Diferentemente do BT, Wittgenstein não recorre à tese do sistema de regras para dizer, de antemão, que cada palavra tem um significado definido em função da posição que ela ocupa no sistema gramatical. As regras gramaticais, no BB, não são uma espécie de condição de possibilidade para a interlocução. Wittgenstein recorre, como sugere as passagens acima, *à situação na qual uma certa analogia é constituída e usada*. Wittgenstein, no BB, se ocupa de uma linguagem que descreve *situações interlocutórias* pensada a partir de determinadas *situações de uso*, pois está comprometido com o uso efetivo da linguagem, embora ele também fale de novos usos, conforme veremos na próxima seção.

3.2.2 Usos Efetivos e Novos Usos

Se Wittgenstein pensa a linguagem no BB a partir de situações interlocutórias, conforme sugere nossa interpretação, porque as regras gramaticais são um lance (ou ato) dentro da interlocução e não uma espécie de condição de possibilidade para a mesma, então é possível descrever no BB usos efetivos e também novos usos. O BT, como vimos no capítulo I e II, elucida uma certa compreensão de linguagem na qual os sistemas de regras e os sistemas de sinais determinam quais usos são efetivos e quais são absurdos. É possível dizer, dessa forma, que o BT defende uma espécie de “sistema fechado”. Qualquer novo uso de um sinal, ao ser admitido como significativo, deve ser

inserido dentro do sistema de sinais. No entanto, como vimos no capítulo II, qualquer novo uso implica estritamente em um novo sistema. Sendo assim, podemos dizer que o BT tem uma espécie de “sistema fechado”, porque, dentre outras coisas, inviabiliza a inserção de novos usos.

O BB, por outro lado, além de descrever aqueles usos que são efetivos (que têm sentido e são praticados habitualmente pelos interlocutores dentro de situações interlocutórias), parece sugerir também a possibilidade de novos usos.

[...] o nosso método não consiste apenas na *enumeração de usos efetivos* de palavras, mas antes na *invenção deliberada de novos usos* (BB, p. 29, grifo nosso).

Por “enumeração” podemos entender aqui não somente um inventário de usos – no sentido de uma *descrição de usos* que são efetivos e são praticados habitualmente por interlocutores dentro de situações interlocutórias, e que não nos levam a equívocos gramaticais –, mas também podemos entender por “enumeração” uma invenção deliberada de *novos usos*. Só pode haver uma invenção deliberada de novos usos se, por um lado, a linguagem não for determinada de antemão por um conjunto de gramáticas que circunscreva, por assim dizer, aquilo que faz sentido (como ocorre no BT com a ideia de “sistema fechado”) e, por outro, se temos condições de dizer que um novo uso é efetivo. No BB, só temos condições de dizer se um novo uso é efetivo quando empregamos esse novo uso *dentro de determinada situação*, ou seja, quando a linguagem é usada por interlocutores. Este é o ponto que estamos sustentando aqui. Isso pode ocorrer em situações habituais ou não-habituais.

Uma forma de pensar na possibilidade de novos usos, ao descrever situações não-habituais, é o que ocorre na passagem sobre a experiência de pensamento que vimos no início da seção anterior, a qual nos revela um caso de possibilidade lógica discutida por Wittgenstein no BB. No BT, como vimos, Wittgenstein recorria às possibilidades lógicas para apresentar casos extraordinários que seriam avaliados apenas logicamente. Esses casos representariam uma espécie de “exame gramatical” que deveríamos fazer a partir, sobretudo, do que os sistemas de regras previam. Uma avaliação, portanto, quanto ao alcance dos sistemas de regras. Nesse sentido, embora as regras descritas por essas situações fossem verdadeiras, elas não poderiam ser aplicadas, *de forma habitual*, à nenhuma realidade empírica, a exemplo da bola que é rebatida para fora da terra (ver, seção 2.2.1). Por isso, a concepção de gramática como sistema de regras, no BT, pode ser pensada como uma linguagem que opera no vácuo, pois as regras gramaticais antecipariam para qualquer contexto possível a sua própria aplicação,

mesmo para contextos não-habituais. No BB, as situações não-habituais são usadas pontualmente no texto e servem para ilustrar situações nas quais podemos atribuir significado a expressões que, à primeira vista, parecem absurdas.

Apesar de o BB apresentar algumas situações desse tipo, nas quais Wittgenstein lança mão de possibilidades lógicas, o texto, de modo geral, concentra-se preponderantemente nas possibilidades reais. As situações de uso que Wittgenstein descreve no BB são situações possíveis e ordinárias. São situações em que podemos ver o encadeamento de “certas analogias”. Elas nascem do uso da linguagem em determinadas situações habituais. Wittgenstein faz uma descrição desse uso. Sendo assim, essa descrição tem de ser baseada em possibilidades reais, afinal, trata-se do uso efetivo da linguagem. Desse modo, no uso interlocutório da linguagem, como no BB, a *gramática de uma palavra* não é definida, de antemão, pelo sistema de regras. Ela parece ser definida situacionalmente pelo *uso habitual dentro de uma situação interlocutória*.

Sendo assim, podemos dizer que de fato Wittgenstein parece entender a palavra ‘gramática’, no BB, como correlato de “uso”. Engelmann, por exemplo, diz que “‘gramática’ no BB é normalmente usada como sinônimo para ‘uso’” (2013, p. 174). O que nossa leitura sugere é que esse uso deveria ser entendido dentro de um *uso situacional*. Esse uso deveria ser entendido no BB como um *uso interlocutório*⁷⁵, pois, prescreve o “uso efetivo” que fazemos da linguagem. Nesse sentido, se vimos até este ponto na tese que o uso é o candidato por excelência à explicação do significado, devemos entender agora o que seria uma situação interlocutória. Afinal, o uso é pensado *dentro de uma situação interlocutória* e não como uma entidade destacada da ação de interlocutores.

3.3 Situações Interlocutórias

Como vimos nas seções anteriores, é possível pensar a linguagem no BB a partir de “situações de uso”. Nesse sentido, a “gramática” de uma palavra é pensada de acordo com a situação de uso na qual ela é empregada. Aprendemos a usar as palavras em certas situações, ou como diz Wittgenstein, “nós aprendemos as palavras *em certos contextos*” (BB, p. 11). Isso não significa, contudo, que aprendemos a usar as palavras *em todas as situações possíveis* nas quais elas podem (ou poderiam) ocorrer, tampouco

⁷⁵Diferentes comentadores atribuem a esta âncora (do uso) diferentes nomes e funções. Ver, “arte” em Bouwsma (1961) e “atividade” em Hacker e Baker (2005). Nesta tese estamos mais próximos da leitura de Porto (2002 e 2013) que, ao pensar na distinção entre regra operacional e relacional, abre caminho para a defesa da ideia de interlocução.

que todas essas situações possíveis são (ou seriam) *importantes para entendermos o seu uso*. Aprendemos em “certos contextos”, porque esse parece ser o único meio que temos de usar efetivamente as palavras. Tendo isso em vista, a linguagem pensada a partir de situações de uso nos permite discutir, nessa seção, o que é uma situação interlocutória.

Podemos entender uma situação interlocutória como um tripé envolvendo a situação, o falante e o ouvinte. Desse modo, uma situação interlocutória no BB não deve ser pensada simplesmente como a relação entre um falante e um ouvinte dentro de uma determinada situação. Afinal, não se trata de uma teoria sobre a comunicação, mas essencialmente sobre *regras gramaticais*. Dessa forma, por “situação interlocutória”, Wittgenstein não estaria afirmando, de forma apressada, que devemos entender o funcionamento da linguagem de acordo com seu contexto, como uma primeira leitura desatenta poderia sugerir. O BB deveria ser entendido mais propriamente como um período de transição. O livro é a transição imediata de uma concepção de linguagem que opera no vácuo, descrita a partir da ideia de sistema de regras do BT, para uma outra concepção de linguagem na qual o funcionamento da linguagem envolve situações interlocutórias e nessas situações há um uso dialógico da linguagem (entre falante e ouvinte). Sendo assim, podemos dizer que a interlocução surge no horizonte explicativo de Wittgenstein no BB para ser uma explicação mais adequada do que são as regras gramaticais, tendo em vista a linguagem pensada a partir de situações interlocutórias.

Contudo, assim como no BT, a palavra ‘interlocução’ parece não ocorrer textualmente no BB, nem no YB. Por outro lado, a ocorrência da palavra ‘uso’ é constante. Ela ocorre em cenários nos quais há sempre uma situação constituída. A noção de “interlocução” é um apoio explicativo do que seria esse uso e, sobretudo, um apoio explicativo sobre como as regras se comportariam. Nossa leitura é, nesse sentido, continuísta em relação ao BT, pois pretende elucidar o interesse crescente de Wittgenstein por questões pragmáticas tentando dar, assim, um tratamento às passagens em que há uma preocupação sobre situações de uso. Dessa forma, a interlocução ainda pode ser entendida como um aspecto do conceito de “jogos de linguagem”, como no BT, embora no BB a ocorrência pontual do conceito de “jogos de linguagem” (BB, p. 18) se refira estritamente ao uso de sinais mais simples⁷⁶. A questão, contudo, é que no BB Wittgenstein fala mais diretamente sobre o aspecto interlocutório da linguagem, pois pretende elucidar o funcionamento das regras gramaticais dentro do uso

76 “[...] jogos de linguagem. Estes são maneiras mais simples de usar signos do que as da nossa linguagem cotidiana altamente complicada. Os jogos de linguagem são as formas de linguagem com as quais uma criança começa a fazer uso das palavras. O estudo de jogos de linguagem é o estudo das formas primitivas da linguagem ou de linguagens primitivas” (BB, p. 18).

interlocutório da linguagem. Sendo assim, é possível ver o aspecto interlocutório da linguagem nas passagens sobre “uso” no BB, ao passo que no BT, como vimos, esse aspecto ocorre pontualmente nas passagens sobre “jogos de linguagem”.

Vejamos uma passagem no BB que elucida uma situação interlocutória.

(1) Alguém me pergunta “como você estimou a altura deste edifício?”
Respondo: “Tem quatro andares, presumo que cada andar tenha cerca de cinco metros, portanto, deve ter mais ou menos vinte metros de altura”.

(2) Em outro caso: “Sei qual é aproximadamente a esta distância a aparência de um metro; portanto, deve ter cerca de quatro metros”.

(3) Ou ainda: “Um homem alto quase chegaria a este ponto; portanto, ele deve estar mais ou menos a dois metros do chão”.

(4) Ou: “Não sei, parece ter um metro” (BB, p. 12).

Nessa passagem há uma situação interlocutória constituída. O tripé da situação é formado pela discussão sobre “a altura do prédio”, o qual é o ponto fixo da situação, e os pontos flutuantes, por assim dizer, são o entendimento do falante e do ouvinte. O ponto fixo, a situação, não é interpretativa. O prédio tem uma certa altura definida. O que é interpretativo, neste caso, é o que o falante e o ouvinte entendem ser a altura do prédio. Sendo assim, na situação interlocutória acima podemos ver um comércio comunicacional entre os interlocutores. Há uma interação dinâmica entre o falante e o ouvinte amparada em um ponto em comum: a situação. Em resumo, uma situação interlocutória é uma espécie de comércio comunicacional entre falante e ouvinte, amparada em uma determinada situação, de modo que a concordância e a discordância entre os interlocutores refletem a situação na qual eles estão inseridos.

A interação entre os interlocutores na situação interlocutória da passagem anterior apresenta, contudo, um caso dissonante. Com base na tentativa de se estabelecer uma estimativa à altura do prédio a olho nu, o caso 1, 2 e 3 oferecem *justificações* razoáveis à estimativa. Essas *justificações* *podem ou não envolver uma regra* – questão que discutiremos à frente. O ponto que nos interessa, entretanto, diz respeito ao fato de o caso 4 afirmar algo que é dissonante em relação aos demais, a saber, “não sei, parece ter um metro” (BB, p. 12). Esse caso 4 parece não envolver nenhuma justificativa. O que afirma o caso 4 é, como diz Wittgenstein, “suscetível de nos embarçar” (BB, p. 12), pois, não parece ser razoável para os interlocutores da situação aceitar a estimativa realizada. Dito de outro modo, não parece ser razoável que o caso 4 simplesmente “*olhou* para o objeto e *disse* ‘parece ter um metro de comprimento’” (BB, p. 12), pois, se ele “olhou” e “disse” então é pressuposto que

alguma avaliação foi feita. Essa possível avaliação não é clara para os demais interlocutores.

É por isso que o caso 4 causa um embaraço. Contudo, a ideia de “embaraço” é, por assim dizer, suave diante do ocorrido. Em uma situação interlocutória, quando não há concordância, pode ocorrer ou um mal-entendido ou um absurdo. Desse modo, os interlocutores do caso 4 possivelmente têm em mente por “embaraço” a ideia de *ser absurdo que o prédio possa ter apenas um metro* e não apenas um mal-entendido em relação à estimativa feita. Embora os interlocutores não digam por qual motivo acreditam ser um absurdo o que afirma o caso 4, eles manifestam insatisfação quanto à estimativa feita. Neste caso, então, os interlocutores têm ao menos duas alternativas: (1) ou os interlocutores apenas dizem que o caso 4 afirma algo absurdo sem justificar o motivo (2) ou apresentam alguma regra gramatical que explicitaria a absurdidade. A segunda alternativa poderia ser algo do tipo:

- (1) É parte constituinte do conceito ‘prédio’ o fato de abrigar pessoas;
- (2) Adultos normalmente têm mais de um metro;
- (3) *É impossível que um prédio tenha apenas um metro e abrigue adultos*⁷⁷.

A regra oferecida pelos interlocutores do caso 4, a saber, *é impossível que um prédio tenha apenas um metro e abrigue adultos*, elucida a absurdidade. Com base nessa regra, os interlocutores podem descartar o que é dito pelo caso 4. A regra é, assim, uma delimitadora de sentido para a situação. Como vimos, o processo de “estimar a olho nu” envolve diferentes alternativas. O caso 1, 2 e 3, respectivamente, oferecem *justificações alternativas* sobre como estimar a altura do prédio. O caso 4, por outro lado, não apresenta nenhuma justificação. Uma justificação inclusive pode ou não envolver uma regra. Sendo assim, os interlocutores do caso 4, embora não apresentem nenhuma regra que os permita descartar o que é afirmado, descartam a afirmação “não sei, parece ter um metro” (BB, p. 12). Apesar de não apresentarem nenhuma regra, os interlocutores acreditam que há um absurdo ocorrendo. Quando há um absurdo, como neste caso, dele pode se seguir uma regra. A regra “*é impossível que um prédio tenha apenas um metro e abrigue adultos*” evidencia a absurdidade da situação. Em outros cenários, contudo, o interlocutor poderia apenas dizer que o que é afirmado é absurdo, sem, no entanto, precisar apresentar nenhuma regra.

⁷⁷No capítulo IV mostraremos mais a fundo como uma regra relacional é formulada. Por enquanto, interessa-nos entender que a afirmação (3) é uma afirmação atemporal e necessária, pois estabelece uma certa relação entre os conceitos “prédio” e “adultos”, a partir da restrição abrigar ou não abrigar, que expressa impossibilidades.

O ponto central aqui é entender que a interlocução sempre envolve, em certa medida, regras. Afinal, são as regras que asseguram, na interlocução, a concordância e a discordância entre os interlocutores. No entanto, elas não são uma espécie de condição de possibilidade para a linguagem, como no BT. *As regras gramaticais envolvidas na interlocução são delimitadoras de sentido, mas não regras abstratas para o funcionamento da interlocução.* Quando uma situação interlocutória é constituída e há um mal-entendido ocorrendo, a exemplo do caso 4 que discutimos nessa seção, podemos descartar o que o interlocutor diz se o mal-entendido não é desfeito. Um mal-entendido ocorre quando há uma falha de comunicação. Essa falha, no pior dos casos, pode nos levar a uma *ruptura comunicacional*⁷⁸ – quando passamos de um mal-entendido à absurdidade – e, no melhor dos casos, nos leva apenas a meros mal-entendidos que podem ser dissolvidos recorrendo à própria situação interlocutória – questão essa que veremos na próxima seção.

Em resumo, as regras das quais a interlocução se ocupa são as regras gramaticais. Elas têm um papel de circunscrever um limite para o sentido. Contudo, como vimos, tal papel não é restrito à tese da gramática como sistema de regras, como no BT. A interlocução nos mostra que essas regras operam de modo situacional, como um lance possível no interior de uma interlocução, e não como uma condição de possibilidade para a mesma. Por isso, Wittgenstein diz que: “a regra que foi ensinada e é subsequentemente aplicada apenas nos interessa na medida em que está *envolvida na aplicação*. Uma regra, tanto quanto nos interessa, *não age à distância*” (BB, p. 15, grifo nosso).

3.4 Mal-Entendidos e Absurdos

Até essa seção vimos que Wittgenstein se ocupa no BB de uma linguagem que descreve situações interlocutórias. O ponto importante que queremos resgatar, portanto, é o seguinte: se de fato aprendemos o uso de palavras em relação ao seu “contexto”, como nos diz Wittgenstein (BB, p. 11), então, esse uso *não poderia* ser dissociado de uma situação. Por conseguinte, se Wittgenstein se ocupa de uma linguagem que descreve situações interlocutórias, então, o uso do qual o BB diz ser o responsável em “animar o signo” é o *uso interlocutório*. Essa tese tem algumas implicações importantes. A que nos interessa, nessa seção, diz respeito ao fato da interlocução sempre envolver regras. Caso contrário seria impossível a discordância entre os interlocutores. Vejamos como a tese de que a interlocução sempre envolve regras nos permite caracterizar uma

⁷⁸ Expressão sugerida por André Porto (UFG).

distinção importante que o BB introduz entre mal-entendidos e absurdos – a qual é, se comparada ao BT, mais sofisticada.

E se o adivinhador nos disser que quando segura a vara ele *sente* que a água se encontra a dois metros de profundidade? Ou que ele *sente* que a dois metros de profundidade existe uma mistura de cobre e ouro? Suponham que diante das nossas dúvidas ele respondesse: “Vocês podem avaliar uma distância quando a veem. Por que eu não poderia ter um modo diferente de estimá-la? (BB, p. 10).

Nesta importante passagem, Wittgenstein descreve um cenário no qual um “adivinhador” diz ser capaz de prever a profundidade de algo apenas segurando uma vara em mãos. Ele *sente* a profundidade. Para tornar a passagem mais significativa iremos reestruturá-la. O adivinhador seria, então, uma espécie de pescador experiente que, de algum modo, sabe dizer a profundidade de um lago apenas com uma vara em mãos. Portanto, há um cenário interlocutório no qual uma situação é constituída. O que está em questão aqui é a profundidade do lago e como estimá-la. Um dos interlocutores diz não saber a profundidade; o outro, o pescador, diz que sabe a profundidade pois pode senti-la.

A primeira coisa que, de antemão, pode causar estranheza ao interlocutor é o fato de o pescador dizer que é capaz de informar a profundidade do lago apenas com uma vara em mãos, pois consegue *sentir* a profundidade. A palavra ‘sentir’ é o primeiro obstáculo para se entender o que afinal o pescador quer dizer, pois não é claro para o interlocutor o que, propriamente, o pescador quer dizer por “sentir”. Para resolver essa questão, o interlocutor poderia pensar em alguns usos distintos da palavra ‘sentir’ e, a partir disso, fazer uma espécie de levantamento de situações nas quais usaria a palavra. Sendo assim, habitualmente é dito que “sentimos dor de dente”, “sentimos saudade”, “sentimos frio”, etc. Todos esses casos, de modo geral, se referem a situações nas quais alguém afirma algo baseado em alguma experiência pessoal. A gramática da palavra ‘sentir’ é utilizada, em grande parte, em cenários de autoatribuição⁷⁹.

No entanto, o uso da palavra ‘sentir’ pelo pescador é um pouco diferente. Ele na verdade associa “sentir” à “profundidade”. A palavra ‘sentir’ parece fazer parte do *método* que o pescador utiliza para informar a profundidade, e não simplesmente uma autoatribuição de uma experiência pessoal. O que o pescador parece fazer é conectar a gramática da palavra ‘sentir’ à gramática da palavra ‘profundidade’. O mesmo ocorre, como diz Wittgenstein, com a palavra ‘sinto’ em outra situação.

⁷⁹Na segunda parte do BB, Wittgenstein trata exatamente da gramática de palavras deste tipo que parecem exigir apenas autoatribuição para elucidar o problema do solipsismo. Ver, Hacker (2000).

Diante das afirmações: “este lápis *tem* doze centímetros de comprimento” e “*sinto* que este lápis tem doze centímetros de comprimento”, devemos esclarecer a *relação existente* entre a gramática da primeira e a gramática da segunda (BB, p. 10, grifo nosso).

Dizer que algo *tem* doze centímetros e que *sentimos* que tem doze centímetros são coisas distintas. A gramática da primeira afirmação é usada normalmente em proposições empíricas e a segunda em testemunhos subjetivos. Testemunhos subjetivos, ao contrário do que ocorre com proposições empíricas, não pressupõem justificação. Afirmar que “*sentimos* que tem doze centímetros” ou, como diz o pescador, que “*sente* que a água se encontra a dois metros de profundidade” não exige uma justificação, porque a gramática de testemunhos subjetivos caracteriza, via de regra, uma autoatribuição. Proposições empíricas, por outro lado, exigem justificações. Ao afirmarmos que “este lápis *tem* doze centímetros de comprimento” podemos justificar essa afirmação recorrendo à descrição do lápis, ao sistema métrico, ou qualquer outro recurso que nos permita confirmar a medição. Testemunhos subjetivos não têm esses recursos. Contudo, apesar da palavra ‘sentir’ não exigir uma justificação do motivo pelo qual alguém sente isto ou aquilo, disso não se segue que testemunhos subjetivos não precisam ser bem-sucedidos. Afinal, se o pescador afirma que “*sente* que a água se encontra a dois metros de profundidade” esperamos que sua estimativa se confirme. Caso contrário, simplesmente dizemos que ele está errado ou que seu testemunho subjetivo não é bem-sucedido.

Além disso, a passagem acima releva também que há uma analogia gramatical ocorrendo que associa “ter doze centímetros” a “*sinto* que tem doze centímetros”. O mesmo ocorre no caso do pescador. O pescador diria, como sugere Wittgenstein, que o interlocutor deveria saber o que significa “*sinto* a profundidade”, pois, sabe o que significa “um metro de profundidade” e também o que significa “*sinto*”. Logo, deveria saber o que a expressão “*sinto* pela vara que há um metro de profundidade”, por exemplo, diz. O interlocutor, surpreso com a afirmação do pescador, diria que sabe, de fato, o que cada palavra diz, pois, sabe o que cada palavra significa em “certos contextos” (BB, p. 11), mas não sabe ainda como o pescador poderia associar “sentir” a “medir a profundidade”.

Assim, compreendo a frase “um metro de profundidade” quando, por exemplo, ela está em certas conexões tais como “a medição mostrou que a água se encontra a um metro de profundidade”, “se cavarmos a um metro de profundidade descobriremos água”, “calculo que a água se encontre a um metro de profundidade”. Mas, o uso da expressão “uma sensação nas minhas mãos de que a água se encontra a um

metro de profundidade” tem *ainda de me ser explicado* (BB, p. 11, grifo nosso).

O erro do pescador, neste caso, é pressupor que a mera explicação do significado isolado das palavras “um metro” e “sinto”, da maneira que habitualmente é usada, explicaria consequentemente o sentido da expressão “sinto que há um metro de profundidade”. Dito de outro modo, o pescador pressupõe, de forma equivocada, que deu sentido à afirmação sobre a profundidade somente pelo fato de a ter declarado – “*sinto* (ou creio) que *P* é o caso” (BB, p. 12). Wittgenstein aqui está combatendo, dentre outras coisas, a tese da composicionalidade. A tese da composicionalidade nos diria que se o interlocutor conhece o uso do termo “A” e o uso do termo “B”, então deveria conhecer também o uso do termo “AB”. No entanto, este é o erro cometido pelo pescador, pois, o interlocutor conhece o uso isolado do termo “A” e do termo “B” em *determinados contextos*, mas o uso do termo “AB” em outros contextos não é assegurado pelo conhecimento isolado dos termos. Por isso, para o interlocutor do pescador não é óbvio a relação que há entre as duas gramáticas. Contudo, o interlocutor não diz, em nenhum momento, que o que o pescador afirma é algo *absurdo*. Pelo contrário, ele tenta entender como o pescador associa “sentir” à “profundidade”.

Mas dizemos que não compreendemos o significado dessa frase. Ela combina palavras bem conhecidas, mas o faz de uma maneira que *ainda não compreendemos*. A gramática desta frase tem *ainda de nos ser explicada* (BB, p. 12, grifo nosso).

Há aqui um ponto central para a nossa interpretação em relação à tese da interlocução. Apesar de o interlocutor não entender o que diz o pescador, ele não afirma que o que é dito pelo pescador é um *absurdo*. O interlocutor apenas diz que não compreende o significado de “sentir” associado a “medir a profundidade”. Nesse cenário interlocutório, portanto, há claramente um *mal-entendido*. Um mal-entendido pode ser formado quando há alguma divergência interpretativa entre os interlocutores em relação à situação. Ele pode ser ocasionado, como neste caso, pelo desentendimento de um dos interlocutores em relação ao que o outro *diz* (ou o que *quer dizer*). Também pode ser ocasionado por uma *ambiguidade* em relação ao que se diz. Há diferentes fatores que podem ocasionar um mal-entendido. O ponto importante que queremos ressaltar aqui, contudo, diz respeito ao fato de que o mal-entendido, descrito na passagem do pescador, é gerado no interior de uma situação interlocutória. Afinal, um mal-entendido interlocutório não age à distância.

Se o mal-entendido é gerado no interior de uma situação interlocutória, então ele também deveria ser dissolvido recorrendo à própria situação. Uma forma clara de tentar

dissolver um mal-entendido, como ocorre no caso do pescador, é exercer uma espécie de *caridade interpretativa*. O interlocutor poderia exercer uma caridade interpretativa, por exemplo, tentando *reinterpretar* o que o pescador diz. Se o pescador diz que “quando segura a vara ele *sente* que a água se encontra a dois metros de profundidade”, então, neste caso, o interlocutor poderia reinterpretar “sentir” como parte de seu processo de avaliação. Sendo assim, o que o pescador parece querer dizer por “sentir” poderia significar, por exemplo, que ele consegue identificar, de forma não habitual, a profundidade do lago baseado no quanto a vara fica mais ou menos *pesada* em razão da própria profundidade. Então, neste caso, por “sentir” o pescador não quer dizer algo além do próprio *peso* que a vara tem com base na profundidade. O interlocutor ainda não sabe exatamente como o pescador associa determinada profundidade ao peso que ele sente com a vara em mãos. No entanto, ao reinterpretar o que o pescador diz, parte do mal-entendido é desfeito. Afinal, agora, ao menos o interlocutor sabe o que o pescador *quer dizer*, embora não saiba exatamente *como* ele poderia dizer aquilo. Falta, portanto, entender o método que está por detrás da afirmação do pescador que o permite dizer que “sente a profundidade”. Ele ainda tem de nos ser explicado (BB, p. 12).

Outra forma possível de tentar dissolver o mal-entendido, e assim tentar entender o que o pescador *quer dizer*, é estabelecer *pontos de concordância*. O interlocutor poderia dizer ao pescador, por exemplo, que a palavra ‘sentir’ é usada para se referir a situações nas quais é dado algum testemunho subjetivo, do tipo, “sinto fome”, “sinto frio”, “sinto dor de dente”. Neste caso, o significado da palavra ‘sentir’ está associado a um *contexto de uso*⁸⁰ específico, qual seja, ao contexto dos testemunhos subjetivos e das autoatribuições. O interlocutor poderia acrescentar ainda que a palavra ‘profundidade’ é usada, por outro lado, em *outros contextos* – basicamente, em contextos empíricos. Assim, é dito normalmente que “a fita métrica marca a profundidade de dois metros”, “a piscina do clube tem um metro de profundidade”, dentre outros casos. Dessa forma, é possível estabelecer uma certa concordância em relação ao uso da palavra ‘sinto’ e ‘profundidade’. O problema, contudo, é que a concordância do significado isolado dessas palavras pouco ajuda ao interlocutor a entender o que o pescador quer dizer por “sentir a profundidade”, pois, a concordância, neste caso, diz respeito apenas ao *significado isolado das palavras* e não à *situação de uso*. O mal-entendido, contudo, é gerado pela situação de uso. Apesar desse problema, o mal-entendido foi em parte

⁸⁰ Usamos a palavra “contexto” aqui para se aproximar da passagem de Wittgenstein: “eu sei o que uma palavra significa em certos contextos” (BB, p. 11). Mas, naturalmente, o que Wittgenstein chama de “contexto” neste caso tem o mesmo significado de “situação”, conforme o significado do termo que estamos usando nesta tese.

desfeito. Com base nos pontos de concordância, o interlocutor compreende que o pescador estende o uso habitual da palavra ‘sentir’ e ‘profundidade’ ao contexto de “sentir a profundidade”. Embora, o interlocutor ainda não saiba como isso pode ser feito com sentido, e de forma bem-sucedida, ele sabe ao menos o que está ocorrendo.

Sendo assim, apesar da concordância em relação ao uso da palavra ‘sentir’ e ‘profundidade’, e do interlocutor entender que o pescador estende esse uso a um contexto diferente, o problema ainda se mantém, pois, ele está baseado no *desentendimento* que há em relação ao *modo como* o pescador associa “sentir” à “profundidade” e ao modo como ele poderia usar tal associação, *com sentido e de forma eficiente*, em determinada situação. Se não é possível ao interlocutor entender como o pescador faz (ou poderia fazer) essa associação, então na situação interlocutória passa-se de *um mal-entendido inicial para a absurdidade*. Por isso, a última alternativa possível para tentar dissolver o mal-entendido neste caso é entender como o pescador aprendeu a associar “sentir” à “profundidade”. Dito de outra forma, é preciso ser explicada a regra que está sendo pressuposta na interlocução e que está envolvida no método do pescador, a qual permite, inclusive, estabelecer uma fronteira entre o sentido e a absurdidade na situação.

Se retornamos novamente à tese de que toda interlocução envolve regras, podemos ver que são as regras que delimitam, na interlocução, o entendimento dos interlocutores. Sem elas, como já dissemos, não há discordância entre os interlocutores. Sendo assim, para dissolver o mal-entendido entre o pescador e seu interlocutor, evitando que se caminhe do mal-entendido à absurdidade, é preciso entender como o pescador aprendeu a avaliar a profundidade. Afinal, como diz Wittgenstein, “nós não nos sentiríamos desorientados com a resposta do pescador se ele nos tivesse dito como *aprendeu* a avaliar a profundidade” (BB, p. 13, grifo nosso). Dessa forma, o último passo que desesperadamente o interlocutor poderia dar nessa situação interlocutória para tentar dissolver o mal-entendido é oferecer uma regra que o pescador deveria concordar. Uma regra que, portanto, delimitaria o sentido do que está sendo afirmado. A regra em questão poderia ser a seguinte: se a gramática da palavra ‘sentir’ exige que alguma sensação esteja envolvida, então:

- (1) É impossível o uso da palavra ‘sentir’ sem que ela não envolva a ocorrência de nenhuma sensação.

A regra fornecida pelo interlocutor é, então, o último passo para se tentar resolver o mal-entendido. Isto porque ela funciona neste caso como uma delimitadora de sentido. A regra “é impossível o uso da palavra ‘sentir’ sem que ela não envolva a

ocorrência de nenhuma sensação” estabelece que, se o pescador diz que “sente” e não informa qual sensação está envolvida, então o que é dito é um absurdo. Sendo assim, se o pescador alegar, contrariamente a regra, que com “sentir a profundidade” não há nenhuma sensação envolvida, que ele apenas sente, então a discordância entre os interlocutores nessa situação caminha de um simples mal-entendido à absurdidade. Por isso, diante da regra expressa pelo interlocutor, o pescador precisa apresentar uma justificativa em relação ao modo como aprendeu a mensurar a profundidade. Na passagem a seguir, o pescador apresenta uma possível justificativa.

Vamos supor que o adivinhador dissesse “nunca aprendi a correlacionar a profundidade a que a água se encontra no subsolo com sensações na minha mão, mas quando *sinto uma certa tensão nas minhas mãos*, as palavras ‘um metro’ me vem repentinamente à mente” (BB, p. 11, grifo nosso).

Nesta passagem, o pescador parece oferecer uma explicação do motivo pelo qual associa a sensação nas mãos à profundidade. O pescador oferece, neste caso, uma justificativa. Como vimos na seção anterior, uma justificativa pode ou não envolver uma regra. O pescador afirma, portanto, que quando *sente “uma certa tensão nas minhas mãos*, as palavras ‘um metro’ me vem repentinamente à mente” (BB, p. 11). Essa explicação esclarece uma importante questão. Afinal, a gramática da palavra ‘sentir’ exige, como afirma a regra apresentada pelo interlocutor, que seja elucidada qual sensação está envolvida, a saber, se é tátil, visual, auditiva, olfativa, etc. O problema inicial na afirmação do pescador estava relacionado justamente ao uso da palavra ‘sentir’ sem referência à nenhuma sensação em particular. O interlocutor, por isso, se esforçava em tentar entender de que forma o “sentir” fazia parte de uma espécie de método de estimativa, sem saber ainda qual sensação estava envolvida. Tendo isso em vista, a justificação dada pelo pescador na passagem acima elucida esse problema. O pescador diz que “sente uma certa tensão em suas minhas mãos”. É, portanto, a sensação tátil que permite, de algum modo, relacionar o método utilizado pelo pescador à sua sensação nas mãos.

Para Wittgenstein está é uma explicação possível do que ele “quer dizer com ‘sensação de que a profundidade é de um metro’, pois sua afirmação não tem outro significado para *além daquele* que a sua explicação lhe deu” (BB, p. 11). Sua explicação, como vimos, conecta a gramática da palavra ‘sentir’, a partir da sensação nas mãos, ao método utilizado. Embora, o interlocutor ainda não saiba como exatamente o método funciona, é possível entender agora, por outro lado, que há alguma sensação

vinculada ao sentir e, por isso, o que afirma o pescador não é meramente uma espécie de adivinhação milagrosa.

O interlocutor, contudo, poderia dizer que a justificação do pescador é, no mínimo, aleatória. Pois, como diz Wittgenstein, “o problema é o seguinte: qual a relação existente entre, por exemplo, uma sensação tátil e a experiência da medição de uma coisa por meio de uma vara de metro?” (BB, p. 11). Essa relação não é clara com a justificativa do pescador. Há, contudo, uma certa conexão entre a gramática da palavra ‘sentir’ com a sensação tátil, motivo pelo qual o interlocutor, embora possa reconhecer como falso o que afirma o pescador, acredita, por outro lado, que há sentido no que é dito. Sendo assim, diferentemente da justificativa do pescador que pode ser mais ou menos eficaz, uma regra não envolve eficácia. Regras envolvem sentido. Sua quebra, portanto, envolve absurdidades. Dessa forma, o interlocutor poderia alegar que a justificativa fornecida pelo pescador, embora permita fazer uma certa conexão entre a gramática da palavra ‘sentir’ com a sensação tátil, não estabelece um limite de sentido.

Como vimos, a interlocução sempre envolve, em certa medida, regras. Elas não são, como ocorre no BT, condições de possibilidade para a interlocução. As regras no BB ocorrem como um lance no interior da interlocução. Sendo assim, quando mal-entendidos são gerados na interlocução, eles podem ser dissolvidos recorrendo à própria interlocução. Quando mesmo com o apoio de uma regra gramatical que delimita o sentido do que está sendo afirmado, o mal-entendido não é dissolvido, então passa-se de um mero mal-entendido à absurdidade. Nesse sentido, se toda interlocução envolve regras, então podemos dizer que um absurdo é formado quando alguma regra, no interior de uma interlocução, é rompida. O interlocutor, como vimos no caso do pescador, se esforçou em mostrar que havia ali um mal-entendido. O interlocutor se esforçou em mostrar que o que o pescador dizia não era um absurdo, pois, seu comportamento, de alguma forma, envolvia algum método de avaliação que não estava claro naquela situação interlocutória que permitia conectar a gramática da palavra ‘sentir’ à estimativa⁸¹. A situação interlocutória do pescador não chegou ao momento da absurdidade. Quando há absurdidade, quando a regra que permite delimitar o sentido dentro de uma situação interlocutória é rompida, há assim uma espécie de ruptura

81 Na seção 4.4.1 mostraremos que há uma distinção importante entre “regras” e “correlações empíricas” para elucidar que regras envolvem a dissolução de mal-entendidos, ao passo que correções empíricas envolvem a verificação de estimativas. Wittgenstein, no BB, dada a discussão sobre situações de uso, está interessado apenas nas regras gramaticais que permitem estabelecer um limite de sentido para o que ocorre dentro de uma determinada situação interlocutória na qual há um mal-entendido, e não se interessa por uma espécie de “verificação” do que é afirmado, como ocorre no cenário de correlações empíricas.

comunicacional. Quando há uma ruptura comunicacional, então a própria interlocução é desfeita.

Tendo isso em vista, no capítulo IV discutiremos novamente a relação entre concordância, discordância e ruptura comunicacional, mostrando como esta relação é dependente de situações interlocutórias e de regras gramaticais, além de mostrar que as rupturas comunicacionais são sempre parciais. Mostraremos também que o BB se ocupa, preponderantemente, de regras relacionais. Para isso, mostraremos como uma regra relacional é formada. Por fim, mostraremos de que forma a questão das analogias enganadoras está relacionada no BB às situações interlocutórias.

CAPÍTULO IV

DA INTERLOCUÇÃO ÀS ANALOGIAS ENGANADORAS

4. Introdução

No capítulo anterior vimos como o uso interlocutório é o candidato por excelência à explicação do significado no BB. Vimos também de que forma este uso interlocutório envolve situações interlocutórias e, por conseguinte, de que forma situações interlocutórias sempre envolvem, em certa medida, regras gramaticais. Por fim, vimos que o BB estabelece uma relação mais sofisticada entre mal-entendidos e absurdos do que aquela estabelecida no BT. Tendo isto em vista, neste capítulo trataremos de duas questões centrais no BB: (1) das regras gramaticais e (2) do papel das analogias enganadoras. Interessa-nos mostrar que o BB se ocupa, preponderantemente, de regras relacionais (PORTO, 2013). Sendo assim, mostraremos também que a formulação e a dissolução dos problemas filosóficos no BB envolvem a elucidação das regras gramaticais que operam no interior de uma situação interlocutória, em especial, quando uma analogia enganadora é constituída e usada. Dito de outra forma, discutiremos os motivos pelos quais as analogias enganadoras no BB ganham uma importância crucial no texto à luz das situações interlocutórias e das regras relacionais presentes nestas situações.

4.1 Regras Relacionais no BB

No BT vimos que o rompimento de uma regra gera um absurdo. O absurdo (ou absurdidade) é a linha que separa o limite proposicional. Como a linguagem, segundo o BT, opera a partir de um sistema de regras, então um absurdo é qualquer afirmação que está em desacordo com o sistema de regras. O que a interlocução nos mostra no BB, de acordo com a interpretação que propomos, é que quando não há um sistema de regras operando por detrás, então o significado (e, sobretudo o limite proposicional) são determinados pelo uso interlocutório da linguagem. Desse forma, não há então, de antemão, uma divisão bem estabelecida entre mal-entendidos e absurdos. No entanto, a concepção de “linguagem” que Wittgenstein sustenta no BB ainda mantém o aspecto normativo descrito também no BT. O que ocorre, contudo, é que Wittgenstein se compromete agora com regras gramaticais que são relacionais. Sendo assim, nesta seção mostraremos porque as regras relacionais são centrais dentro de uma compreensão de

linguagem pensada a partir de situações interlocutórias. Em resumo, elas são centrais, porque uma interlocução sempre envolve, por um lado, interlocutores e, por outro, regras – embora, como já dissemos, elas não ocorram, como no BT, como condições de possibilidade para a interlocução e, sim, como um lance na interlocução.

As regras dentro de uma interlocução têm um papel central. Isto não se refere apenas ao BB, mas a qualquer interlocução que envolva uma espécie de comércio comunicacional entre falante e ouvinte, e que envolva, portanto, uma espécie de gradação em seus mal-entendidos. Quando não há nenhuma normatização presente na interação linguística entre os interlocutores nestas situações, seja ela qual for, o estabelecimento da comunicação é comprometido. Disso não se segue que toda normatização deva ser apresentada. Em algumas situações interlocutórias nem se quer é necessário regras. Os interlocutores têm um comércio comunicacional eficiente. Contudo, no BB são tratadas apenas situações interlocutórias nas quais as regras gramaticais são necessárias. Nestes casos, se na interlocução não houvesse regras, então não haveria a possibilidade de discordância entre os interlocutores, nem, tampouco, a possibilidade de ser identificado absurdos e mal-entendidos. Wittgenstein, no BB, parece reconhecer exatamente esse problema.

Há, assim, uma condição inerente à interlocução. Se os interlocutores discordam de algo, então esta discordância tem de ser anunciada. Dito de outra forma, a interlocução, via de regra, é um cenário de concordância no qual os interlocutores têm uma espécie de comércio comunicacional eficiente, mas quando há discordância, quando surge algum mal-entendido que não é dissolvido por caridade interpretativa ou pelo estabelecimento de pontos de concordância, é preciso então que seja dito o motivo da discordância. São nesses cenários em que as regras são apresentadas, pois elas são, como já dissemos, delimitadoras de sentido. Nesses cenários há então uma gradação nos mal-entendidos envolvidos que pode passar de um simples mal-entendido à absurdidade.

Sendo assim, as regras das quais o BB parece tratar não são as regras operacionais, como no BT e, sim, as regras relacionais. As regras operacionais, como vimos, funcionam no BT como um correlato da ideia de “cálculo” e de “sistemas de regras”. Elas são partes constituintes de um sistema e correm, por assim dizer, na frente fixando o resultado⁸². Num cálculo, determinados passos são seguidos, de modo que eles nos levam, com segurança, ao resultado esperado. Por isso, ao menos para o período do BT, conhecer o sentido de uma regra garante a sua verdade, conforme vimos

82 Ver, Porto (2013) e (2019).

com Frascolla (1994). Regras operacionais têm, assim, um caráter potencial, pois agem à distância. Tendo isso em vista, uma regra operacional, portanto, não poderia gerar um resultado que fosse incorreto. O erro, na concepção operacional, é atribuído ao agente que usa a regra e não à regra – que, como já dissemos, tem um caráter potencial.

Uma regra relacional funciona de modo diferente. Ela não corre na frente fixando, assim, o resultado. Não é pressuposto nenhuma ideia de “cálculo” por detrás de seu funcionamento, nem de potencialidade. Mas, assim como toda regra gramatical, uma regra relacional também tem por função estabelecer um limite para o sentido. Uma regra relacional estabelece, em resumo, uma relação linguística entre conceitos (PORTO, 2002). Dessa forma, regras relacionais parecem exigir, conforme sustentaremos nessa seção, situações interlocutórias. Contudo, embora de fato regras operacionais e relacionais sejam distintas, elas podem ocorrer simultaneamente. A ocorrência de regras relacionais, como no BB, não implica na ausência de regras operacionais. O que ocorre, conforme veremos, é que o BB assume, preponderantemente, o uso de regras relacionais em razão do interesse de Wittgenstein por situações de uso. Já as regras operacionais, por outro lado, ocorrem preponderantemente no BT em razão do interesse de Wittgenstein pela analogia do cálculo.

Vejamos o seguinte exemplo apresentado por Porto (2002) que elucida o uso de regras relacionais. Em resumo, há uma situação interlocutória que envolve um comércio comunicacional entre falante e ouvinte. Há também um mal-entendido ocorrendo, e na medida em que ele não é resolvido, caminha-se para a absurdidade. Sendo assim, embora as passagens a seguir de Porto (2002) não sejam do BB e também não se refiram propriamente ao texto, elas são, conforme veremos, muito próximas ao o que faz Wittgenstein. Motivo pelo qual podemos inclusive comparar a passagem sobre o pescador que discutimos na última seção, na qual o mal-entendido não desembocou em uma ruptura comunicacional, com a passagem a seguir na qual o mal-entendido gera uma absurdidade que rompe a comunicação.

João não encontra seus óculos. Ele então pergunta à Maria se essa sabe onde eles estão. Só que, dessa vez, em vez de Maria responder algo *razoável*, como “os seus óculos então dentro do armário”, ela responde “os seus óculos estão dentro da caixinha de fósforos, em cima do fogão”. Claramente, João não irá conseguir entender exatamente o que Maria está dizendo. Sua afirmação não parece fazer sentido. Não é possível que os óculos possam estar dentro de uma caixa de fósforos. Um par de óculos é algo grande demais para poder caber dentro de uma caixinha tão pequena (PORTO, 2002, p. 137).

A passagem acima nos mostra uma situação interlocutória na qual há um mal-entendido ocorrendo, pois, o que Maria diz *não faz sentido* para João. O exemplo é similar ao que discutimos na última seção do capítulo III sobre o pescador, mas há algumas diferenças importantes que apontaremos à frente. Por enquanto vamos nos ater às similaridades. Assim como na situação do pescador, para desfazer o mal-entendido, o interlocutor (João) poderia exercer uma espécie de caridade interpretativa. Ele poderia, como vimos com o pescador, tentar *reinterpretar* o que Maria diz; ou ainda, tentar oferecer uma série de *pontos de concordância* que ambos concordariam para, dessa forma, encontrar o motivo que os levaram ao desacordo. Ou, por fim, poderia simplesmente explicar a regra que está ocorrendo na interlocução que ele acredita estar sendo violada por Maria. Nesse último caso João poderia dizer o seguinte.

João pergunta: “Maria, uma *caixa de fósforos* não é *menor* do que um *par de óculos*?” Maria responde que sim. João então continua perguntando: “Mas, Maria, você então está querendo dizer que alguma coisa *maior*, como um par de óculos, *poderia caber* no interior de um recipiente *menor*, como a caixa de fósforos?” Suponhamos então que Maria respondesse: “Sim, é exatamente isso que eu estou dizendo. Os óculos realmente são maiores do que a caixinha, mas, no entanto, estão dentro dela” (PORTO, 2012, p. 138).

O interlocutor tenta desesperadamente dissolver o mal-entendido oferecendo uma série de proposições que ambos concordariam. Contudo, apesar de Maria concordar que uma caixa de fósforos é menor do que os óculos, ela ainda sustenta que os óculos estão dentro da caixa de fósforos. Para João, esta afirmação é absurda. João considera tal afirmação absurda, porque ela claramente parece violar uma regra, a saber: algo *maior* não pode *caber dentro* de algo *menor*. Dito de outra forma, João oferece uma regra relacional. A regra relacional de João é composta pela conjunção de três afirmações:

- (1) Essa coisa A (no momento) é maior que B
 - e
 - (2) Essa coisa A (no momento) está dentro dessa coisa B
 - (3) Coisas maiores não podem estar dentro de coisas menores
- (PORTO, 2002, p. 139).

Neste caso, a afirmação (1) e (2) são afirmações *empíricas* que nos dizem, propriamente, que A (seja lá o que for) é *maior do que* B (seja lá o que for), e que este A está *dentro* de B. Além de serem afirmações empíricas, elas são também afirmações temporais. Afinal, como nos diz Porto (2002, p. 139), cada uma destas afirmações (1 e 2) assumidas, isoladamente, poderiam ser verdadeiras, mas sua conjunção não. Poderíamos, então, dizer que A é algo maior que B em um tempo T_1 e depois dizer que

B, por qualquer motivo, está dentro de A em um tempo T_2 . Mas evidentemente dizer que A é maior que B e B está dentro de A, simultaneamente, é absurdo. É absurdo porque diante destas duas afirmações empíricas e temporais asserimos, então, uma regra, qual seja, “coisas maiores não podem estar dentro de coisas menores”. A regra não é uma afirmação empírica, tampouco temporal⁸³. Pelo contrário, ela é necessária e atemporal. Dessa forma, ela asseire que *nunca* algo maior poderá estar dentro de algo menor. A afirmação (3), portanto, nos fornece uma regra relacional.

Uma regra relacional estabelece uma conexão entre conceitos (PORTO, 2002, p. 140). No caso da situação interlocutória entre Maria e João, temos dois conceitos sendo relacionados: (1) ser uma coisa maior do que B e (2) estar dentro de uma coisa B. Da conexão linguística desses dois conceitos é extraído a regra relacional que asseire ser impossível algo ser *maior do que* outra coisa e, ao mesmo tempo, *estar dentro* dela. Por isso João afirmar ser *impossível* o que Maria diz.

Seria natural, então, nesse ponto, João simplesmente abandonar a discussão e afirmar: “Isso *não faz sentido*. Uma coisa A não pode caber dentro de um recipiente B que seja *menor* do que A. É *impossível* que algo *maior* possa *caber dentro* de algo *menor*”. Houve aqui um *rompimento na comunicação* entre João e Maria. João não consegue entender o que ela diz. [...] João *não aceita como uma possibilidade* que algo maior, como um par de óculos, possa caber em algo menor, como a caixinha de fósforos. Dito de outra forma, João não aceita entender a frase de Maria em seu sentido *literal*. Aquilo, *aquela situação*, não *poderia* fazer sentido (PORTO, 2002, p. 138).

Eis aqui um ponto central. Com base na regra relacional, João *descarta* o que Maria diz, pois, o que é dito é impossível. A regra relacional, além de ser uma delimitadora de sentido, é também um critério, na interlocução, para *desqualificar* um dos interlocutores. Sendo assim, em uma situação interlocutória *descartamos* somente o *falante*⁸⁴. Isto ocorre porque quando há uma discordância, então é sempre aquele interlocutor que discorda que deve apresentar a regra que permite delimitar o sentido na situação. O interlocutor do falante é o responsável em mostrar que, quando há um mal-entendido que inviabiliza a concordância entre os interlocutores de modo a inviabilizar também a própria comunicação, então, como um último recurso para dissolvê-lo, é preciso apresentar alguma regra que permita delimitar o sentido do que é dito na

⁸³ Uma regra relacional também não é uma *regra pessoal*. Pelo contrário, toda regra relacional é impessoal. Apresentar uma regra relacional é apenas exprimir uma regra que está presente na interlocução, embora não esteja de forma clara, e mostrar a partir disso de que forma tal regra está delimitando o sentido daquilo que pode ser dito pelos interlocutores.

⁸⁴ Embora a regra seja utilizada para descartar o que o falante diz em razão da falta de sentido do que está sendo afirmado, tal “regra de descarte”, por assim dizer, não precisa ser formulada em sentido negativo, a exemplo da expressão “é impossível que”. A regra para desqualificar o falante pode ser enunciada também em sentido positivo, a exemplo da expressão “é necessário que”.

situação. É exatamente isso o que ocorre com João e Maria. O mal-entendido em questão gera um desespero no interlocutor (João), porque inviabiliza a concordância entre os interlocutores, inviabilizando, assim, a comunicação. Por isso, João é o responsável por apresentar a regra, porque ele é o interlocutor que discorda do falante.

Dessa forma, com base no que João diz, e por meio de uma regra relacional apresentada, concordância e discordância se estabelecem. Regras relacionais não são potenciais, como as regras operacionais. Elas não agem à distância. Elas são um lance no interior da interlocução. Sua função, como qualquer regra gramatical, é o de estabelecer um limite para o sentido. Nesse caso, um limite de sentido para o que pode ser dito dentro de uma *determinada situação interlocutória*. Sendo assim, quando uma regra é violada na interlocução há, então, uma *ruptura de comunicação* entre os interlocutores. Tudo que é produzido após a ruptura torna-se apenas absurdo, pois, qualquer afirmação que se segue em desacordo com uma regra é sem sentido, ao menos em relação àquela *situação interlocutória específica*.

A ruptura comunicacional é, assim, sempre parcial. Refere-se à situação interlocutória em que os interlocutores estão envolvidos e não à toda a comunicação estabelecida ou possível entre eles. Por isso, mesmo quando há uma ruptura comunicacional, a qual é uma ruptura parcial, a comunicação pode ser retomada. Caso contrário, teríamos de nos comprometer que após uma ruptura comunicacional viveríamos apenas em um mundo de desacordos. O que não parece fazer sentido, tampouco ser possível. Pessoas se entendem mesmo após a ocorrência de algum momento de ruptura na comunicação, porque, em resumo, são rupturas parciais. Esse entendimento é retomado por meio de *pontos de concordância*. O interlocutor poderia dizer, a exemplo do que diz João à Maria, que “deste ponto em diante não entendo absolutamente nada do que diz, em especial, quando afirma algo contrário à regra, mas, do ponto anterior a este é possível compreender perfeitamente o que é dito”. A comunicação de uma situação é retomada, assim, por esses pontos de acordo.

4.2 Afirmações Falsas (com Sentido) e Absurdas

Há algumas diferenças importantes entre a situação interlocutória do pescador do capítulo anterior e a situação interlocutória de Maria e João que vimos na seção acima. Na situação do pescador, o interlocutor não acreditava ser impossível que o pescador poderia, de alguma forma, sentir a profundidade do lago por meio de uma vara em mãos. O interlocutor apenas dizia que *não entendia como* o pescador relacionava “sentir” à “profundidade”. Neste caso, o mal-entendido estava baseado no

desentendimento por parte do interlocutor da gramática da palavra ‘sentir’ e da forma como ela estava sendo relacionada ao método que o pescador estava pressupondo para avaliar a profundidade. Por isso, ele diz que não se sentiria embaraçado se o pescador contasse como aprendeu a avaliar a profundidade daquela forma (BB, p. 13). Neste caso, a regra pressuposta pelo pescador não foi apresentada. Apesar disso, o interlocutor acreditava que havia algum sentido em relação ao o que o pescador afirmava. O caso de Maria e João é distinto. João diz ser impossível o que Maria afirma tendo como base a regra relacional de que algo maior não pode caber em algo menor. Neste caso, a regra relacional foi apresentada *de antemão*, motivo pelo qual João descarta *de início* o que Maria diz como sendo algo absurdo.

Além disso, no caso do pescador, o interlocutor só estava disposto a considerar absurdo o que o pescador queria dizer se não houvesse nenhum modo de compreender a forma como ele avaliava a profundidade, ou seja, compreender a gramática da palavra ‘sentir’ e a sua relação com o método pressuposto pelo comportamento do pescador. Nessa situação interlocutória a ruptura comunicacional foi evitada. Não houve, como vimos, uma ruptura comunicacional entre o pescador e seu interlocutor. Afinal, mesmo acreditando que a justificação oferecida pelo pescador sobre a gramática da palavra ‘sentir’, e também sobre a sua relação com o método pressuposto fosse aleatória e pouco eficaz, o interlocutor aceitou que havia ali alguma conexão entre a gramática da palavra ‘sentir’ com a sensação tátil do pescador e, por isso, a afirmação do pescador, embora pudesse ser falsa, teria sentido. Diferentemente de Maria e João. Ao declarar ser possível que alguma coisa maior pudesse caber em algo menor, Maria rompe a regra relacional que João anuncia na interlocução. Ao rompê-la, Maria rompe parcialmente, por assim dizer, com a própria comunicação, pois rompe com o sentido possível atribuído àquela situação interlocutória. Afinal, depois que há uma ruptura comunicacional não há mais entendimento (o que não significa que ela não possa ser retomada, como vimos).

A diferença essencial entre as duas situações interlocutórias que envolvem mal-entendidos baseia-se, portanto, na distinção entre *afirmações que são falsas* (mas que têm sentido) e *afirmações que são absurdas*. Segundo Porto:

No primeiro caso (das afirmações falsas), ainda estaríamos dispostos a conceder que, digamos, ‘ainda que os óculos de João efetivamente não estivessem dentro do armário, eles poderiam ter estado lá’. Já no segundo caso de afirmações como os ‘óculos estão dentro da caixinha de fósforos’, estaríamos inclinados a descartar a situação (‘aparentemente’) proposta por Maria como sendo ‘impossível’ (2002, p. 190).

O interlocutor claramente reconhecia a afirmação do pescador como falsa, pois considerava a possibilidade de sentir a profundidade improvável, mas não a considerava absurda. O interlocutor não compreendia a relação entre a gramática da palavra ‘sentir’ com o método que o comportamento do pescador envolvia e, por isso, acreditada que havia ali apenas adivinhações aleatórias. Dessa forma, como vimos, para dissolver o mal-entendido o interlocutor oferece então uma regra que permitisse delimitar o sentido do que o pescador estava afirmando. A regra “é impossível o uso da palavra ‘sentir’ sem que ela não envolva a ocorrência de nenhuma sensação” relaciona o conceito de ‘sentir’ ao conceito de ‘sensação’ mostrando, assim, que há uma conexão entre a gramática da palavra ‘sentir’ e a gramática da palavra ‘sensação’, de modo que é extraída dessa conexão a impossibilidade da ocorrência da palavra ‘sentir’ sem a ocorrência de alguma sensação em particular. A regra relacional do interlocutor é, portanto, um lance na interlocução e funciona como delimitadora de sentido para a situação. Se o pescador discordasse da regra anunciada, então, neste caso, o mal-entendido caminharia para a absurdidade. Ou dito de outra forma, a situação interlocutória caminharia de uma afirmação falsa para uma afirmação absurda.

No caso de Maria e João, por outro lado, a afirmação proferida por Maria é reconhecida por João como absurda, porque está em desacordo com a regra relacional de que algo maior não pode caber em algo menor. Disso se segue a afirmação de João de que é impossível que ocorra o que Maria diz e, a partir disso, há uma ruptura na comunicação entre os dois. A diferença entre as duas situações interlocutórias é importante, porque nos mostra que *não é simplesmente qualquer mal-entendido* que, caso não dissolvido, gera um absurdo. Alguns mal-entendidos, como no caso do pescador, são assumidos como *afirmações falsas*, porém com sentido. Ao passo que, no caso de Maria e João, uma vez que a regra relacional é apresentada, o que se segue contrário à regra não são afirmações falsas, mas, sim, absurdas. Se de antemão qualquer afirmação falsa fosse absurda, então a interlocução dificilmente poderia funcionar, pois não haveria discordância. Afinal, a discordância envolve a possibilidade de que qualquer afirmação com sentido possa ser falsa ou verdadeira. Em resumo, se qualquer afirmação falsa fosse absurda, então a concordância seria uma pequena parte dentro de um universo de discordância. Quando, na verdade, a discordância só ocorre (ou pode ocorrer) se houver concordância.

4.3 Concordância, Discordância e Ruptura Comunicacional

Na interlocução, a concordância, a discordância e as rupturas na comunicação têm uma relação bem definida e distinta. A ruptura é o caso extremo da quebra comunicacional. Ela ocorre quando passamos da simples discordância à produção de afirmações absurdas. Dito de outra forma, ela ocorre quando passamos de mal-entendidos à absurdidade. O que nos permite traçar este limite é a regra que está envolvida na situação interlocutória. Ela é a delimitadora de sentido. Sendo assim, quando a regra é rompida há uma ruptura de sentido na comunicação. Tal ruptura, contudo, é sempre parcial. É sempre uma situação interlocutória em específico que é parcialmente rompida e não toda a comunicação. Ou seja, é sempre um jogo de linguagem em particular que cai, e não toda a linguagem.

Concordância e discordância, por outro lado, são posições opostas, mas harmoniosas na interlocução. A possibilidade da discordância envolve a atribuição de falsidade. Dito de outra forma, para que possa ocorrer discordância é preciso que qualquer afirmação com sentido possa ser verdadeira ou falsa. Só há discordância, assim, quando há concordância. Dessa forma, poderíamos dizer também que é impossível que ocorra discordância sem concordância, assim como é impossível que ocorra uma discordância absoluta. Quando há uma discordância absoluta não há comunicação. Permanecemos, assim, no mesmo nível da ruptura comunicacional.

Os dois últimos exemplos que analisamos, a saber, do pescador e seu interlocutor e também da interação entre Maria e João, nos mostram que o desacordo entre os interlocutores, em suas respectivas situações, gera um certo mal-entendido. Contudo, o mal-entendido, neste caso, é apenas um desacordo ocasionado por uma situação em que há *um mínimo* de concordância. Caso contrário seria impossível a comunicação entre os interlocutores. A concordância é, via de regra, uma condição necessária para a interlocução. A discordância só ocorre, portanto, em cenários nos quais há concordância. Dessa forma, como já dissemos, quando ocorre uma discordância, ela deve ser anunciada. Isso porque, a interlocução é um cenário de concordância no qual os interlocutores têm uma espécie de comércio comunicacional eficiente, mas quando há discordância, quando surge algum mal-entendido que inviabiliza a interlocução, é preciso então que seja dito o motivo da discordância.

Há, como diz Porto, “um certo nível mínimo de concordância”.

Toda a discordância, toda a dúvida envolveria, necessariamente, uma certa dose de concordância. [...] Faria *parte do funcionamento de nossa linguagem um certo nível mínimo de concordância entre os falantes* (PORTO, 2002, p. 143).

Uma posição similar a Porto (2012) pode ser vista em Davidson (2013) e na discussão sobre o problema do “erro universal”, embora tal discussão não se refira a Wittgenstein e, tampouco, ao BB.

Acontece que o intérprete falível pode estar errado sobre algumas coisas, mas não em geral; por isso, ele não pode compartilhar de um *erro universal* com o agente que ele está interpretando. Uma vez que concordamos com o método geral de interpretação que eu esbocei, torna-se impossível afirmar corretamente que qualquer um poderia estar errado sobre como as coisas são (DAVIDSON, 2013, p. 161, grifo nosso).

Por “método geral de interpretação”, Davidson se refere à tese segundo a qual devemos pressupor que a maioria das crenças que um intérprete (ou interlocutor) têm são verdadeiras. Elas estariam amparadas em uma espécie de justificação epistêmica, em especial, desencadeada por uma coerência interna entre as suas crenças. Sendo assim, ao discordar de um interlocutor não discordamos meramente de suas afirmações, mas de suas crenças. Apesar disso, mesmo nesses casos, para que ocorra a discordância é preciso um mínimo de concordância. Isto porque, de acordo com Davidson (2013, p. 139), a ideia de um “erro massivo *a priori* é impossível”. O erro massivo seria pressupor o contrário, a saber, que sempre estaríamos em um desacordo sem fim com o interlocutor, porque a concordância seria, via de regra, um fenômeno raro. Se o erro massivo fosse possível, ele nos levaria da discordância recorrente ao ceticismo irrestrito.

A presunção geral em favor da verdade da crença serve para nos resgatar de uma forma padrão de ceticismo, mostrando porque é impossível que todas as nossas crenças sejam falsas juntas (DAVIDSON, 2013, p. 162).

Davidson sustenta, então, que há um sistema de crenças por detrás das afirmações que o interlocutor profere. Logo, não faria sentido afirmar que o interlocutor só produz absurdidades, pois, ao proferir uma proposição qualquer, ele a julga de antemão como verdadeira com base em seu próprio sistema de crenças. Sendo assim, não faria sentido afirmar que o interlocutor só produz absurdidades, porque, isso implicaria em dizer que todas as crenças proferidas pelo interlocutor são contraditórias entre si, ou como diz Davidson, que são “falsas juntas” (2013, p. 163). É evidente, no entanto, que o interlocutor pode estar errado, mas, de acordo com o método de Davidson, quando julgamos uma proposição do interlocutor devemos, de início, considerá-la verdadeira para, somente depois de um conjunto de situações extralinguísticas, nos decidirmos sobre a sua verdade.

[...] método de interpretação apenas assume uma frase como verdadeira quando os falantes a julgam verdadeira. Mas certamente o falante pode estar errado; e assim também o intérprete. Assim, ao final, o que deve contar em favor de um método de interpretação é que ele coloca em geral o intérprete em acordo com o falante: segundo o método, o falante julga uma frase verdadeira sob condições específicas, e essas condições se realizam, na opinião do intérprete, apenas quando o falante julga que a frase é verdadeira (DAVIDSON, 2013, p. 139).

O que Davidson parece querer mostrar é que a possibilidade do erro deve estar *sempre pressuposta* na relação entre os falantes, mas não como um erro massivo. O método geral da interpretação é, de certa forma, um método que valoriza a caridade interpretativa. Davidson, assim como Porto, parece defender que seria absurdo sustentar uma pura discordância ou uma discordância total. De modo similar parece ocorrer no BB em que a discordância só poderia ser ocasionada em cenários nos quais há concordância. A concordância seria, via de regra, uma condição importante para o estabelecimento da interlocução. Por isso, quando ocorre uma discordância, de modo a inviabilizar a comunicação, há, então, um momento de ruptura na comunicação. Tal ruptura, como vimos, deve ser entendida como uma discordância que envolve rupturas parciais na comunicação. Esse caráter normativo e geral que elucidamos nessa seção sobre a concordância e a discordância parece se aplicar, no BB, às situações de uso particulares que o texto elucida.

4.4 Atribuições Semânticas

Até nesse ponto no capítulo vimos que o BB se ocupa, *preponderantemente*, de regras relacionais, embora seja possível a ocorrência simultânea de regras operacionais e relacionais. Vimos também que essas regras são delimitadoras de sentido. Sendo assim, há uma relação bem definida entre concordância e discordância, assim como há também uma relação bem definida entre mal-entendidos, absurdidades e rupturas comunicacionais. Nesta seção, apresentaremos um outro ponto que nos permite elucidar como a linguagem pensada a partir de situações interlocutórias funciona, a saber, aquilo que chamaremos de “atribuições semânticas”.

Como já dissemos no capítulo III, o BB deveria ser pensado como um período de transição de Wittgenstein. Algumas das teses do período intermediário, descritas de forma mais clara no BT, são realocadas sob uma nova roupagem no BB, a exemplo da tese que chamaremos aqui de “atribuições semânticas”. No BT, a partir da ideia de gramática e sistema (ver, seção 1.3.1), Wittgenstein defende que palavras e sentenças pertencem a um sistema de sinais que estabelece, dentro do próprio sistema, a posição

que cada palavra ou sentença deve ocupar. Dito de outra forma, palavras e sentenças são sinais que têm um “espaço gramatical” definido dentro de um sistema de regras. Isso assegura, portanto, o significado prévio dos sinais.

O BB, por outro lado, parece se ocupar, conforme estamos sustentando, de uma linguagem que descreve situações interlocutórias. Então não investigamos o significado de palavras amparado em um sistema de regras gramaticais previamente estabelecido. Não há um espaço gramatical pré-definido para as palavras, o qual funcionaria como condições de possibilidade para a interlocução. Contudo, disso não segue que palavras não tenham o significado assegurado. Dito de outra forma, embora Wittgenstein no BB não sustente que há um sistema de regras que determine o espaço gramatical das palavras (e, portanto, seu significado), não é assumido em função disso que palavras não tenham significado. A tese da “atribuição semântica”, conforme a apresentaremos, é uma tese que visa explicar o significado das palavras dentro de situações interlocutórias.

Os filósofos falam muito frequentemente de investigar, analisar, o significado das palavras. Mas não nos esqueçamos que uma palavra não tem um significado que *lhe tenha sido dado*, por assim dizer, por um *poder independente de nós* para que possamos proceder com uma espécie de investigação científica sobre o que a palavra *realmente* significa. Uma palavra tem o significado que *lhe foi dado por alguém* (BB, p. 28, grifo nosso).

A passagem acima nos diz que as palavras têm o seu significado assegurado não em razão de qualquer “poder independente de nós”, mas em razão de uma atribuição – “Uma palavra tem o significado que *lhe foi dado por alguém*” (BB, p. 28). A palavra ‘atribuição’ pode sugerir que há aqui uma discussão em torno do problema da “linguagem privada” – problema este que será desenvolvido por Wittgenstein no período tardio, nas *Investigações*. Contudo, este ponto não nos interessa aqui. Interessa-nos apenas mostrar que palavras têm o significado que nós atribuímos a elas. Esta atribuição, contudo, não pode ser realizada por meio de uma autoatribuição. Por ‘atribuição’ Wittgenstein não está defendendo que amparamos o significado das palavras em experiências características, nem em portadores de significado, conforme vimos no BT. A tese da “atribuição semântica” presente na passagem acima nos permite mostrar, em resumo, que palavras têm o seu significado definido por meio de um *uso interlocutório*, mesmo que, como já dissemos, a noção de “uso” no BB seja uma noção em aberto e indefinida. É dentro de uma interlocução que a atribuição semântica ocorre. Ela é um lance possível no interior de uma situação interlocutória. A atribuição semântica parece substituir, por assim dizer, a expressão “espaço gramatical” do BT ao

garantir que palavras tenham seu significado assegurado, sem, contudo, recorrer à tese da gramática como sistema de regras, como ocorre no BT.

Sendo assim, a pergunta que abre o BB – “o que é a explicação do significado de uma palavra?” (BB, p. 2) – pode ser respondida com base na tese da “atribuição semântica” e de sua relação com o uso interlocutório da linguagem. Explicamos o significado de uma palavra dentro de uma situação interlocutória de uso e não por meio de autoatribuições. A “atribuição semântica” por ser um lance possível dentro de uma situação interlocutória nos permite tanto *explicar* o significado das palavras, quanto *atribuir* novos significados a elas, conforme vimos na seção 3.2.2. Este é o ponto central. Isto ocorre, como vimos, com a expressão “os pensamentos estão localizados na cabeça” que discutimos no capítulo III. Expressões que, à primeira vista, parecem absurdas podem se tornar significativas (tornar-se expressões com sentido) por meio de uma atribuição semântica. Isso significa que dentro de um uso interlocutório podemos atribuir significado a essas expressões, pois, dentro da interlocução qualquer expressão é, por princípio, mal-entendida e não absurda. Logo, como qualquer mal-entendido, elas podem ser dissolvidas.

Desse modo, a tese da “atribuição semântica” evidencia uma preocupação com um aspecto da linguagem que é distinto daquele que Wittgenstein sustentará no BT.

Devem lembrar-se de que não utilizamos geralmente a linguagem de acordo com regras rigorosas – ela também não nos foi ensinada por meio de regras rigorosas. *Nós*, pelo contrário, nas nossas discussões, comparamos constantemente a linguagem com um cálculo que obedece a regras exatas.

Esta é uma visão muito parcial da linguagem. Na prática, usamos muito raramente a linguagem como um cálculo deste tipo. Não só não pensamos nas regras de uso – nas definições, etc, – quando utilizamos a linguagem, como também não somos capazes de, na maior parte dos casos, fornecer essas regras quando isso nos é pedido. Somos claramente incapazes de circunscrever os conceitos que utilizamos; não porque desconhecemos a sua verdadeira definição, mas porque não existe nenhuma “definição” verdadeira desses conceitos. Supor a sua necessidade seria como supor que, sempre que as crianças brincam com uma bola, jogam um jogo de acordo com regras rigorosas (BB, p. 26).

No BB, Wittgenstein está discutindo o funcionamento da linguagem a partir de situações interlocutórias. No BT, por outro lado, Wittgenstein pensa o funcionamento da linguagem de forma autônoma e independente, como se ela operasse no vácuo. Embora o aspecto discutido por Wittgenstein sobre o funcionamento da linguagem seja distinto nos dois textos, a preocupação sobre a normatividade da linguagem se mantém. Ao direcionar suas discussões para as situações interlocutórias de uso da linguagem,

Wittgenstein não parece estabelecer um afrouxamento das regras gramaticais, como sugere parte da literatura (ver, Baker & Hacker 2005 e Carvalho, 2014).

Esse afrouxamento pode, a princípio, ser pensado de duas formas. O termo ‘frouxo’ pode se referir ao fato de que as regras não funcionam como delimitadoras de sentido em todos os contextos, como também pode se referir ao fato de que uma regra pode variar no tempo. O primeiro sentido é usado por Baker & Hacker (2005, p. 64) para elucidar a possível distinção que há entre o BT, entendido como o período do cálculo, e as *Investigações*, entendido como um período no qual há uma espécie de afrouxamento nas regras.

Logo ficou claro que a concepção de linguagem como um cálculo era problemática. Era preciso substituí-la por algo mais frouxo e mais flexível – algo como a atividade de jogar um jogo, governada livremente por regras que não tentam (de modo absurdo) dar conta de todas as eventualidades possíveis (BAKER & HACKER, 2005, p. 50).

Não nos interessa discutir aqui se a caracterização feita por Baker & Hacker (2005) é apropriada em relação ao período do cálculo no BT e as *Investigações* e, sim, elucidar o sentido de “frouxo” ou “flexível” que está em jogo. Quanto a isso, Carvalho (2014), contrariamente a Baker & Hacker (2005), sustenta que no BT é perfeitamente compatível “[...] a concepção da linguagem como cálculo e a recusa de limites claros para os conceitos e de regras para todos os casos” (2014, p. 207). Carvalho (2014, p. 211) sustenta, nesse sentido, que há um uso “regrado” da linguagem pensada a partir da metáfora do cálculo.

Contrariamente a Baker & Hacker (2005) e, em parte, de modo distinto de Carvalho (2014), argumentamos nesta tese que a noção de uma linguagem que opera no vácuo parece não comportar uma noção de regra que não se aplicaria a todos os contextos. Pelo contrário, a ideia de uma linguagem que operaria no vácuo de forma autônoma e independente exige, por assim dizer, que este modo de operar seja irrestrito. A concepção central de gramática como um sistema de regras tem como contrapartida o caráter fixo e irrestrito das regras gramaticais. Isto que permite dizer inclusive que no BT os sistemas de regras funcionariam como condições de possibilidade para a interlocução. Contudo, também argumentamos que em algumas partes pontuais do BT há a ocorrência da noção de “interlocução” e nestas partes, em parte, pode-se dizer que há uma não delimitação para todos os contextos, pois, ali a noção de regra que está em questão é a de regras relacionais e, como vimos, elas são dadas como um lance na interlocução.

O segundo sentido do termo ‘frouxo’ parece caracterizar melhor o que ocorre na mudança entre o BT e o BB. O BT, por sustentar uma espécie de sistema fechado, impossibilita a introdução de qualquer nova regra. Qualquer nova regra ou mudança de alguma regra dentro de um sistema é, para o BT, uma mudança de sistema. No BB, por outro lado, as regras são apresentadas como um lance no interior de uma interlocução e não como condições de possibilidade para a mesma. Nesse sentido, é possível tanto a introdução de novas regras, quanto a reformulação de outras. As regras gramaticais são pensadas no BB de uma forma mais dinâmica, a saber, como regras relacionais apresentadas dentro de situações interlocutórias. Sendo assim, o termo ‘frouxo’ aqui não se refere a perda de normatividade e, sim, ao caráter dinâmico que as regras gramaticais adquirem, sobretudo, a partir do BB.

Dessa forma, como vimos até aqui no capítulo IV e no capítulo III, quando há uma situação interlocutória e nela ocorre um mal-entendido que inviabiliza a comunicação, o recurso do interlocutor é sempre elucidar uma regra gramatical que possa delimitar o sentido do que é dito na situação. As regras gramaticais ocorrem no BB, novamente, como um lance possível no interior de uma interlocução. Não há um afrouxamento das regras em relação ao BT. Seu papel é o mesmo nos dois períodos. O que muda, contudo, é o modo como essas regras são formuladas, passando de regras operacionais no BT para regras relacionais no BB (ver, Porto, 2013), e também o modo como elas são apresentadas, podendo, inclusive, variar no tempo. Sendo assim, no BT, elas são condições de possibilidade para a interlocução, pois são dadas de antemão pelo sistema de regras antecipando, assim, para qualquer contexto possível a sua própria aplicação; no BB, por outro lado, elas são um lance dado dentro da interlocução. Dessa forma, embora a noção de “cálculo” seja uma noção característica da concepção de linguagem que opera no vácuo descrita no BT; ela é, no entanto, apenas uma “visão parcial da linguagem” (BB, p. 26).

Quando falamos da linguagem como um simbolismo usado num cálculo exato, o que temos em mente pode ser encontrado na ciência e na matemática. Nosso uso comum da linguagem apenas em casos raros se adapta a este padrão de exatidão. Por que então comparamos constantemente, ao filosofarmos, o nosso uso das palavras com um uso que obedece a regras exatas? A resposta reside no fato de os enigmas que procuramos eliminar derivarem sempre, precisamente, desta atitude diante da linguagem (BB, p. 26).

Em alguns casos podemos de fato falar de regras rigorosas e também de uma espécie de “método de cálculo” por detrás. No entanto, estender estes casos para todo o funcionamento da linguagem parece ser o problema central que Wittgenstein quer

elucidar nas passagens anteriores. Supor “definições” verdadeiras dos conceitos que formam nossa linguagem como uma condição necessária para o seu uso normativo, tal como pressupõe a noção de “cálculo”, é pressupor um padrão de exatidão que não parece refletir o nosso uso ordinário da linguagem. Um “regresso à terra” (BB, p. 2), como Wittgenstein usa a expressão no início do livro, pode ser entendido também como um regresso ao modo como efetivamente usamos a linguagem. Nossa tendência à procura de um padrão de exatidão para o uso das palavras, tal como prevê a concepção de cálculo para a linguagem, decorre mais de nossa atitude em relação à linguagem, do que propriamente do seu funcionamento efetivo.

Sendo assim, no BB, além de podermos dar significado às palavras e às expressões, podemos dar também sentido às regras, pois, como vimos, elas são um lance na interlocução. As regras relacionais são formuladas em razão da possibilidade de podermos correlacionarmos conceitos, dentro de uma situação interlocutória específica, para traçar um limite de sentido em relação ao que é dito. Correlacionamos linguisticamente diferentes conceitos no interior de uma interlocução para formarmos uma regra. A regra “coisas maiores não podem estar dentro de coisas menores” (PORTO, 2002, p. 139), que Porto elucida nas seções anteriores, surge da correlação entre o conceito de “ser maior” e “ser menor”, relacionado de um modo que a regra, em si, estabelece que é impossível que algo maior possa estar dentro de algo menor. A regra formulada por meio de uma correlação linguística de conceitos é, então, uma regra necessária e atemporal – além de ser também impessoal. Tal correlação pode ser feita por meio de uma atribuição semântica na qual, na situação interlocutória, um dos interlocutores formula uma regra tendo como objetivo dissolver o mal-entendido gerado com seu interlocutor. Portanto, como a interlocução sempre envolve, em certa medida, regras, e tais regras, como vimos, são regras relacionais, os interlocutores estão nesse sentido sempre recorrendo à atribuição semântica, ou seja, estão sempre dando um lance dentro de uma interlocução.

4.4.1 Causa e Razão

Se a tese da “atribuição semântica” nos permite atribuir novos significados às palavras e também atribuir sentido às regras, porque elas são um lance na interlocução, então a tese da “atribuição semântica” tem uma certa peculiaridade em relação à justificação de regras dentro da concepção de regras relacionais. Em síntese, como veremos, dentro de situações interlocutórias recorreremos à atribuição semântica para formular e justificar as regras, porque não é possível justificá-las nem formulá-las por

meio do uso de expressões explicativas (a exemplo do “porque”), tampouco por meio de fatos (conforme veremos na seção seguinte). No caso do uso do “porque”, em especial, há uma confusão conceitual entre o termo “causa” e “razão” (BB, p. 15-16), o qual evidencia uma distinção importante entre regras e correlações empíricas. Começaremos pelo termo “razão”.

Ele me deu, assim, uma *razão* para o fato de ter executado a ordem da maneira como o fez. Dar uma razão para algo que se fez ou disse significa *mostrar um caminho* que conduz a esta ação. Em alguns casos significa *descrever o caminho* que se utilizou; em outro significa descrever o caminho que o conduziu e que está em *conformidade com certas regras aceitas* (BB, p. 15, grifo nosso).

A razão é, como diz Wittgenstein, um caminho que conduz à ação. A razão justifica (ou justificaria), por meio do caminho realizado, porque determinada ação foi ou não realizada. A busca por essa “razão” levou os filósofos, em diferentes tempos, à procura de princípios certos e indubitáveis. No entanto, o custo filosófico desta busca foi o conhecido problema do regresso infinito das justificações ou, nos termos do BB, o problema da “cadeia de razões que remonta até ao infinito” (BB, p. 15). Sendo assim, se a ação é motivada por determinadas razões e tais razões são um caminho que se realiza, então, haveria uma cadeia de razões que conduziria até a ação. Tal tese, se aceita, tem como contrapartida o pressuposto de que haveria uma cadeia infinita de razões que, ao fim, não teria uma justificação primeira. Afinal, neste caso, uma razão levaria à outra, e assim por diante. Wittgenstein não está comprometido com esta tese. Pelo contrário, ele assume que a razão que conduz à ação pode ser justificada, sem que com isso precisamos postular um regresso infinito, porque há, de acordo com Wittgenstein, *razões reais*.

Se, por outro lado, você admitir que a cadeia de *razões reais* tem um início, você deixará de sentir aversão pela ideia de um caso em que *não* existe nenhuma razão para que a ordem seja obedecida. Neste ponto, contudo, surge uma outra confusão que se estabelece entre razão e causa. Somos levados a esta confusão pelo uso ambíguo da palavra “porque”. Assim, quando a cadeia de razões chegou a um termo e ainda se pergunta “porque?”, sentimo-nos inclinados a indicar uma causa em um lugar de uma razão (BB, p. 16).

A palavra ‘razão’ e ‘causa’ em alguns cenários são usadas equivocadamente como sinônimas. É estabelecido, por exemplo, uma analogia entre a causa de um evento físico com a razão de sua ocorrência. No entanto, estas palavras têm significados diferentes, pois têm gramáticas distintas. A palavra ‘razão’ é usada em contextos nos quais estamos à procura de *justificações para uma ação*, ao passo que a palavra ‘causa’ é usada em contextos nos quais estamos à procura de *correlações empíricas*. O exemplo

do pescador, da seção 3.4, elucida esta distinção. O mal-entendido ocorrido naquela situação interlocutória, como vimos, era ocasionado pelo desentendimento do interlocutor em relação ao uso da palavra ‘sentir’. Em resumo, o interlocutor não entendia como o pescador poderia usar a palavra ‘sentir’ sem fazer referência à nenhuma sensação em particular. Diante disso, portanto, o pescador ofereceu uma justificativa que relacionava a palavra ‘sentir’ a uma sensação em particular. Ele diz que “[...] quando sinto uma certa tensão nas minhas mãos, as palavras ‘um metro’ me vem repentinamente à mente” (BB, p. 11). É a sensação tátil que está sendo pressuposta pelo pescador. A justificativa oferecida, contudo, não é uma regra. Ela não delimita o sentido do que pode ser dito. Na verdade, a justificativa oferecida propõe uma espécie de correlação empírica, do tipo:

(1) Quanto mais profundo for, maior será a pressão aquática.

Disso se segue, para o pescador, a afirmação de que sente um peso nas mãos, pois, quanto maior o peso, maior a profundidade. No entanto, a correção “quanto mais profundo for, maior será a pressão aquática” é uma espécie de correlação empírica que pode ser falsa ou verdadeira. Há aqui um caráter estatístico em questão. Sendo assim, a justificativa oferecida pelo pescador tem em vista na verdade uma causa física e, por isso, oferece uma correção empírica que pode ou não ser bem-sucedida. Nesse sentido, a gramática da palavra ‘causa’ evidencia além de uma correlação empírica, a possibilidade de uma causa que pode ser retroagida. Dito de outra forma, quando usamos a palavra ‘causa’ nos comprometemos com eventos físicos que têm uma cadeia causal e, dessa forma, podem retroagir no tempo. Algo que não ocorre com a gramática da palavra ‘razão’. Por isso, o interlocutor do pescador não está à procura de uma correlação empírica (de uma causa que envolva um caráter estatístico e que possa ser retroagida no tempo) e, sim, de uma regra que permita delimitar o sentido do que está sendo afirmado pelo pescador. O interlocutor oferece, como vimos, a seguinte regra:

(2) É impossível o uso da palavra ‘sentir’ sem que ela não envolva a ocorrência de nenhuma sensação.

A regra oferecida pelo interlocutor tem como pano de fundo a ideia de que a gramática da palavra ‘sentir’ exige que alguma sensação esteja envolvida, motivo pelo qual é impossível o uso da palavra ‘sentir’ sem que ela não envolva nenhuma sensação em particular. Neste caso, a regra estabelece um limite para o sentido. A justificativa dada pelo interlocutor é, nesse sentido, uma justificativa que visa a razão da absurdidade de se afirmar que possa ocorrer “sentir” sem referência a qualquer sensação.

O que Wittgenstein parece afirmar, portanto, é que quando recorremos às razões (e não às causas) não nos comprometemos com uma cadeia infinita de razões. As razões têm um ponto de parada. *O ponto de parada, dentro de uma situação interlocutória, são as regras gramaticais.* Quando formulamos uma regra gramatical, a exemplo das regras relacionais, elas estabelecem um limite claro de sentido. Dessa forma, a fronteira entre discordância, concordância e absurdo é igualmente estabelecida. Wittgenstein, quando pensa em “razões”, parece estar comprometido apenas com justificações para uma ação, as quais, como vimos, são apresentadas dentro de uma situação interlocutória. Afinal, são as regras gramaticais os pontos fixos de parada para a justificação, ou ainda, como diz Wittgenstein, para a cadeia das razões.

Ao confundirmos “razão” com “causa” não confundimos apenas a gramática destas palavras⁸⁵, mas também a distinção entre regra e correlações empíricas. Nesse sentido, o uso do “porque” quando associado às razões diz respeito às regras gramaticais que estabelecem o ponto de parada de nossas explicações, pois estabelecem um limite para o sentido; ao passo que, em outros cenários, o uso do “porque” diz respeito apenas às causas empíricas de um determinado evento, exigindo, portanto, uma justificação empírica.

4.4.2 Ascensão Semântica

Além da distinção entre “razão” e “causa”, a qual nos permitir discutir alguns pontos importantes em relação à justificação de regras (sobretudo, relacionais), tendo em vista a tese da “atribuição semântica”, há a ocorrência de algumas expressões centrais no YB e no BB que também se relacionam à atribuição semântica. No YB, por exemplo, Wittgenstein diz que as regras da gramática são independentes dos fatos (YB, p. 65). Em outros momentos, Wittgenstein diz que problemas filosóficos não são problemas sobre fatos. Já no BB a expressão o pensamento “opera com signos” (BB, p. 17) é usada, de forma destacada, ao menos duas vezes no texto⁸⁶. Baker (2004, p. 44) diz, inclusive, que tal expressão é uma espécie de “slogan” do livro. Começaremos pelo YB.

Para Ambrose (1977, p. 7), as discussões feitas por Wittgenstein no BB (e também no YB) são conduzidas a partir daquilo que podemos chamar de “um vocabulário de descrição de fatos” (*fact-stating idiom*)⁸⁷. As investigações de

85 “A diferença entre as gramáticas de ‘razão’ e ‘causa’ é bastante semelhante à diferença entre as gramáticas de ‘motivo’ e ‘causa’” (BB, p. 16).

86 Discutiremos apenas a primeira ocorrência. Para conferir a segunda, ver, BB (p. 18).

87 Em um sentido mais literal, talvez fosse desejável traduzir tal expressão por “expressão dos fatos” ou algo similar. Contudo, dada a discussão que se segue no artigo por Ambrose (1977), a ideia de

Wittgenstein no BB, naturalmente, não dizem respeito à descrição de fatos, pois, não se referem a nenhuma investigação empírica ou fenomenológica de fatos filosóficos. Não faz sentido, inclusive, dizer “fato filosófico”. Dizemos apenas problemas filosóficos ou problemas conceituais. No entanto, para Wittgenstein, as confusões filosóficas da tradição, de modo geral, estão baseadas numa falsa ideia de descrição de fatos. Wittgenstein argumenta que parte desta falsa ideia se baseia na crença segundo a qual ao darmos uma descrição de um fato estamos mais próximos de uma exatidão que seria inequívoca. A tradição assume “descrição” como sinônimo de “exatidão” e acredita, assim, que a tarefa filosófica por excelência seria a de oferecer uma descrição acurada dos fatos, precisamente, de fatos filosóficos.

O vocabulário da descrição de fatos (*fact-stating idiom*) conduziu a atividade filosófica a uma falsa direção, a saber, que deveríamos nos ocupar da descrição de fatos. Quanto a isso, Wittgenstein afirma no BB que a filosofia não deveria se preocupar com fatos do mundo, mas apenas com *o modo como o expressamos* (BB, p. 49). Há, assim, uma espécie de “ascensão semântica”. O conceito de “ascensão semântica”, amplamente conhecido pelo seu uso por Quine (2013), assere, de modo geral, que em vez de começarmos uma questão filosófica discutindo sobre objetos, sobre a realidade, deveríamos discutir sobre o modo como nos expressamos. “A estratégia da ascensão semântica é levar a discussão para um domínio em que ambas as partes estejam melhor de acordo sobre os objetos (palavras) e sobre os principais termos que lhe dizem respeito” (QUINE, 2013, p. 251)⁸⁸. Tendo isso em vista, Wittgenstein parece mudar, em relação à tradição, o foco da abordagem dos problemas filosóficos para tentar:

[...] descobrir o que lhes dava o ar de ser *afirmações factuais* [...]. Sua conclusão foi que a fonte destas afirmações eram *uma confusão verbal*, que o filósofo é enganado por sua própria linguagem ao supor que está resolvendo um problema (AMBROSE, 1977, p. 5, grifo nosso).

A crença de que ao discutirmos questões filosóficas estaríamos, de algum modo, fazendo *afirmações factuais* levou a tradição a um impasse, pois, proposições filosóficas não poderiam ser proposições empíricas, tampouco proposições contingentes, nem, contudo, proposições necessárias – afinal, como diz Wittgenstein no *Tractatus*, apenas as proposições da lógica são necessárias (TLP, 4.46 e 4.461). O que

“descrição de fatos” parece mais elucidativa.

⁸⁸ Ver, ainda: “No entanto, reconhecemos uma mudança na discussão sobre objetos para uma discussão sobre palavras, à medida que o debate avança da existência de vombate e unicórnios para a existência de pontos, milhas, classes e o resto. Como podemos explicar isso? Penso amplamente, considerando adequadamente uma manobra útil e muito usada, a qual chamarei de ascensão semântica” (QUINE, 2013, p. 250).

restaria à filosofia? A tradição pensava, erroneamente, que proposições filosóficas deveriam ser algum tipo de proposição mista que, em certa medida, relacionava afirmações empíricas e necessárias⁸⁹. A filosofia foi conduzida então ao *método científico* e esta tendência, segundo Wittgenstein, “é a verdadeira fonte da metafísica, e leva o filósofo à total obscuridade” (BB, p. 19)⁹⁰. Tal tendência levou os filósofos a reconhecerem, equivocadamente, que um “problema filosófico está preocupado com fatos do mundo em vez de ser uma questão de expressão” (AMBROSE, 1977, p. 6).

A rejeição da gramática dos fatos ou “do vocabulário dos fatos” não levou Wittgenstein, no entanto, à mera “revisão de terminologia” (AMBROSE, 1977, p. 15). O resultado da rejeição não é a revisão da linguagem, mas, sim, a defesa de que problemas filosóficos não são problemas empíricos, mas de linguagem (ou de expressão). Se retornarmos à distinção entre “razão” e “causa” veremos que o centro da confusão do uso destas palavras estava na ideia equivocada de que dar uma razão é sinônimo de oferecer uma causa. Mostramos, contudo, que a razão exige uma justificação para uma ação, ao passo que a causa exige uma justificação empírica. As justificações, nesse caso, não são só apenas linguisticamente distintas, mas logicamente também.

Pode-se dizer de mim que *descrevo a linguagem como se estivesse no vácuo*, mas isso não é verdade. O que faço é falar da linguagem como consistindo em regras fixas, o que é realmente algo contrário (YB, p. 47, grifo nosso).

Não podemos dizer que regras gramaticais se conformam ou se contradizem com um fato. As regras da gramática são independentes dos fatos que descrevemos em nossa linguagem (YB, p. 65).

As justificações são logicamente distintas, porque, como nos mostra as passagens acima, as regras que usamos na linguagem são independentes da descrição dos fatos. Descrevemos como algo que dizemos, faz ou não sentido, amparados em regras gramaticais. Na interlocução, então, a concordância e discordância entre os interlocutores não é estabelecida (e dissolvida) por questões psicológicas, mas pelas

⁸⁹ Ambrose cita como exemplo claro desta tradição a distinção entre mente-corpo de Descartes, pois, o filósofo estaria estabelecendo esta distinção a partir da junção entre proposições empíricas (a exemplo da tese da aparência dos sentidos) e proposições necessárias (a exemplo da formulação da regra gramatical da dúvida). “A investigação de Descartes sobre o problema mente-corpo nos dá uma boa ilustração da tese de Wittgenstein de que as questões filosóficas têm sido abordadas como se fossem um problema científico porque soam como se fossem perguntas sobre fatos dos quais não sabemos o suficiente” (AMBROSE, 1977, p. 6).

⁹⁰ A tese de que a filosofia tentou incorporar os métodos da ciência pensando erroneamente que deveria se ocupar de uma descrição de fatos é, certamente, umas das teses mais importantes do BB. Primeiro, porque Wittgenstein combate uma tendência da filosofia à época (incluindo, de certa forma, o próprio Bertrand Russell e seus livros de divulgação da ciência) e, segundo, porque mostra, com clareza, o motivo da linguagem ser a pedra de toque da atividade filosófica. Ver, Pérez (2017) e, sobretudo, Ronai (2013).

regras gramaticais. As regras gramaticais, portanto, não falam sobre o mundo (sobre fatos), mas sobre a interlocução. Como já dissemos, a tese da interlocução não é uma tese sobre a comunicação (como uma entidade destacada da ação de interlocutores e de situações interlocutórias), mas, sim, sobre regras. Se pensarmos, portanto, na “atribuição semântica” podemos ver, com clareza, que ela nos permite tanto identificar quanto atribuir significado a expressões. Identificar e atribuir não são, assim, proposições empíricas. Não estamos fazendo uma descrição de fatos. Mas, apenas oferecendo uma razão, ou nos termos da interlocução no BB, oferecendo uma regra.

Proposições aritméticas não dizem nada sobre números, mas determinam quais proposições sobre números fazem sentido e quais não. Da mesma forma, proposições geométricas não dizem nada sobre cubos, mas determinam quais proposições sobre cubos fazem sentido e quais não. [...] Geometria não é uma *física geométrica* de linhas retas e cubos. Constitui o significado das palavras “linha” e “cubo”. O papel que o cubo desempenha em sua geometria é o papel do *símbolo*, não o de um sólido com o qual os cubos reais são comparáveis (YB, p. 51).

De forma similar às proposições da geometria ocorre com a tese da “atribuição semântica”. Afinal, a interlocução não descreve o ato comunicativo destacado de qualquer situação, nem diz respeito meramente a uma descrição de fatos, a uma descrição de uma situação. A interlocução elucida as regras gramaticais que permitem, dentro de uma situação interlocutória, a concordância e a discordância dos interlocutores. As regras gramaticais, dessa forma, não falam sobre o mundo (sobre fatos empíricos), mas sobre a interlocução.

Dito isso, podemos então discutir uma outra expressão recorrente no BB, a saber, que “o pensamento opera com signos”. Há no BB ao menos duas ocorrências importantes desta expressão. Contudo, iremos nos restringir à primeira ocorrência, a qual diz o seguinte:

[...] é enganador falar do pensamento como se tratasse de uma “atividade mental”. Podemos dizer que o pensamento é essencialmente a atividade de operar com signos. Esta atividade é realizada pela mão, quando pensamos por intermédio da escrita; pela boca e pela laringe; quando pensamos por intermédio da fala (BB, p. 8).

A afirmação de que seria enganador falar do pensamento como se tratasse de uma atividade mental é, sem dúvida, uma afirmação contraintuitiva. Via de regra, assumimos que os pensamentos são uma forma de atividade mental e que, portanto, opera a partir de uma linguagem. Wittgenstein, contudo, nos diz que se o pensamento é uma atividade que opera com signos, então este *uso* não é restrito à atividade mental.

Mas, em que sentido poderíamos dizer que quando escrevemos, usando a mão ou falamos usando a boca, estamos operando signos? A resposta pode ser oferecida pela tese da “atribuição semântica” que estamos sugerindo.

A motivação que nos leva a atribuir à atividade mental a condição de operador único dos signos é baseada na ideia de que a linguagem seria formada por duas partes: a parte orgânica e a parte inorgânica. Conforme já vimos na seção 3.1, Wittgenstein está combatendo um adversário específico nessas passagens, a saber, o mentalismo. A tese mentalista nos diria que há uma espécie de fato interno ou mental, o qual seria o responsável por atribuir significado aos signos. Dito de outra forma, para o mentalista, os signos de nossa linguagem estariam mortos sem a ação de uma parte orgânica que teria como função animar o signo inorgânico. A atividade mental seria então a responsável por injetar vida nos signos.

Wittgenstein, contudo, nos diz na passagem acima que não é a atividade mental, entendida como um fato interno/mental, que injeta significado ao signo, ou ainda, que nos permite operar signos. Na escrita, por exemplo, estamos nos ocupando de um sistema simbólico definido em que a atividade de escrever é, em resumo, a atividade de operar signos. Podemos, então, atribuir sentido à expressão: “pensamos pela ponta da caneta”. À primeira vista tal expressão parece absurda, pois um objeto material, como a caneta, não poderia exercer a atividade de pensar. Mas evidentemente que não estamos fazendo uma descrição empírica da caneta e, sim, elucidando a expressão. Wittgenstein nos diria, nesse sentido, que se a atividade de pensar não é restrita ao pensamento, não é um fato interno ligado ao proferimento, então em uma determinada situação interlocutória poderíamos dizer que à medida que escrevemos algo estamos enunciando pensamentos, portanto, “pensamos pela ponta de caneta” torna-se uma expressão *com sentido*. Atribuímos sentido à expressão dando uma razão para o seu uso. Isto é feito dentro de uma situação interlocutória, uma vez que não poderíamos, por autoatribuição, dar sentido à expressão.

O que ocorre com a expressão “pensamos pela ponta da caneta” ocorre também com a expressão “localização dos pensamentos” (BB, p. 8) que vimos no capítulo III. Ambas as expressões carecem de atribuição de sentido, pois não são, por princípio, absurdas e, sim, mal-entendidas. Em resumo, o sentido de um proferimento ocorre em razão de um lance que o interlocutor faz, e não em razão de algum fato interno ou mental que ele dispõe. Sendo assim, atribuir sentido a uma expressão, como sugere a tese da atribuição semântica, é realizar um proferimento dentro de uma situação

interlocutória como um lance possível para a mesma, e não realizar uma atribuição que está a cargo de alguma atividade interna ou mental, como pressupõe a tradição.

4.5 Da Interlocução às Analogias Enganadoras

Antes de entrarmos na questão central do capítulo sobre o papel das analogias enganadoras dentro da concepção de linguagem pensada a partir de situações interlocutórias, é importante tentar mostrar inicialmente qual o interesse do BB em relação à gramática das palavras. Afinal, o BB, diferentemente do BT, trata da “gramática” de certas palavras e expressões quando são usadas dentro de determinadas situações. Nas seções iniciais do BT, respectivamente “entendimento” e “significado”, Wittgenstein se ocupa, preponderantemente, do significado de “palavras”. A partir da terceira seção, chamada “proposição: sentido de uma proposição”, Wittgenstein passa a se ocupar, quase que exclusivamente, de proposições. Isso é relevante de ser dito, porque a tese da gramática como sistema de regras pressupõe a ideia de proposições empíricas que podem ou não ser formadas de acordo com cada sistema. Talvez, por isso, Wittgenstein pareça estar mais interessado em proposições no BT, afinal, proposições por serem verdadeiras ou falsas podem ser usadas em diferentes contextos, embora, de modo geral, tenham um uso mais restrito e pontual.

No BB, por não pressupor a tese da gramática como sistema de regras, Wittgenstein está mais interessado na gramática de “palavras” e de “expressões”. É possível dizer que isso ocorre, porque “palavras” e “expressões” podem também ser pensadas em diferentes contextos de uso, de modo a evidenciar, com mais clareza, o problema das analogias enganadoras. O uso de palavras e expressões evidencia, como veremos, o problema da “importação indevida de gramáticas” – a exemplo da importação indevida de gramáticas do contexto empírico para o contexto dos testemunhos subjetivos, e as confusões conceituais que isso acarreta.

No BB, se tivermos em vista as teses do uso interlocutório da linguagem, e da linguagem pensada a partir de situações interlocutórias, podemos dizer que as analogias enganadoras são movidas para o centro das discussões sobre as confusões filosóficas. Mas, por que isso poderia ser dito? O BB, diferentemente do BT e da tese da gramática como sistema de regras, não estabelece de antemão quais expressões são absurdas ou mal-entendidas. Qualquer desacordo dentro de uma situação interlocutória é, a princípio, um mal-entendido. Mal-entendidos podem então ser dissolvidos. Ou podemos reinterpretá-los, ou oferecer uma série de proposições que os interlocutores concordariam, ou ainda, explicar a regra envolvida na interlocução que permitiria

dissolver o desacordo. Nesse último caso, contudo, se a regra (que funciona como delimitadora de sentido) é rompida, temos então uma ruptura na comunicação. Passamos de um simples mal-entendido à formulação de absurdos.

A interlocução, portanto, tem um papel crucial no BB. Uma analogia enganadora, tal como a estamos discutindo nessa tese, é construída e usada apenas e tão somente dentro de uma situação interlocutória. Fora de situações interlocutórias, expressões análogas não são pré-fixadas como enganadoras. Wittgenstein está preocupado no BB apenas com as analogias gramaticais⁹¹ descritas dentro de situações interlocutórias. É apenas dentro de uma situação interlocutória que uma analogia enganadora é constituída e usada, porque uma analogia, para se tornar enganadora, precisa de interlocutores, pois são eles os responsáveis pela importação indevida de gramáticas. Não há, para o BB, analogias enganadoras *apriorísticas*, como se houvesse em nossa linguagem um estoque básico de analogias que deveriam ser descartadas de antemão. Analogias enganadoras só seriam enganadoras *aprioristicamente* se a nossa linguagem fosse baseada, como no BT, na ideia de sistemas de regras pré-definidas que funcionariam no vácuo. Nesses casos, como vimos no capítulo II, poderíamos falar de analogias enganadoras que se formam em referência ao sistema, pois, são, por assim dizer, pré-fixadas como enganadoras.

Além de não existir analogias enganadoras *a priori*, como sendo expressões análogas que são pré-fixadas como enganadoras independentemente de qualquer situação interlocutória, o BB nos diz também que analogias enganadoras, quando ocorrem em uma situação interlocutória, geram mal-entendidos. Mostramos nas seções anteriores que esses mal-entendidos podem ser dissolvidos. Mas, eles só podem ser dissolvidos dentro de situações interlocutórias, pois os mal-entendidos do BB não agem à distância. Afinal, como não há mal-entendidos fora de uma interlocução, também não faz sentido dizer que podemos dissolver um mal-entendido por meio de uma espécie de regra potencial (como a regra operacional) ou de forma alheia à interlocução. Eles são dissolvidos na situação interlocutória por meio da relação que há entre o que diz os interlocutores e o que prevê a regra gramatical envolvida na situação.

Dessa forma, o que ocorre com os mal-entendidos, ocorre também com as analogias enganadoras. Analogias enganadoras também não agem à distância. Por isso, elas são movidas para *dentro* da interlocução. Mas, isso não explica ainda o fato de movermos as analogias enganadoras para o *centro das discussões sobre as confusões filosóficas*. Para explicar essa tese recorreremos novamente às analogias que

91 Conforme já dissemos no capítulo II, Wittgenstein se ocupa apenas de analogias gramaticais.

Wittgenstein discute no BB. Neste caso, discutiremos a analogia do tempo em Agostinho, apontada por Wittgenstein. Dessa forma, embora o tema da temporalidade seja um tema que envolva em Wittgenstein uma série de questões paralelas e abrangentes, iremos nos ater aqui apenas ao problema das analogias enganadoras, usando, assim, as passagens sobre o tempo no BB para ilustrá-lo. Há duas passagens importantes sobre o tema no BB. Em resumo, Wittgenstein diz nessas passagens que o tempo em Agostinho pressupõe o *uso* de analogias enganadoras. Começaremos pela primeira passagem:

Este tipo de erro ocorre frequentemente em filosofia; por exemplo, quando nos interrogamos sobre a natureza do tempo, quando o tempo nos parece ser uma *coisa estranha*. Temos uma tendência muito forte para pensar que existem coisas que se ocultam, coisas que vemos do exterior, mas que não podemos penetrar. E, contudo, nada disso acontece. Não pretendemos conhecer novos fatos sobre o tempo. Todos os fatos que nos interessam encontram-se expostos perante nós. Mas é o uso do substantivo “tempo” que nos confunde. Se examinarmos a gramática dessa palavra, reconheceremos que a divinização do tempo é tão surpreendente quanto o seria a divinização da negação ou da disjunção (BB, p. 9-8).

Nessa passagem, Wittgenstein está discutindo sobre o “o uso mistificador da linguagem” (BB, p. 8), e de como tal uso afeta a palavra ‘tempo’. A palavra ‘tempo’ é um tipo de palavra que parece exigir um correlato. O próprio uso do substantivo “tempo” nos leva à procura desse correlato. Essa procura, no entanto, é a própria fonte da confusão filosófica em questão, pois assumimos, erroneamente, que a palavra ‘tempo’ *deve ter* um correlato para que *possa ser* entendida. Afinal, se podemos falar *do* tempo, então deveríamos ser capazes de dizer *o que* ele é. Pressupomos, então, que para dizer o que ele é, devemos *apontar* para o que ele se refere. É esse movimento argumentativo que gera parte da confusão filosófica descrita por Wittgenstein acima, a saber, apontar para um correlato neste caso seria condição necessária para entender o significado da palavra. No entanto, não há correlato para o substantivo “tempo”. Seu significado não pode ser atribuído pela exigência de um correlato, como equivocadamente somos levados a pensar. Essa é uma confusão gerada, exclusivamente, pelo “uso mistificador da linguagem” (BB, p. 8).

A analogia enganadora, neste caso, ocorre em razão de uma importação indevida da própria gramática da palavra ‘tempo’. Em uma proposição empírica qualquer, do tipo, “a cadeira está na sala” podemos apontar para o objeto “cadeira” e usá-lo na parte nominal de uma proposição, dizendo: “a cadeira ...”. No caso da palavra ‘tempo’, este é o ponto que Wittgenstein parece querer elucidar na citação acima, não faz sentido

apontar para “o tempo” como sendo um objeto, tampouco, usá-lo na parte nominal de uma proposição.

Para Frege (2009, pp.111-127), por exemplo, ao colocarmos um artigo definido singular na frente da palavra ‘tempo’, transformamos “o tempo” em um objeto e, a partir disso, ele pode ser usado na parte nominal de uma proposição quando há condições de assertividade. Dito de outra forma, Frege sustenta que a ocorrência de um artigo singular marca uma posição nominal, a qual corresponde a um objeto de fato, ou ainda, “[...] o artigo definido singular sempre indica um objeto, enquanto que o artigo indefinido acompanha um termo conceitual” (FREGE, 2009, p. 115). Wittgenstein tem uma posição contrária. O uso do artigo singular não nos leva a apontar para um objeto. Há uma confusão conceitual no caso da palavra ‘tempo’ que é fruto de uma analogia enganadora entre os diferentes usos do artigo definido e suas aplicações em diferentes contextos. Há, assim, uma importação da gramática da palavra ‘tempo’ para o contexto no qual é preciso correlações, a exemplo do contexto de proposições empíricas. Isto gera, como vimos, uma confusão filosófica. A analogia enganadora é, nesse sentido, a causa de tal confusão.

Em outra passagem, Wittgenstein nos mostra que a confusão gerada pela palavra ‘tempo’ é ocasionada por uma outra analogia enganadora, a saber, pela analogia estabelecida entre a palavra ‘tempo’ como os diversos usos da palavra ‘medir’.

A contradição que aqui parece notar-se poderia ser considerada um conflito entre *dois usos diferentes de uma palavra, neste caso, a palavra ‘medir’*. Poderíamos dizer que Santo Agostinho pensa no processo de medição de um comprimento: por exemplo, a distância entre duas marcas numa fita que se desenrola perante nós e da qual apenas podemos ver um minúsculo fragmento (o presente). A resolução deste enigma consistirá na comparação daquilo a que nos referimos de “medição” (a gramática da palavra ‘medição’), quando a aplicamos a uma distância numa fita, com a gramática da palavra quando esta é aplicada ao tempo (BB, p. 27, grifo nosso).

Além de estarmos sempre à procura de um correlato para a palavra ‘tempo’, pensando que haveria um corresponde para “o que é o tempo”, estamos também, de modo geral, confundido diferentes usos da palavra ‘medir’. Embora nessa passagem há uma discussão ampla sobre o problema da temporalidade, em especial, sobre o problema da espessura temporal do presente⁹², interessa-nos somente distinguir dois usos possíveis da palavra ‘medir’ e mostrar, a partir disso, como eles nos levam a falsas analogias. Sendo assim, podemos dizer que usamos a palavra ‘medir’ para retratar a medição de acontecimentos, em especial, sua duração. O uso da palavra ‘medir’, neste

92 Expressão sugerida por André Porto (UFG).

caso, é assumido como análogo à palavra ‘tempo’, pois pressupomos que, afinal, o que o tempo faz é medir diferentes durações. Usamos também a palavra ‘medir’ para falar sobre a medida de comprimento de uma fita, de uma distância, de uma profundidade, etc. O problema em questão diz respeito ao fato de que esses dois usos são distintos e, por isso, estabelecer uma analogia entre eles é estabelecer uma confusão conceitual entre contextos temporais e espaciais. Afinal, como veremos, não faz sentido dizer que a duração de um instante de um processo deveria se comportar como a descrição da distância entre os dois pontos extremos de uma piscina olímpica, por exemplo.

Para resolver este quebra-cabeça, obviamente, o que devemos fazer é perceber que queremos dizer uma coisa *muito diferente* por “medida” quando aplicada a uma distância em uma faixa em movimento, com a gramática da palavra quando aplicada ao Tempo. É porque tentamos aplicar a palavra de forma rígida e consistente e achamos que não podemos, que nos deparamos com dificuldades e nos confundimos. Falhamos em ver que somos realmente uma vítima aqui de um tipo de equívoco, que a mesma palavra pode ter significados bastante diferentes quando usada em diferentes contextos (ENGEL, 1975, p. 19, grifo nosso).

Há, aqui, contextos de usos distintos, como diz Engel (1975). Quando usamos a palavra ‘medir’ em contextos temporais para descrever processos que têm diferentes durações, os quais chamamos de “antes” e “depois”, nos comprometemos com mudanças de instantes. Já quando falamos em uma extensão espacial, por exemplo, é possível dizer que o início e o término de um intervalo espacial ocorre em um só instante. Podemos vê-los perceptualmente, a exemplo da medição de uma fita métrica. O problema central, contudo, ocorre quando é dito no contexto temporal que há uma mudança. Neste caso, se há mudança, então um desses pontos não poderia jamais ocorrer no presente. Dito de outra forma, enquanto no contexto espacial é possível usar a palavra ‘medir’ para descrever o início e o término de um intervalo espacial em um só instante, já em um intervalo temporal, por outro lado, não é possível ter dois intervalos no mesmo instante, um como sendo o início e o outro como sendo o término. Há, assim, um problema de importação indevida de gramáticas entre a gramática espacial e a gramática temporal, a qual ocasiona uma analogia enganadora.

Essas gramáticas exercem em nós um fascínio.

O problema pode parecer simples, mas a sua extrema dificuldade deve-se ao fascínio que a analogia entre duas estruturas semelhantes na nossa linguagem pode exercer sobre nós. Torna-se claro agora que este problema sobre o conceito de tempo exige uma resposta sob a forma de *regras rigorosas*. O enigma refere-se a *regras* (BB, p. 27).

Esse fascínio provocado pelo uso que fazemos da palavra ‘tempo’ e ‘medir’ só pode ser dissolvido sob a forma de regras rigorosas, pois, o enigma, como diz Wittgenstein, se refere às regras. As regras rigorosas das quais devemos nos ater são, conforme estamos sugerindo em nossa leitura, aquelas que ocorrem na interlocução quando a linguagem é usada por interlocutores. Sustentamos que em uma situação interlocutória as analogias enganadoras podem ser formadas e dissolvidas. As analogias enganadoras no BB decorrem do *uso* que fazemos da linguagem. Por isso, seu reconhecimento exige atenção ao modo como usamos a linguagem – precisamente, por um lado, exige atenção à interlocução e, por outro, às regras envolvidas na situação interlocutória.

Quando dizemos que com o *nosso método* tentamos contrariar o *efeito enganador de certas analogias*, é importante que compreendam que a ideia da analogia como fonte de erros não é algo *nitidamente definido*. É impossível precisar com nitidez os casos em que poderíamos dizer que alguém foi induzido ao erro por uma analogia. [...] É impossível, na maior parte dos casos, mostrar um ponto exato onde uma analogia começa a induzir-nos ao erro (BB, p. 29).

Essa passagem importante nos esclarece diferentes pontos. O primeiro ponto se refere ao fato de que no BB não há analogias enganadoras pré-fixadas. Não há expressões análogas pré-fixadas como enganadoras, de modo que seu uso nos leva a confusões conceituais. As analogias enganadoras no BB não agem à distância. Elas ocorrem dentro de situações interlocutórias. No BT, como já vimos, podemos pensar em analogias que são geradas em *referência ao sistema* e analogias que são geradas pelo *emprego da linguagem*. As analogias enganadoras discutidas por Wittgenstein no BB, contudo, se referem apenas às analogias geradas pelo emprego da linguagem, pois, são analogias geradas dentro de situações interlocutórias. Mas, diferentemente do BT, esse emprego não pressupõe um sistema de regras estabelecido operando por detrás, tampouco expressões análogas pré-fixadas como enganadoras.

O segundo ponto se refere a importância das analogias enganadoras. Quando Wittgenstein diz que “é importante que compreendam que a ideia da analogia como fonte de erros não é algo *nitidamente definido*” (BB, p. 29), ele não parece querer dizer que as analogias enganadoras não causam problemas filosóficos, como a passagem aparentemente sugere. Pelo contrário, vimos claramente como o uso de analogias enganadoras, sobretudo dentro de situações interlocutórias, é claramente uma das fontes centrais das confusões filosóficas que Wittgenstein se ocupa no BB. O que ele diz acima parece ser algo distinto. Podemos interpretar da seguinte forma: ele afirma apenas que é impossível apontar, propriamente, os casos nos quais alguém é induzido ao erro por

causa do uso de analogias. Isto pode significar duas coisas. Primeiro, que o fato de alguém se envolver em uma confusão conceitual pode ter diferentes motivos. Pode ser ocasionado, por exemplo, pelo desconhecimento ou desentendimento em relação ao o que o interlocutor diz (ou quer dizer) ou por uma ambiguidade em relação ao o que é dito. O mal-entendido interlocutório, como vimos no capítulo III, tem diferentes origens. Por isso é impossível afirmar, como sugere Wittgenstein, que o mal-entendido é ocasionado diretamente em função do uso de uma analogia. Segundo, pode significar também, como vimos no parágrafo anterior, que não há expressões análogas pré-fixadas como enganadoras. Analogias enganadoras não agem à distância. Nesse sentido, não é “nitidamente definido” (BB, p. 29) dizer se uma analogia é ou não enganadora, sem, contudo, estar atendo à interlocução e às regras gramaticais presentes na situação interlocutória.

Contudo, assim como vimos com a analogia do tempo, “o enigma refere-se a regras” (BB, p. 27). Quando usamos uma analogia, em uma situação interlocutória, é a própria interlocução que nos mostra que o uso da analogia é enganadora e nos leva à formulação de mal-entendidos. Isto ocorre porque as regras no BB são um lance na interlocução. Sendo assim, quando um mal-entendido ocorre de modo a inviabilizar a comunicação, pois caminha em direção à absurdidade, é preciso que alguma regra seja apresentada para que se estabeleça um limite de sentido em relação ao que é dito. Como vimos, todos os mal-entendidos que analisamos nesse capítulo IV e no capítulo III são gerados pelo uso de analogias enganadoras. Nós só reconhecemos essas analogias como enganadoras quando observamos, com clareza, que há um mal-entendido que, por assim dizer, cresce em complexidade de modo a caminhar à absurdidade. Dessa forma, são as regras que ocorrem na interlocução, como um lance interlocutório, que permitem dissolver os mal-entendidos. Afinal, assim como a analogia do tempo, toda analogia enganadora, para ser dissolvida, exige uma resposta sob a “forma de regras rigorosas” (BB, p. 27). Uma analogia enganadora, portanto, não comporta graus ou gradações. Não há uma analogia enganadora mais certa ou útil em oposição à outra menos certa ou inútil. Toda analogia é ou enganadora ou não.

O que define seu papel é a interlocução e, sobretudo, as regras que estão envolvidas na situação interlocutória em específico. Por isso, quando Wittgenstein diz que “é impossível, na maior parte dos casos, mostrar um ponto exato onde uma analogia começa a induzir-nos ao erro”, ele parece não se referir à analogia enganadora em si (pois claramente podemos nos decidir se uma analogia é enganadora ou não com base nas regras que estão envolvidas na interlocução) mas, sim, parece se referir ao fato

de que mal-entendidos podem ter diferentes motivos; além de se referir ao fato de que não há expressões análogas pré-fixadas como enganadoras. O que torna impossível dizer, dessa forma, que determinada analogia é ou não a fonte de determinado mal-entendido. A linguagem pressuposta pelo BB exige mais dos interlocutores do que aquela pressuposta pelo BT que, como vimos no capítulo I, é uma linguagem que opera no vácuo.

Por fim, devemos entender também que há um uso positivo de analogias sustentado por Wittgenstein, ou como ele mesmo diz, qualquer analogia pode ser útil. Esse uso do termo “útil”, contudo, é muito específico.

O uso de expressões construídas com base em padrões analógicos realça analogias entre casos frequentemente distintos. Ao fazê-lo, estas expressões podem ser extremamente úteis (BB, p. 29).

Analogias pertencem ao estoque básico dos recursos linguísticos que dispomos, a saber, as figuras de linguagem. Nossa capacidade expressiva é composta de inúmeros recursos linguísticos, incluindo, as analogias. O que Wittgenstein chama de “útil” na passagem acima reafirma essa questão. Usamos habitualmente, na linguagem, analogias, sobretudo, para se referir a diferentes situações que, a princípio, não parecem ter alguma relação inicial. Um exemplo simples, aceito por Wittgenstein, é a analogia estabelecida entre certas equações e suas respectivas representações na geometria analítica, a exemplo de uma equação de segundo grau que, como resultado, pode ter como representação uma parábola⁹³. “O único sentido que pode haver de elegância em uma prova matemática é permitir que certas analogias surjam com um perfil particularmente claro, quando é isso que se deseja [...]” (BT, p. 490e). Esse uso é claramente um uso “útil”, no sentido que Wittgenstein diz acima.

Wittgenstein, portanto, não é contrário ao uso de analogias. Não se trata de excluir as analogias do uso corrente da linguagem, mas, sim, de mostrar que certos tipos de analogias são enganadoras, porque, são decorrentes de uma importação indevida de gramáticas e, por isso, geram confusões gramaticais. O BB apresenta uma série de analogias enganadoras, mostrando, de modo geral, como elas estão enraizadas no *uso* que fazemos da linguagem para chamar a atenção para o fato de que somos *inclinados* a formular tais confusões gramaticais, pois somos inclinados a estabelecer falsas relações entre diferentes palavras e expressões pensando, erroneamente, que na linguagem tudo é permissível e inofensivo. Como não há, de antemão, algo que nos diga se uma expressão análoga é ou não enganadora, ou seja, como não há analogias enganadoras

⁹³De modo geral, os exemplos positivos ou “úteis” de uso de analogias no BT ocorrem, sobretudo, no contexto da matemática.

pré-fixadas, devemos então estar atentos à interlocução, pois, segundo a leitura que estamos sugerindo, toda interlocução envolve, em certa medida, regras e elas nos permitem dissolver o uso de analogias enganadoras.

É na interlocução, pensada a partir de situações interlocutórias, que as regras aparecem no BB “sob a forma de regras rigorosas”, pois, elas são um lance na interlocução que permite delimitar o sentido do que está sendo afirmado. Sendo assim, é somente na interlocução que mal-entendidos podem ser dissolvidos, afinal, eles não agem à distância. De forma similar ocorre com as analogias enganadoras. Portanto, a discussão sobre as analogias enganadoras é movida para o *centro das confusões filosóficas* no BB, porque, como já dissemos, ela é movida para o *centro da interlocução* ao ser pensada dentro de situações interlocutórias e envolver, para a sua dissolução, regras gramaticais que são, como vimos, preponderantemente regras relacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BT e o BB são, de certo modo, muito diferentes, embora sejam temporalmente próximos. Enquanto o BT pode ser pensado como uma espécie de coletânea extensiva de notas de pesquisa de todo o período intermediário, o BB é, de forma oposta, uma certa combinação entre as notas de aulas ditadas por Wittgenstein com as anotações feitas dessas notas por seus alunos. Em razão dessa dificuldade enfrentada desde o início de nossa investigação, restringimos, por questões metodológicas, o âmbito da pesquisa. Trata-se, por um lado, de uma discussão em torno do tema central das analogias enganadoras dentro do BT e do BB e, por outro, de se pensar o papel dessas analogias a partir do interesse crescente de Wittgenstein pelo caráter pragmático da linguagem. Começaremos nossas conclusões pelo BT.

O tema das analogias enganadoras é um tema crucial em Wittgenstein, e tem no período intermediário e também no início do período final o seu maior destaque. No BT, texto que encerra o período intermediário, as analogias enganadoras assumem, por assim dizer, uma posição que anteriormente Wittgenstein destinava a outros conceitos com respeito à origem dos problemas filosóficos. Como dito na tese, problemas filosóficos são problemas de linguagem, e esses problemas assumem, ao longo do desenvolvimento filosófico de Wittgenstein, diferentes origens. No BT, *as analogias enganadoras são a aposta da vez*. Sendo assim, ao dedicar-se às discussões sobre “gramática” e “sistema de regras”, Wittgenstein apresenta uma certa concepção de linguagem a qual é pensada, via de regra, de forma independente e autônoma. Independente, assim, de qualquer contexto de aplicação e autônoma em relação à ação de quaisquer interlocutores. Tal concepção chamamos no texto de uma linguagem que *opera no vácuo*, a qual evidencia o *caráter operacional* das regras gramaticais que antecipam, para qualquer contexto possível, a sua própria aplicação.

A novidade quanto a essa discussão, contudo, não se trata da possível revisão terminológica em relação ao fim do período intermediário e, sim, da luz lançada sobre o papel crucial que as analogias enganadoras desempenham dentro dessa concepção de linguagem. Em nossa investigação, discutimos essa questão a partir do conceito de “importação indevida de gramáticas”. Como vimos, as analogias enganadoras no BT ocorrem quando há uma importação indevida de diferentes gramáticas, de modo que tal importação gera uma certa confusão conceitual. Em resumo, ao transpormos diferentes gramáticas, por meio do estabelecimento de analogias enganadoras entre elas, geramos,

de acordo com o BT, confusões conceituais as quais nos levam à formulação equivocada de certos problemas em filosofia.

Além disso, tentamos mostrar também que há no BT uma preocupação crescente de Wittgenstein em relação ao caráter pragmático da linguagem. A concepção de uma linguagem que operaria no vácuo não é, como sustentamos na tese, a única concepção que aparece em todo o BT. Isto se deve, inclusive, em razão do modo pelo qual o datiloscrito foi produzido, sendo, em resumo, uma reunião extensiva de notas de pesquisa de todo o período intermediário. Além disso, conforme sustentamos, o BT marca, de fato, uma transição entre o período intermediário e o final. Isto ocorre, como vimos, em razão da preocupação crescente de Wittgenstein quanto ao caráter pragmático da linguagem a qual está amparada em algumas situações específicas do BT em que o conceito de “jogos de linguagem” já ocorre. Nessas situações, a linguagem é pensada fora da concepção do cálculo, e evidencia, assim, uma preocupação de Wittgenstein com situações de diálogo, as quais chamamos nessa tese de *situações interlocutórias*. Como dissemos, a questão das situações interlocutórias é, portanto, *a base para a transição para o BB*.

O BB é, como vimos, uma aposta diferente de Wittgenstein. Não apenas quanto à forma em que o texto é apresentado, mas também quanto aos temas tratados. Tentamos mostrar que no BB Wittgenstein assume de vez uma investigação em relação ao caráter pragmático da linguagem – o que o leva a abandonar, por assim dizer, sua preocupação com a linguagem que opera no vácuo, marca constituinte do período do cálculo. Mas, diferentemente do BT, em que a partir do conceito de jogos de linguagem Wittgenstein introduz o caráter pragmático da linguagem, no BB tal caráter é discutido amplamente a partir da questão central das situações interlocutórias e da interlocução. Sendo assim, nesta tese tentamos mostrar o que é afinal o BB, tentando lançar luz, assim, sobre a concepção de linguagem que está sendo pressuposta no texto.

Dessa forma, conforme sustentamos, as analogias enganadoras no BB, assim como no BT, também ocorrem em decorrência de uma espécie de importação indevida de gramáticas. Contudo, diferentemente do BT que pressupõe uma linguagem que opera no vácuo, no BB as analogias enganadoras são tratadas no *interior de situações interlocutórias*. As regras gramaticais no BB funcionam como um *lance possível* no interior de uma interlocução, e não de forma operacional, antecipando, para qualquer contexto possível, a sua própria aplicação, conforme ocorre com o BT. Isto é possível porque as regras gramaticais no BB são, preponderantemente, regras relacionais. As

regras relacionais são responsáveis por normatizar, dentro de uma situação interlocutória, o que é possível ser dito com sentido.

Por fim, também vimos que, assim como no BT, as analogias enganadoras no BB também são uma fonte crucial de formação dos problemas filosóficos. Dito de forma mais enfática, dada a concepção de linguagem pensada a partir de situações interlocutórias, as analogias enganadoras, no BB, *são a fonte central dos problemas filosóficos*, porque elas são movidas para dentro da interlocução e, portanto, para o centro das confusões filosóficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Textos de Wittgenstein

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Remarks**. Rush Rhees (ed.). Trad. Raymond Hargreaves & Roger White. Chicago: Chicago University Press, 1975.

_____. **Observações Filosóficas**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Philosophical Grammar**. Kenny, A. (tr.). Oxford: Basil Blackwell, 1974.

_____. **Gramática Filosófica**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Some Remarks on Logical Form**. In: L. Wittgenstein *Philosophical Occasions* (1912-1951). Nordmann, A and. Klagge, J. (eds). Hackeh Company, pp, 29-35, 1993.

_____. **The Big Typescript: TS 213**. German-English Scholars' Edition. Luckhardt, G and. Maximilian, A. E. (eds and trs). Oxford: Basil Blackwell, 2005.

_____. **The Blue Book and Brown Book: Preliminary Studies for the Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Wittgenstein's Nachlass: The Bergen Edition**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Leituras e Conversações

WITTGENSTEIN, L. **Wittgenstein's Lectures 30-33**. In: *Philosophical Papers*. Moore, G. E (ed). New York: Collier Books, pp. 252-325, 1966.

_____. **The Voices of Wittgenstein: The Vienna Circle (Ludwig Wittgenstein e Friedrich Waismann)**. Gordon Baker (ed. org). London: Routledge. 2003.

_____. **Wittgenstein in Cambridge: Letters and Documents 1911-1951**. Brian McGuinness (ed). London: Blackwell, 2008.

_____. **The Yellow Book**. In: **Wittgenstein's Lectures and Informal Discussions During Dictation of The Blue Book 1933-34**. Alice Ambrose (ed). New York: Prometheus Books, 2001.

Demais Textos Citados

AMBROSE, Alice. **The Yellow Book Notes in Relation to The Blue Book**. Rev. **Hispanoamericana**, vol. 9. nº 26, Ago. 1977, pp. 3-23.

AZIZE, L. R. 'Aplicação' e 'Uso' no Período Intermediário de Wittgenstein. Rev. **Cad. Hist. Fil. Ci.** Unicamp, série 3, v. 14, n. 2, p. 255-274, jul-dez, 2004.

_____. **A Metáfora do Cálculo no Período Intermediário de Wittgenstein**. Rev. **DoisPontos**, Curitiba, São Carlos, vol. 6, n. 1, p. 125-144, outubro, 2009.

BRADLEY, R. **The Nature of all Being**. Oxford: New York, 1992.

BAKER, G. **Wittgenstein's Method: Neglected Aspects**. Katherine J. Morris (ed). Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

BAKER, G & HACKER, P.M.S. **Wittgenstein: Understanding and Meaning**. Part I. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

BOUWSMA, O, K. The Blue Book. **The Journal of Philosophy**, vol. 58, n. 6 (Mar. 16, 1961), pp. 141-162.

CARVALHO, M. **Linguagem Sem Regras Fixas: a Normatividade da Linguagem e a Recusa do Modelo do Cálculo nas Investigações Filosóficas**. In: Crença, Verdade, Racionalidade: Ensaio de Filosofia Analítica. Plínio Junqueira Smith, Waldomiro José Silva Filho e Pedro Santos (org). Salvador: EDUFBA, 2014, pp. 201-223.

COSTA, H.S PAULO. Da Descrição à Gramática da 'Percepção' no Período Intermediário de Wittgenstein. Rev. **Sofia**. Vitória (ES), v. 7, n.1, pp. 207-227, jan./jun. 2018.

_____. Uso e Contexto: Antirrealismo no Tractatus Segundo McGuinness. Rev. **Prometheus**. n. 31. set/dez, 2019, pp. 139-159.

DAVIDSON, D. Pensamento e Fala. Trad. Marcelo Fischborn. Rev. **Cognitio-Estudos**. São Paulo, vol. 10, nº.1. jan./jun, 2013, pp. 128-140.

DU le, Michel. Wittgenstein e o uso da Linguagem como Cálculo. Rev. **Dois Pontos**, Curitiba, São Carlos, vol. 6, n. 1, abril, 2009, pp.167-179.

ENGEL, S. M. **Wittgenstein's Doctrine of the Tyranny of Language: An Historical and Critical Examination of his Blue Book**. Nijhoff: The Hague, 1975.

ENGELMANN, M. L. **Wittgenstein's Philosophical Development: Phenomenology, Grammar, Method and The Anthropological View**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

_____. "What Wittgenstein's 'Grammar' is Not (On Garver, Baker and Hacker and Hacker on Wittgenstein on 'Grammar')" in: **Wittgenstein-Studien 2**, De Grutter, 2011, pp. 71-102.

_____. O que é o Big Typescript?. **DoisPontos**. Curitiba, São Carlos, vol. 6, n. 1, pp. 35-61, outubro, 2009.

_____. Le Langage comme Calcul dans le Big Typescript. **Philosophiques**, vol. 39, n. 1, 2012, pp. 35-55.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FORSTER, M. N. **Wittgenstein on the Arbitrariness of Grammar**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

FRASCOLLA, Pasquale. **Wittgenstein's Philosophy of Mathematics**. London: Routledge, 1994.

GILL, Jerry H. Wittgenstein and Metaphor. Rev. **International Phenomenological Research**, vol. 40. nº 2 (Dec, 1979), pp. 272-284.

HACKER, P.M.S. **Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

_____. Wittgenstein on Grammar, Theses and Dogmatism. **Philosophical Investigations**, vol. 35, n. 1, Jan, 2012, pp.1-17.

_____. **Wittgenstein on Grammar, Theses and Dogmatism**. In: Wittgenstein: Comparisons and Context. Oxford: Oxford Press, 2013, pp. 151-168.

_____. **Wittgenstein's Place in 20th Analytic Philosophy**. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

_____. **Beyond the Linguistic Turn and Back Again**. In: The Analytic Turn. Michael Beaney (ed.) New York: Routledge, 2007, pp. 125-141.

_____. **Two Conception of Language**. In: Wittgenstein: Comparisons and Context. Oxford: Oxford Press, 2013, pp. 128-150.

_____. **Wittgenstein: Sobre a Natureza Humana**. Trad. João Vergílio Gallenari Cutter. São Paulo: UNESP, 2000.

ISHIGURO, H. **Use and Reference of Names**. In: WINCH, P. (Org. 2006) Studies in the Philosophy of Wittgenstein. Nova York: Routledge, 1969, pp. 20-50.

KRIPKE, S. **Naming and Necessity**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

MACHADO, A. Noronha. **Lógica e Forma de Vida: Wittgenstein e a Natureza da Necessidade Lógica e da Filosofia**. Porto Alegre: UFRGS, 2004 (Tese de Doutorado).

McGUINNESS, B. F. **Approaches to Wittgenstein**. London: Routledge, 2002, pp. 82-102.

MOORE, G. E. **Uma Defesa do Senso Comum**. In: Princípios Éticos. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores).

PEARS, D. **The False Prison: A Study of Development of Wittgenstein's Philosophy** – Volume One. Oxford: Clarendon Press, 1987.

PÉREZ, V, H, C. **La Filosofía del Lenguaje del Cuaderno Azul: Por qué y cómo hablar acerca del lenguaje sin el concepto filosófico de significado**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2017 (Tese de Doutorado).

PORTO, A. Rule-Following and Functions. Rev. **O que nos faz pensar**. nº 33. março, 2013, pp. 63-109.

_____. **As Bases Filosóficas do Construtivismo Matemático de Wittgenstein**. Rio de Janeiro: PUCRIO, 2002 (Tese de Doutorado).

_____. Singularity and Visual Perception. Rev. **Philosophiques**, vol 39, nº 1, pp. 75-100, 2012.

_____. **Mathematical Advancement, Rules and Semantical Mutation**. 2019 (draft).

QUINE, Willard Van Orman. **Word and Object**. Cambridge: MIT Press, 2013.

RONAI, P. Rocha. **Em Favor do Comum: Estudo Sobre a Formação da “Filosofia da Linguagem Comum”**. Porto Alegre: UFRGS, 2013 (Tese de Doutorado).

RORTY, Richard. **The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

SLUGA, H. **From Moore's Lecture Notes to Wittgenstein's Blue Book**. Disponível em: <http://www.truthandpower.com/from-moores-lecture-notes-to-wittgensteins-blue-book/>. Acesso em 14 de agosto de 2018

_____. **“Whose House is That?": Wittgenstein on the Self**. In: The Cambridge Companion to Wittgenstein. Hans Sluga e David G, Stern (org.). Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 230-253.

VENTURINHA, N. Scraffa's Notes on Wittgenstein's "Blue Book". **Nordic Wittgenstein Review** I, 2012.

VON WRIGHT, G. H. **Wittgenstein**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980.